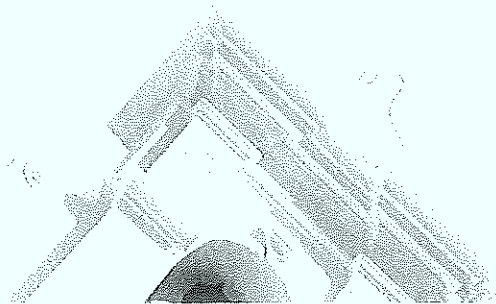




município
tavira

[Handwritten signatures]

Ata nº 5

27 de novembro de 2015

ATA NÚMERO CINCO

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE TAVIRA, REALIZADA NO DIA
VINTE E SETE DE NOVEMBRO DO ANO DOIS MIL
E QUINZE _____

---Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano dois mil e quinze reuniram, no Auditório da Biblioteca Municipal Álvaro de Campos, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Tavira, com a seguinte Ordem de Trabalhos: _____

1. Apreciação da Informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal; _____
2. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 197/2015/CM, referente à TMDP – Taxa Municipal de Direitos de Passagem; _____
3. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 205/2015/CM, referente ao Orçamento Municipal e Mapa de Pessoal para o ano 2016; _____
4. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 218/2015/CM, referente à alienação da participação social na AGETAV – Agência de Desenvolvimento de Tavira, SA; _____
5. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 221/2015/CM, referente à determinação das taxas de IMI, da participação de IRS e da Derrama; _____
6. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 224/2015/CM, referente à denúncia do contrato de execução celebrado entre o Município de Tavira e o Ministério da Educação e Ciência – Contrato nº 183/2009; _____
7. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 225/2015/CM, referente à Carta Educativa 2015-2020; _____
8. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 231/2015/CM, referente à atribuição de apoio à Freguesia de Tavira – “Evento de Zumba”. _____

---O Presidente da Assembleia Municipal, José Otilio Pires Baía, declarou aberta a sessão pelas vinte e uma horas e quinze minutos. _____

---Pelo Presidente da Assembleia foi efetuada a chamada, tendo-se registado presentes os membros Ana Margarida Franco de Mendonça Viegas e Silva Baioa, Anabela Lourenço Fernandes, Ângelo Filipe Silva Pereira, Artur António Guerreiro Sanina, Carlos Alberto Pires Rodrigues, Carlos Manuel Viegas de Sousa, Dinis Manuel da Palma Faísca, Filipe Vasques do Nascimento Neto Lopes, Hugo Daniel Santos Gomes, João Afonso Cunha Rego de Carvalho, João Eduardo da Silva Trindade, Joaquim José Brandão Pires, José Alberto Godinho Correia, José Epifânio Martins da Graça, José Liberto da Conceição Graça, José Mateus Domingos Costa, José Otílio Pires Baia, Leonardo António Gonçalves Martins, Luís Nunes Ferreira da Silva, Maria Helena Correia Bartolomeu Silva, Maria João Teixeira Dias Anjos, Maria José Dias Palma Simão Mestre, Maria Otília Martins Cardeira, Maria do Rosário Brás Cavaco Ferreira Afonso, Nuno Filipe Gonçalves Diogo, Ricardina Pereira Alcaide Jesus e Sílvia Alexandra Sanches Soares. _____

---O Segundo Secretário, Jean Pierre Patrick Rancher, solicitou a substituição tendo sido substituído por Maria Helena Correia Bartolomeu Silva. _____

---O Membro Sílvia Edgar Assis Fernandes solicitou a substituição tendo sido substituído por Maria João Teixeira Dias dos Anjos. _____

---A Membro Cristela da Cruz Pereira Martins solicitou a substituição tendo sido substituída por Ana Graciete Mendes Coelho, substituída por Jorge Henrique Viegas Corvo, substituído por Hugo Daniel Santos Gomes. _____

---A Membro Muriel Cristina Dias solicitou a substituição tendo sido substituída por Sandra Maria Costa Justo Mendonça Borges, substituída por Vítor Manuel Lopes Carrasco Bota Palmilha, substituído por Ana Margarida Franco de Mendonça Viegas e Silva Baioa. _____

---O Membro Antero Arcanjo Mendes Romeira solicitou a substituição tendo sido substituído por Luís Nunes Ferreira da Silva. _____

---O Presidente da Assembleia referiu que antes de iniciarem sessão propriamente dita, gostava de informar que estavam abertas as inscrições para a intervenção do público para assuntos que não estivessem contemplados na Ordem de Trabalhos. Já possuía uma inscrição, sendo que posteriormente a mesa decidiria se as intervenções seriam efetuadas no final da reunião ou no final do período antes da ordem do dia. _____

---Acrescentou que, dados os últimos acontecimentos que todos tinham constatado há alguns dias atrás, e que constituíam uma preocupação de todos os cidadãos livres da Europa e do Mundo, em memória das vítimas dos últimos atentados terroristas propunha que aquela Assembleia e o público presente efetuassem um minuto de silêncio. _____

---Tendo-se sentido indisposto, o Membro Artur Sanina foi levado para assistência hospitalar. _____

---O Membro Filipe Lopes referiu que dados os acontecimentos e porque o Membro do BE – Bloco de Esquerda não podia estar presente, talvez devessem adiar a sessão. _____

---O Presidente da Assembleia esclareceu que os membros seguintes da bancada do BE já tinham sido contactados mas que não tinham possibilidade de estar presentes. Em termos regimentais a sessão tinha todas as condições para continuar sendo que existiam na ordem do dia assuntos que tinham que ser tratados até à segunda-feira seguinte. De qualquer modo se a Assembleia assim o entendesse e caso fosse viável não pondo em causa alguns dos assuntos que tinham prazos a cumprir, seria aceite. Assim, colocava aquela questão a discussão ouvindo também a Câmara que tinha solicitado a marcação daquela sessão para aquele dia porque, precisamente, existiam os tais prazos que tinham que cumprir e, referia-se principalmente ao IMI – Imposto Municipal Sobre Imóveis cujos valores tinham que ser comunicados ao Ministério das Finanças, todavia ainda tinham sábado e domingo. _____

---O Membro Filipe Lopes referiu que em outros locais realizavam-se assembleias ao sábado ou ao domingo. _____

---O Presidente da Câmara referiu que percebia a preocupação do Membro Filipe Lopes, que até subscrevia, sendo que nada custaria adiar a sessão, contudo existia na ordem de trabalhos um ponto sobre o qual tinham mesmo que deliberar sob pena da questão se complicar. Tratava-se da determinação da taxa dos impostos porque se tal não acontecesse até segunda-feira seguinte, pelas dezassete horas, e não comunicassem ao Ministério das Finanças, por defeito a taxa a aplicar seria a máxima uma vez que não se tinha verificado a deliberação daquele Órgão. A proposta apresentada pelo Executivo era no sentido de baixarem o IMI e adotarem o IMI Familiar, pelo que, poderiam adiar todos os pontos, incluindo aquele, contudo a sanção era muito penalizadora para a população de Tavira. _____

---Quanto ao adiarem a sessão para o dia seguinte deixava à consideração do Presidente da Assembleia.

---Para terminar, reiterou que poderiam até remarcar a sessão para um qualquer outro dia, todavia as dezassete horas do último dia do mês eram o prazo limite para comunicarem ao Ministério das Finanças a determinação dos impostos municipais cuja informação ainda tinha que passar pelos serviços para carregamento dos dados na base de dados da AT – Autoridade Tributária. _____

---O Presidente da Assembleia informou que no dia seguinte a sala estaria ocupada com a apresentação de um livro. _____

---O Membro José Graça disse que pelo PS – Partido Socialista não haveria qualquer inconveniente na suspensão da sessão e prosseguimento dos trabalhos noutro momento. Todavia, infelizmente, pelo que se estavam a aperceber, quer do ponto de vista logístico, quer do ponto de vista cronológico, verificava-se muito difícil existir condições de retomarem aquela sessão em tempo útil de modo a que pudessem deliberar sobre os assuntos em ordem do dia. De facto, o grupo do BE não conseguia fazer substituir o Membro porque os dois membros seguintes, um estava ausente do Algarve e o outro incontactável. Também tinham colocado a possibilidade de serem adiados os trabalhos porque o BE não tinham hipótese de se fazer substituir. _____

----Deixavam ali a compreensão quanto à situação, mas a Assembleia possuía quórum de funcionamento e, desejando os votos de rápidas melhoras ao Membro Artur Sanina, consideravam que seria mais útil continuarem os trabalhos reconhecendo também o facto de existirem alguns constrangimentos do ponto de vista das intervenções ao longo da sessão mas que procurariam ser ultrapassados. _____

----O Presidente da Câmara informou que pensava que ao longo do fim de semana as salas iriam estar todas ocupadas pois já havia um agendamento, pelo que se tornava muito difícil. Por outro lado, as agendas quer do Presidente da Câmara, quer dos Vereadores, como todos tinham conhecimento eram difíceis. Estava disponível para retomar a sessão na segunda-feira seguinte à mesma hora e colocava aquele pressuposto tentando corresponder, satisfazer, todos os interesses em presença, como a saúde física do Membro Artur Sanina e o BE poder estar em pleno direito na sessão que era importante e que tinha sempre opinião, mas competia-lhe alertar para a necessidade de deliberarem sobre o ponto da determinação dos impostos, que era uma questão muito importante, sob pena de virem a ser penalizados. _____

----O Presidente da Assembleia referiu que iriam continuar a sessão até porque lhe parecia que não existiam muitas condições, quer logísticas, quer cronológicas para a poderem adiar. _____

----Informou que o Membro da CDU – Coligação Democrática Unitária, Antero Romeira, tinha solicitado a renúncia de mandato pelo que, a partir daquela sessão, o Membro Luís Silva, ali presente, passava a ser o membro efetivo daquela Assembleia em representação da CDU. _____

----Colocou à consideração e aprovação a ata número quatro referente à reunião realizada no dia vinte e oito de setembro anterior e que todos os membros ali presentes tinham recebido. Tendo verificado que não existia qualquer intervenção ou pedido de alteração colocou a ata a votação que foi aprovada por unanimidade dos membros presentes na sessão da Assembleia a que respeitava, conforme listagem anexa à mesma como documento número um. _____

----Acrescentou que a mesa tinha recebido por parte da bancada do PS, um voto de pesar e uma moção, pelo que solicitava a um dos membros da bancada que se pronunciasse sobre o voto de pesar. _____

----O Membro José Graça disse que queria saudar o público presente que era em número bastante significativo. _____

----Passando ao voto de pesar disse que a bancada do PS daquela Assembleia Municipal gostava de recordar naquela sessão e convidar toda a Assembleia a associar-se com a aprovação do voto de pesar pelo falecimento da Professora Maria Manuela Peão Lopes Dias Pinto que durante muitos anos tinha desempenhado funções letivas e diretivas na Escola Secundária de Tavira e ainda na antiga Escola Técnica, tinha também integrado aquela Assembleia Municipal durante dois mandatos e sido a coordenadora da bancada do PSD – Partido Social Democrata no segundo mandato. _____

----A Professora Maria Manuela Peão Lopes Dias Pinto tinha falecido no dia cinco de outubro passado, mesmo no Dia do Professor, sendo que a aprovação do voto de pesar se constituiria como a derradeira

homenagem que aquela Assembleia Municipal poderia prestar depois da atribuição de medalha no ano de dois mil e um por parte do Município. _____

----O Membro Filipe Lopes disse que pretendia anunciar que, obviamente, o PSD se associava àquele voto até do ponto de vista sentimental. _____

----O Presidente da Assembleia colocou o voto de pesar a votação que foi aprovado por unanimidade. O voto de pesar encontra-se anexado à presente ata como documento número dois. _____

----Devolveu a palavra à bancada do PS para que se referisse à moção entregue sobre a defesa do serviço nacional de saúde no Algarve. _____

----O Membro José Graça mencionou que considerava que não tinham qualquer necessidade de voltar a referir os considerandos que presidiam à apresentação daquela moção na Assembleia Municipal de Tavira. Naquele mesmo dia a RTP – Rádio e Televisão de Portugal tinha voltado a noticiar a gravíssima situação que se vivia no Centro Hospitalar do Algarve que se vinha deteriorando ao longo dos últimos anos com perdas de pessoal médico, lacunas dos vários serviços especializados do Hospital, alguns dos quais eram considerados serviços exemplares a nível nacional e perda ou forte limitação da capacidade formativa de alguns desses serviços enquanto entidade acreditada a nível nacional. _____

----O Centro Hospitalar do Algarve manifestava, de facto, uma completa falta de disponibilidade e demonstrava também muitas limitações na acessibilidade aos serviços médicos relativamente às necessidades do Algarve que, apesar do aumento de população verificado na última década e do aumento exponencial sentido nos meses de verão, muitas vezes via-se na contingência de ter que mandar muitos dos seus pacientes para unidades hospitalares em Lisboa, não referindo apenas os serviços de maior complexidade mas simples serviços de cirurgia ou questões tão básicas como por exemplo a cirurgia maxilo-facial que praticamente todos os dias era necessária. _____

----Por outro lado também se verificava uma enorme falta de médicos especializados nas áreas de obstetrícia e ginecologia e pediatria, numa das regiões do país que continuava a ter um saldo positivo do número de nascimentos e onde aquelas especialidades teriam ainda maior importância. De facto, todas aquelas situações colocavam em causa o acesso aos cuidados de saúde no Algarve e a todos os que o visitavam, o que para além de violar um direito constitucional à proteção da saúde acabava também por se traduzir numa lamentável deterioração da imagem internacional do Algarve enquanto região turística. _____

----Era nesse sentido que os membros do PS daquela Assembleia Municipal propunham exigir ao Governo que procedesse a uma avaliação da implementação do modelo de gestão hospitalar do Algarve com especial incidência no balanço sobre o acesso e qualidade dos cuidados de saúde prestados nos últimos três anos nos três hospitais da região; que garantisse o funcionamento de todas as valências e especialidades existentes no Hospital do Barlavento Algarvio; que garantisse os recursos humanos médicos necessários nas especialidades dos serviços de ortopedia, anestesia, pediatria e ginecologia e

obstetrícia dos hospitais de Faro e Portimão e que assegurasse os meios técnicos, tecnológicos e humanos adequados a garantir a equidade e a acessibilidade aos cuidados de saúde no Algarve, em conformidade, nomeadamente com a Carta dos Direitos de Acesso aos Cuidados de Saúde pelos utentes do Serviço Nacional de Saúde. _____

----Concluiu dizendo que também propunham que fosse dado conhecimento daquela moção e da deliberação que sobre ela recaísse a vários órgãos e entidades bem como nota pública para que todos os tavirenses e algarvios tomassem conhecimento das suas preocupações. _____

----O Presidente da Assembleia colocou a moção a discussão. _____

----O Membro João Carvalho propôs que fossem efetuadas algumas alterações pois considerava que a moção não usava a terminologia atual, pelo que passava a ler: _____

----*"A criação do Centro Hospitalar do Algarve pretende responder à necessidade de equidade no acesso aos cuidados de saúde de todos os algarvios, melhorando a prestação de cuidados de saúde e mantendo a sustentabilidade económica do Serviço Nacional de Saúde, como foi conseguido pelo anterior Governo.*

----*O Centro Hospitalar do Algarve teve o maior investimento das últimas décadas nos últimos quatro anos, mas apesar de ter resolvido a situação de rotura económica em que se encontravam os hospitais do Algarve e da grave situação das urgências, não foi suficiente para resolver outros graves deficits estruturais herdados.* _____

----*O centro hospitalar apesar de ter aumentado os seus quadros de profissionais de saúde nos últimos quatros anos não o conseguiu efetuar de forma suficiente e continuam a existir deficits em áreas importantes da saúde.* _____

----*A articulação entre os hospitais do Centro Hospitalar do Algarve melhorou nalgumas áreas, contudo noutras ainda apresenta um longo caminho a percorrer.* _____

----*Existem áreas médicas com maiores dificuldades que requerem urgência na resolução do défice de profissionais, nomeadamente a anestesia, ortopedia, ginecologia e obstetrícia, cirurgia geral e pediatria.*

----*O Hospital do Barlavento Algarvio referido na presente moção" a que o PS tinha acabado de apresentar "não existe desde há onze anos, com a criação do Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio em dois mil e quatro, integrando a Unidade Hospitalar de Portimão e a Unidade Hospitalar de Lagos.* ____

----*Porém desde há dois anos, mais precisamente desde a publicação do Decreto-Lei 69/2013 de 17 de maio, que também este Centro Hospitalar deixou de ter existência legal. Desta forma o CDS irá votar favoravelmente esta moção solicitando contudo que o PS ajuste a terminologia empregue à realidade atual, alterando a redação dos pontos dois e três, unindo-se num ponto único com a seguinte redação: _*

----*Ponto dois: Garantir o funcionamento de todas as valências do Centro Hospitalar do Algarve, através da contratação dos profissionais de saúde necessários, sendo os casos mais prementes os da anestesiologia, ortopedia, ginecologia e obstetrícia, cirurgia geral e pediatria."* _____

---O Membro José Graça referiu que a terminologia que tinham utilizado naquela moção podia não ser a terminologia atual mas era certamente a que os algarvios conheciam e reconheciam no trabalho. Claramente que apesar de todas as vantagens que tinham existido no processo de integração, verificava-se uma quebra de cuidados de saúde mais evidente quer no Centro Hospitalar do Algarve quer no próprio Centro de Medicina Física e Reabilitação do Sul que não tinham pretendido colocar na moção uma vez que se tratava de um serviço muito especializado e uma unidade que ainda não estava completamente integrada, mas que também era um espelho do que se estava a passar na região. _____

---Terminou referindo que não viam qualquer inconveniente em votar uma alteração à moção conforme apresentada desde que a mesma desse entrada na mesa e pudessem ter acesso ao texto na íntegra. _____

---O Membro Filipe Lopes referiu que apesar da bancada do PSD nem sempre estar de acordo com a bancada do CDS-PP – Partido Popular subscreviam a intervenção e votariam favoravelmente com as alterações propostas. _____

---O Presidente da Assembleia informou que passava a ler as alterações propostas. Os pontos dois e três da moção apresentada pelo PS que diziam nomeadamente: *“Garantir o funcionamento de todas as valências e serviços de especialidades existentes no Hospital do Barlavento Algarvio”* e o ponto três *“Garantir os recursos humanos médicos necessários nas especialidades dos serviços de ortopedia, anestesia, pediatria e ginecologia-obstetrícia no Hospital de Faro e Portimão”* passavam, como proposto pelo membro do CDS-PP, a constituir um único ponto: *“Garantir o funcionamento de todas as valências do Centro Hospitalar do Algarve, através da contratação dos profissionais de saúde necessários, sendo os casos mais prementes os da anestesiologia, ortopedia, ginecologia e obstetrícia, cirurgia geral e pediatria”*. _____

---O Membro José Graça disse que concordavam com as alterações propostas. _____

---A Membro Maria do Rosário disse que os utentes do Centro de Saúde de Santo Estevão, no passado dia treze de novembro, sexta-feira, tinham sido confrontados inesperadamente com o encerramento daquela unidade de saúde sem que tivessem tido qualquer tipo de informação prévia. Tratou-se de um facto insólito pois quem se encontrava nas instalações do Centro de Saúde, de repente, tinha sido surpreendido por um conjunto de pessoas a carregar secretárias, cadeiras e tudo o que se encontrava quer no interior quer no exterior já que até os vasos das flores tinham sido levados sem que tivesse havido qualquer explicação que era devida, nunca sendo aquele um procedimento correto. _____

---Normalmente era afixada a mais variada informação quer na Junta de Freguesia, quer nos estabelecimentos, nos cafés, anunciando qualquer evento e uma informação daquela natureza com profundo interesse para toda a população apenas posteriormente é que tinha sido divulgada, tendo ela apenas tomado conhecimento na semana seguinte de que o encerramento se devia a obras cuja previsão seria de dois meses de duração. Considerava que tendo o ano tantos meses a intervenção

deveria de ocorrer noutra época do ano já que presentemente era uma altura em que as pessoas sofriam as patologias próprias do tempo frio e sendo a população maioritariamente idosa e debilitada, tinham decidido proceder aos trabalhos naquela altura. Era pois um reparo que pretendia fazer. _____

----O Presidente da Assembleia informou que ainda não tinham terminado a discussão e votação da moção, pelo que aquele assunto seria abordado posteriormente. _____

----Colocou a moção apresentada pelo PS, com as alterações nos seus pontos dois e três propostas pelo CDS-PP, a votação que foi aprovada por unanimidade. _____

----O documento definitivo da moção encontra-se anexado à presente ata como documento número três. _____

----A Membro Maria do Rosário referiu que como era do conhecimento do Presidente da Câmara, a estrada dentro da aldeia de Santo Estevão, que tinha recentemente levado um tapete novo, continha alguns lugares marcados para estacionamento, o que presentemente não acontecia. Assim, a questão que pretendia colocar era se estava previsto que houvesse novamente estacionamento naquela zona. _

----Relativamente ao que tinha exposto sobre o Centro de Saúde gostava de saber o que tinha acontecido para que aquela situação tivesse sido criada. _____

----O Membro João Carvalho disse que pretendia apenas efetuar uma pequena declaração pública, prévia, à margem dos trabalhos e com âmbito local mas também algo nacional e que se referia ao facto de *"depois de consumado o assalto ao poder que verificámos desde o dia quatro de outubro e sendo a democracia para mim algo muito sério e o voto popular não uma mera formalidade burguesa que pode ser suplantada por cálculos contabilísticos, eu gostaria de pedir ao Sr. Presidente que, considerando eu este Governo ilegítimo, nunca me convocasse em nome da Assembleia para estar presente em alguma participação ou alguma vinda de um membro deste Governo a Tavira."* _____

----O Membro Filipe Lopes referiu que, primeiramente pretendia congratular o Executivo pela liquidação do PAEL – Programa de Apoio à Economia Local relativamente ao que gostava de solicitar esclarecimento quanto à dúvida suscitada por um comunicado que a Câmara tinha emitido e que referia uma poupança em juros no valor de cento e oitenta mil euros sendo que ele pensava que eram cerca de vinte mil. _____

----O Presidente da Câmara respondeu que o valor estava incorreto já tendo solicitado a devida correção. _____

----O Membro Luís Silva disse que pretendia colocar uma questão relacionada com a estrada de Cachopo, no seu início, antes da Picota. Já anteriormente ao primeiro mandato do atual Presidente da Câmara tinha acontecido uma derrocada que estava sinalizada mas que não era reparada. Considerava algo estranho, que se estivessem a executar várias intervenções no Concelho, inclusivamente na estrada de Cachopo, e que aquele local não fosse reparado sendo que até considerava ser perigoso. _____

---O Membro José Graça disse que gostavam de dirigir duas perguntas ao Executivo Municipal que se relacionavam com duas temáticas que de algum modo conjugavam o interesse popular que se tinha movimentado no sentido da participação cidadã, não apenas da população de Tavira mas também de outros locais do Algarve. Como tinha referido anteriormente quando da apresentação da moção sobre a Defesa do Serviço Nacional de Saúde na Região, o Algarve constituía-se como uma região turística, lamentavelmente uma região que muito dependia da atividade turística para a sua sustentabilidade quer em termos sociais quer económicos mas também para o seu desenvolvimento em termos empresariais. _____

---Há cerca de três ou quatro anos, os algarvios tinham tomado um vago conhecimento de que se preparava finalmente para avançar o processo de exploração petrolífera na costa do Algarve. Foram realizadas algumas reuniões com os Autarcas e a informação disponibilizada pelo Governo tinha sido diminuta. Assim, o que gostavam de saber era quais tinham sido as medidas e que iniciativas tinham sido desenvolvidas pelo Município de Tavira para conseguir consolidar a informação disponível e ainda para tentar perceber o que estava, de facto, a ser preparado. _____

---Nos últimos meses tinham sido confrontados com um anúncio por parte de uma empresa à qual teria sido licenciada também a exploração petrolífera, não na costa do Algarve, mas no interior da região, particularmente na Costa Vicentina e nas zonas interiores dos Concelhos de Loulé, São Brás de Alportel e Tavira. Apesar de terem conhecimento de que, presentemente, a atividade petrolífera era bastante limitada pela quebra dos preços do petróleo, não deixava de lhes causar alguma preocupação que tal estivesse a acontecer à margem dos algarvios e seus Autarcas e que o Governo que tinha cessado funções no dia anterior não tivesse promovido de uma forma mais pertinente a informação pública sobre aquelas matérias que poderiam vir a afetar de uma forma muito grave e talvez definitiva a futura atividade turística da região. _____

---O Membro José Graça disse que em segundo lugar também gostaria de questionar sobre outro processo que, de alguma forma, também tinha concentrado as opiniões e as preocupações dos algarvios e, particularmente, dos tavirenses. Como era do conhecimento geral, Tavira, a cidade e o Concelho, tinha sido escolhida, no início da presente década pelo Governo português, para ser a comunidade representativa da candidatura de Portugal à Dieta Mediterrânica como Património Cultural Imaterial da Humanidade. A escolha da comunidade de Tavira tinha tido, sobretudo, como fatores fundamentais o trabalho que vinha a ser desenvolvido pelo Município de Tavira, há cerca de vinte anos, na preservação do seu património cultural, imaterial como as tradições, receitas e sobretudo formas de vida que também muito estavam relacionadas com a forma de trabalhar na agricultura, na proteção da paisagem, dos sabores e saberes que vinham a ser transmitidos pelas gerações que anteriormente tinham ocupado o território e pelo respeito e memória viva dessas gerações. Com o incentivo do Município tinha-se vindo a efetuar ao longo de anos, um trabalho de preservação do património arqueológico e histórico

do Concelho, relativamente ao que nem sempre se tinha contado com a colaboração mais ativa por parte do Estado, principal responsável pela sua preservação, como se tinha verificado há cerca de dois ou três meses na zona litoral da Freguesia da Luz de Tavira, onde se tinha localizado uma das maiores cidades romanas da história da Península Ibérica considerada ainda maior do que Faro ou até Lisboa e que, de alguma forma, tinha vindo a ser esquecida ao longo do tempo sendo considerada até como cidade perdida. Preocupava-os o que se tinha passado no território onde estaria localizada a cidade de Balsa. _____

----Terminou referindo que gostaria de saber quais as medidas adotadas pelo Município para a preservação do património arqueológico existente naquele espaço e para a sua futura valorização. _____

----O Membro Dinis Faísca referiu que tinha gostado de ouvir o Membro José Graça a quem dava os parabéns pois tinha falado muito bem, dominava aquelas matérias, era eloquente na forma como defendia o património e o meio ambiente, mas queria recordá-lo que naquela mesma Assembleia, há cerca de um ano atrás, ele próprio tinha defendido exatamente o contrário. Estavam perante uma questão idêntica, a implantação de estufas agrícolas numa REN – Reserva Ecológica Nacional e que, na altura, o Membro José Graça tinha defendido a sua implantação tendo essa mesma exploração sido considerada de Interesse Municipal. Recordava o Membro que tinha apresentado e defendido aquela tese com o argumento de que seria fundamental para o desenvolvimento de Tavira, que iria criar seiscentos postos de trabalho conforme estava lavrado em ata. _____

----Vivia perto do local e podia dizer que trabalhariam cerca de cinquenta pessoas sendo que tavirenses seriam muito poucos. Concluiu reiterando que gostava de ouvir o Membro mas gostaria que fosse mais coerente. _____

----O Presidente da Câmara respondendo à Membro Maria do Rosário e em relação à estrada de Santo Estevão, disse que a primeira parte estava concluída. Há muito que não eram executadas quaisquer intervenções em Santo Estevão mas a estrada desde a Aldeia até à Via do Infante já estava pavimentada. Presentemente estava a ser preparado o caderno de encargos para lançarem o procedimento da ponte da Via do Infante até à Nacional 270 cuja intervenção se revestia de alguma complexidade devido à existência de um conjunto de pontões e algumas canalizações de água. Todavia, seguramente que durante o ano seguinte seria concretizada até porque constava no orçamento. _____

----Relativamente à questão da marcação do estacionamento referiu que a ideia era a de não alterarem nada. Tinham procedido a uma recarga do pavimento que estava muito degradado e acertado umas curvas. A estrada já estava marcada com uma linha ao meio por se tratar de um caminho agrícola pelo que não era possível passar, contudo no dia nove seguinte realizar-se-ia a Comissão de Trânsito onde o Vereador iria apresentar o assunto para posteriormente, com as forças de segurança, no caso a GNR – Guarda Nacional Republicana, ser possível avaliar a questão da marcação ou não dos estacionamentos. De qualquer forma caso não se verificasse, existia na zona um conjunto de estacionamentos. _____

---Relativamente à questão do Centro de Saúde tinha estado numa reunião no dia onze de novembro, onde também tinha estado o Pedro Alves, conhecido, cidadão de Tavira, que era o Diretor do ACES – Agrupamento de Centros de Saúde Algarve Sotavento, com quem tinha tido uma troca de impressões sobre a questão da saúde em geral no Concelho de Tavira visto ele ser o responsável máximo. Tinha-lhe referido que o Centro de Saúde iria ser intervencionado cuja execução estava a cargo da própria ARS – Administração Regional de Saúde, todavia não lhe tinha dito o tempo de duração apenas que seria algo demorada mas que não estavam em prejuízo os cuidados de saúde em permanência, razão pela qual iria ser intervencionado de modo a proporcionar mais condições ao próprio Centro de Saúde. Daquilo que lhe tinha sido comunicado, durante aquele período de contingência, o ACES Sotavento, bem e responsabilmente, iria canalizar as pessoas para o Centro de Saúde de Tavira. A execução estava prevista para dois meses, sendo que esperava que demorasse menos. Quanto à escolha da época, no inverno fazia frio e os idosos sofriam, no verão existia a canícula e os idosos sofriam também, pelo que não existiam um tempo útil para executar as intervenções que tinham que ser concretizadas porque se andassem com desculpas não seriam executadas, perdendo-se os orçamentos. A intervenção tinha que ser realizada até ao final do ano porque pensava que a ARS dispunha de alguma verba para investir e ainda bem que o fazia em Tavira e não noutro lugar qualquer. _____

---Quanto à declaração do Membro João Carvalho relativamente aos convites, certamente que não se esqueceria de o convidar como o tinha feito anteriormente nas visitas dos membros do Governo como o faria relativamente a todos os membros da Assembleia Municipal a fim de participarem nas cerimónias e eventualmente, a verificar-se alguma falha de protocolo que poderia acontecer, antecipava que estariam sempre convidados a estarem presentes porque as iniciativas eram divulgadas, pelo que não se sentissem inibidos de participar numa visita de um membro do Governo ou outro, porque na sua opinião eram legítimos pois trabalhavam com quem estivesse no Governo. _____

---No que se referia ao PAEL, de facto existia uma precisão a efetuar. Os juros estavam errados e a informação tinha saído incorreta, mal interpretada, pelo que já tinha mandado corrigir. Os juros do empréstimo até ao final da sua concessão, no ano de dois mil e vinte, seriam de cento e oitenta mil euros, não sendo portanto o valor anual. Pretendia esclarecer perante todos que relativamente ao pagamento antecipado do PAEL tinham-no feito porque tinham tido condições. Pensava que era correto que se dispunham de verba deviam de liquidar, sendo que considerava que não deviam ter dívidas a fornecedores, nomeadamente aos que forneciam o que necessitavam tal como ao Estado. Podiam dever dinheiro aos bancos como qualquer outro cidadão cujo valor iam liquidando, mas não ao Estado que deviam de devolver rapidamente ou aos credores que forneciam diariamente a Câmara, pelo que convinha liquidar a menos de trinta dias ou de imediato como presentemente se fazia na Câmara de Tavira. _____

---Relativamente à questão do Membro Luís Silva, a derrocada da zona da Picota, pensava que o Membro ainda não tinha visto, no entanto, estava a decorrer a empreitada de reparação e uma pavimentação. Tinha estado no local dois dias antes e a estrada ia começar a ser marcada. A reparação do Talude da Picota estava incluída naquela intervenção. O empreiteiro já tinha encomendado as vedações para repor a zona que tinha ardido do Parque de Água de Fusos e que correspondia à zona do Miradouro que seria reposta. A pavimentação já estava refeita até onde tinha sido possível e a intervenção terminaria com a reparação do talude que estava incluída naquela empreitada, que deveria acontecer em janeiro uma vez que a sua execução, estava algo adiantada permitindo ao empreiteiro efetuar a gestão de tempo de execução, pelo que, seguramente que em janeiro o talude seria reparado.

---Respondendo às questões do Membro José Graça, o Presidente da Câmara afirmou que a sua posição de princípio era contra a exploração de gás natural tal como era contra a questão de um contrato que tinha surpreendido todos, que tinham tomado conhecimento pela Comunicação Social, sobre a exploração de petróleo, sondagens, a efetuar na zona de Tavira. Gostava que ficasse claro que independentemente das posições do Governo, ele era contra. Considerava que em Portugal ninguém avaliava coisa alguma, quer fosse este ou outro Governo, sendo que pretender explorar gás natural ou petróleo no Algarve com o turismo a crescer lhe parecia que só poderia ser brincadeira. _____

---Há alguns anos, já ele era Presidente de Câmara, tinha estado presente numa reunião com o Secretário de Estado da Energia onde também tinham estado presentes o Presidente da Câmara de Faro, Macário Correia, e Vila Real de Santo António, Luís Gomes, onde lhes tinha sido explicado o processo do gás natural sobre o que estavam a pensar lançar a concessão. Quanto à explicação dada para as concessões das áreas "*Lagosta*" e "*Lagostim*", que era a denominação dada aos talhões, a população algarvia não obtinha qualquer retorno, para o ambiente, ninguém sabia qual o impacto para efeitos de publicidade, apesar de, teoricamente, as torres não se verem na linha do horizonte, teria impactos em terra que ainda ninguém sabia quais, desconhecendo-se, porque pensava que iriam iniciar brevemente a prospeção, tendo os contratos sido firmados à revelia de todos, não tendo sido dado qualquer conhecimento às Câmaras sobre o que iria acontecer. Tinham questionado se as Câmaras ganhariam alguma percentagem de exploração, sendo que não ganhariam qualquer verba. A concessão tinha sido atribuída à empresa Repsol Exploración desconhecendo ele o que iria o Algarve ganhar com a exploração de gás natural, todavia não via qualquer benefício numa terra que era turística, que vendia sol, qualidade de vida, gastronomia, podendo ser uma referência na Europa, confessava que não percebia qual o benefício de explorarem gás natural. _____

---Quanto à exploração de petróleo, a surpresa ainda tinha sido maior porque tinha tomado conhecimento apenas pela Comunicação Social como, seguramente todos os presentes, porém não via qual o benefício, antes pelo contrário, de estarem a fazer explorações em "*Fracking*" numa zona sísmica,

numa zona que devia de ser preservada até ao limite como património mediterrânico reconhecido pela UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. _____

----O Presidente da Câmara continuou dizendo que considerava importante dar conta que com os preços, e o “Fracking” estar em abundância nos EUA – Estados Unidos da América que abalavam o mercado do petróleo a nível global, não percebia o que poderiam ganhar. A Câmara não dispunha de um único documento quer fosse correio eletrónico, carta ou convocada uma reunião onde o Presidente da Câmara de Tavira tivesse sido convidado a estar, ou tivesse estado, presente. Apenas tinha recebido um telefonema de um amigo que passava muito tempo em Tavira, a solicitar uma reunião na AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve para esclarecimentos. _____

----A sua posição era a de não visualizar qualquer benefício e não ser favorável aquela exploração conforme já tinha dito à Comunicação Social e mantinha. Desconhecia qual a ideia do atual Governo sobre aquela matéria mas, seguramente, não o veriam mudar de opinião e ali estariam para aferir qual seria a ideia do Governo que, normalmente, naquelas matérias iam decidindo à revelia das comunidades locais porque o subsolo era gerível pelo Estado que não tinha tido qualquer preocupação em questionar e envolver as comunidades locais. Possivelmente não pretendiam obter posições desfavoráveis já que não conhecia um Autarca que dissesse deliberadamente que era a favor, existindo alguns que não emitiam opinião. A sua opinião já todos sabiam qual era e considerava que não devia de a mudar em função de qualquer circunstância porque acreditava que a valorização do Algarve, a valorização de Tavira era efetuada em função do seu potencial, do seu território e do contributo que tinham dado, não tendo criado nada, mas atribuído valor e o reconhecimento da UNESCO ao que já existia e que tinham que preservar e compatibilizar com a proliferação de estufas. _____

----Para os que não eram de Tavira, que nunca tinham conhecido o território, para os que não tinham andado de bicicleta nas zonas da Luz de Tavira, Campina ou Santo Estevão, podiam referir que não existiam estufas em Tavira, mas Tavira sempre tinha tido estufas. O que não existia era a enorme quantidade que tinha aparecido recentemente mas sempre tinham existido da forma tradicional como também se via na Campina de Faro. O que estava a acontecer considerava um abuso, que já tinha transmitido ao Diretor Regional, mas que não conseguiam impedir porque não tinham o licenciamento do território. Quem geria a RAN – Reserva Agrícola Nacional era a Agricultura, quem geria a REN não era a Câmara de Tavira mas o Ministério do Ambiente, a CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, quem geria o Parque Natural da Ria Formosa, a Rede Natura 2000, era o Ministério do Ambiente. Oitenta por cento do território de Tavira estava incluído em planos que a Câmara tinha competência porque o território era seu mas não o geria. Assim, ao serem confrontados com a enormidade de estufas, licenciando apenas as casas agrícolas e as estruturas de apoio à atividade agrícola como armazéns, não licenciando qualquer estufa, eram confrontados com aqueles licenciamentos, cujo tema da proliferação de estufas já tinha abordado em diversas reuniões. _____

----Continuando a responder às questões colocadas, o Presidente da Câmara referiu-se à “Balsa”. Tinha visitado a propriedade dois dias após a visita do Diretor Regional. A propriedade tinha sido arrendada a uns senhores espanhóis para implantarem estufas sendo que grande parte se encontravam em Reserva Agrícola e onde, em tempos, se praticava agricultura tendo a vinha sido a última produção porque, de acordo com o que lhe tinha dito o Diretor Regional da Agricultura a zona não era sujeita a licenciamento por se tratar de Reserva Agrícola. Tinha questionado se era permitida a prática da agricultura, de que tipo, e se as estufas eram permitidas apesar de já não se verificar o que ocorria no passado quando existia na zona de baixo junto aos achados arqueológicos uma plantação de morangos mas em cujo local não era permitido colocar o que quer que fosse e muito menos tocar numa zona de proteção de achados arqueológicos que estavam enterrados para a sua própria preservação porque já se sabiam bastante danificados, seguramente devido ao tempo em que não existia consciência arqueológica e que, certamente, muito tinha sido danificado. Tinha marcado com o Diretor Regional de Agricultura uma reunião em Faro para clarificar que tipo de licenciamento era aquele, cuja cópia o empresário espanhol lhe tinha fornecido, porque tendo-se dirigido ao Parque Natural e efetuado o pedido de pré-avaliação não tinha qualquer licenciamento mas o parecer do Parque Natural indicava que teria apenas que ter atenção aos achados arqueológicos. Todavia tinha iniciado a montagem das estufas e estruturas de apoio sem atender ao que quer que fosse, pelo que tanto a Agricultura como a Cultura, na pessoa da Diretora Alexandra Gonçalves que tinha tratado bem do assunto, tinham falado com ele e articulado com a CCDR de modo a embargar a obra porque se verificavam condicionantes arqueológicas para um licenciamento. Que ficasse claro que também não concordava com a proliferação de estufas no Concelho de Tavira, pelo que teriam que trabalhar e discutir a questão com quem de direito para que existisse alguma sensibilidade já que o território era muito apetecível, muito fértil e dispunha de um microclima importante onde as culturas vingavam mais cedo e onde tinha existido um forte investimento do PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural. _____

----Tavira era o primeiro Concelho de execução do PRODER cujo programa tinha terminado sendo o segundo em jovens agricultores do Algarve que devido à crise atual, que não tinha terminado, muitos tinham voltado à agricultura tendo existido Fundos Comunitários para o fazerem. _____

----Relativamente às estufas já há muito tempo que vinham a alertar para o facto de a proliferação de estufas estar a ultrapassar o razoável. _____

----Para terminar, o Presidente da Câmara disse que esperava que o novo Governo regulamentasse a favor das Câmaras e dos PDM – Plano Diretor Municipal quanto à questão da gestão do território. Tinha que preservar a paisagem mediterrânica porque um dia havia a visita dos representantes da UNESCO e queriam verificar o que lhes tinha sido mostrado, fundamental para Tavira, visto o projeto da Dieta Mediterrânica, Comunidade Representativa, não ser um projeto de apenas um ou dois anos mas um projeto de longo prazo que de alguma forma teriam que preservar. Assim, o que interessava era

que cada vez mais os PDM e as Câmaras Municipais possuísem a gestão dos seus territórios, o que presentemente não acontecia, e quando assim era bem podiam conversar, escrever, mas não era a Câmara que geria, limitando-se ao PDM, dando pareceres em várias matérias, mas em questões de decisão estas cabiam sobretudo ao Estado que não contava muito com a participação dos municípios na gestão de muitas questões sendo que, por vezes, os empresários já nem se dirigiam à Câmara para licenciamentos fazendo-o apenas no caso dos licenciamentos de casas agrícolas cujas normas da Câmara em termos de metros e outros, tinham que seguir. _____

---O Membro Dinis Faísca referiu que mais uma vez tinha gostado de ouvir e concordava com tudo o que o Presidente da Câmara tinha dito, a posição tomada quanto à exploração de gás natural, à exploração do petróleo, relativamente à "Balsa", relativamente à falta de instrumentos que a Câmara Municipal tinha para regulamentar a gestão do território, ao nível da implementação de estufas no Município de Tavira, porque reconhecia e sabia que dependiam de todas as Entidades que tinham sido referenciadas.

---Tinha gostado de ouvir que não defendia a proliferação de estufas, mas sublinhava o que tinha dito relativamente ao Membro José Graça e gostaria que o Presidente da Câmara tivesse dito o mesmo e tomado aquela posição há um ano atrás porque naquela altura a Câmara Municipal tinha tido a oportunidade de evitar a proliferação das estufas naquele local concreto, porque ao apresentar na Assembleia Municipal a proposta para considerar aquele espaço como de Interesse Municipal, o que tinha sido feito tinha sido defender a proliferação de estufas naquela zona. Tinha tido o poder de evitar porque caso o tivesse feito as estufas teriam que ser levantadas. _____

---O Presidente da Câmara disse que pretendia esclarecer aquele caso para que fossem consequentes. Estavam a falar dum licenciamento que tinha sido efetuado de uma existência, porque ali já existiam estufas, e o que os proprietários daquelas estufas localizadas no caminho para o Hotel Albacora tinham feito, tinha sido a aquisição de mais alguns hectares por suporem que estavam dentro do perímetro urbano. Verificada a situação, nem estavam dentro do Parque Natural, nem dentro do perímetro urbano o que significava que as estufas eram licenciáveis. Não podiam comparar o existente naquele local com o que estava a acontecer, por exemplo, na Campina da Luz de Tavira porque se tratavam de situações completamente diferentes. O princípio não era o mesmo porque apesar de se tratar de estufas, dependia da sua localização e do impacto que tinham, porque se o Membro observasse a partir do Polidesportivo de Santo Estevão na linha do horizonte veria o impacto de plástico existente o que não acontecia na outra zona porque como tinha dito e mantinha, tratava-se de coerência. Sempre tinham existido estufas contudo tinham que estar devidamente colocadas em determinados locais. Não defendia as estufas mas naquele caso tinha apresentado uma declaração de interesse municipal porque havia um investidor que tinha efetuado um determinado investimento e tratava-se de corrigir uma situação que era legalizável até porque uma parte já estava legalizada. A situação que se via de Santo Estevão era diferente porque se tratava de uma enorme quantidade de plástico que tanto quanto sabia

algumas pessoas que ali tinham adquirido casa já estavam a tentar vendê-las visto o impacto ser muito elevado, não podendo por isso ambas as situações serem consideradas de igual forma. _____

----O Membro Dinis Faísca disse que não o estava a fazer mas tendo o Presidente da Câmara referido que era contra a proliferação de estufas quando tinha tido meios para as evitar, tinha-as legalizado. ____

----O Presidente da Câmara referiu que naquele caso era compreensível. A CCDR, que era uma entidade insuspeita, tinha validado o procedimento para a instalação das estufas e sendo a quem cabia tutelar o património, tinha validado o que tinha sido efetuado. _____

----O Membro Carlos Rodrigues mencionou que ia falar sobre a sua terra, a sua Freguesia que era o que o levava ali, o peixe, o polvo e outros assuntos. De qualquer forma pretendia abordar um assunto já ali falado, o petróleo, o gás natural e quem ganhava ou não dinheiro porque se preocupava imenso com a sua população que era uma população piscatória. Assim, no dia em que comessem a extrair petróleo na costa, a pesca terminaria e o petróleo de Tavira que era o sol, a água salgada, a areia, tudo adquirido sem custos que só teriam a ganhar se os soubessem explorar, eram melhores que o petróleo. _____

----Pretendia referir-se a um assunto que tinha sido abordado na última sessão da Assembleia Municipal sobre o que queria agradecer ao Presidente da Câmara a forma como se tinha empenhado na resolução do problema da Estrada 1437 que ligava Santa Luzia às Pedras D'el Rei. Na realidade, iam ficar ali com uma bonita avenida onde tinham sido efetuadas alguma correções, como os postes de eletricidade que se encontravam no meio da ciclovía que já tinham sido retirados e recolocados fora daquela via. O parque de estacionamento tinha ficado reduzido e ainda não tinha sido arredondada a parte onde diariamente os carros chocavam mesmo na atual época do ano em que não existiam muitos veículos o que, certamente, se complicaria bastante no período do verão em que imaginava iriam haver muitos carros partidos. _____

----Solicitava que o Presidente da Câmara lhe fizesse mais um favor junto da Polis, para que executassem algumas correções que entendia necessárias, nomeadamente a colocação de um sinal de banda sonora junto das passadeiras porque existindo no local um sinal de passadeira, quem não conhecia a estrada, batia na banda sonora e despistava-se como já tinha acontecido no dia anterior em que uma senhora se tinha despistado e batido contra o muro. Como o mais fácil era dirigir-se ao Presidente da Junta tinha lá ido para que lhe fosse paga a avaria do veículo. _____

----Outra coisa que gostava de ver corrigida era a calçada do lado direito porque todos os dias era confrontado com observações sem qualquer sentido uma vez que junto a Pedras D'el Rei, às vivendas ali existentes, tinha sido colocada calçada portuguesa, tudo muito bonito, mas do lado de Santa Luzia nada existia sendo as pessoas forçadas a circular pela terra. Considerava que o Presidente da Câmara poderia levar a Polis a investir ali, claro que a Câmara também teria que investir parte já que se tratava de uma parceria, mas acreditava que o Presidente podia auxiliar na resolução daquela questão. _____

---O Membro Carlos Rodrigues acrescentou que pretendia abordar uma questão que estava a acontecer em Santa Luzia, que era do conhecimento do Presidente da Câmara e do Gabinete de Ação Social. Tratava-se de um agregado familiar de Santa Luzia, um casal com três filhos que por contingências várias tinha um processo a decorrer em tribunal tendo sido sentenciados a abandonar a casa onde habitavam até àquele mesmo dia, vinte e sete de novembro, tendo portanto uma ação de despejo. Sabia que a referida família já se tinha dirigido à Câmara Municipal no sentido de solicitar uma habitação uma vez que tinham que entregar a casa. Sabia que naquele dia não tinham entregado a casa, continuando na habitação. Assim, como o Presidente da Câmara e o Gabinete de Ação Social tinham conhecimento do assunto, perguntava sobre quais tinham sido as medidas que a Câmara tinha adotado no sentido de poderem auxiliar aquela família para que não ficasse na rua. Tratava-se de três adultos e duas crianças já que o casal tinha uma filha com vinte anos, um filho com dezasseis e outro com doze. De momento não estavam a viver na rua porque tinham acabado por não abandonar a habitação mas provavelmente em questão de dias teriam que sair. _____

---O Membro José Liberto disse que pretendia prestar um esclarecimento quanto à questão do Centro de Saúde de Santo Estevão. Tinha tomado conhecimento da intervenção no mesmo dia após reunião com o Presidente da Câmara. Pedro Alves tinha ido falar com ele na Freguesia e era claro que a Junta apoiava no que fosse necessário para que a intervenção se realizasse e que o Centro de Saúde não fechasse o que constituía a grande preocupação. Tinha-lhe garantido que tal não iria acontecer, que apenas iriam ser realizadas obras que demorariam cerca de dois meses. A Junta de Freguesia estava a apoiar os utentes de Santo Estevão nomeadamente com a receita cujos pedidos eram ali deixados juntamente com o cartão de utente que a Junta transportava para Tavira e devolvia ao interessado. Para além disso facultava transporte diário para Tavira para quem necessitasse de se deslocar às consultas em Tavira. Portanto estavam a apoiar dentro das possibilidades para que ninguém ficasse prejudicado durante o tempo em que o Centro de Saúde de Santo Estevão estivesse a ser intervencionado porque iria constituir-se como uma mais valia para a Freguesia sendo portanto para manter. _____

---A Membro Maria do Rosário referiu que não estava a fazer qualquer reparo ao apoio que a Junta de Freguesia estava a proporcionar. A questão era que, certamente como teria conhecimento, nem os médicos, nem os funcionários sabiam que o Centro de Saúde ia fechar naquele dia tanto mais que havia atos médicos a decorrer e marcados para a semana seguinte. O caricato da situação não estava na intervenção em si, que aplaudia, apoiando-a, bem como o apoio que a Junta de Freguesia estava a proporcionar, não estando a criticar, mas antes a situação insólita constituída pelo fator surpresa já que estando as pessoas no Centro de Saúde, de repente, tinham visto várias pessoas entrarem e começarem a levantar e retirar tudo, tendo os funcionários ficado espantados por desconhecem o que se estava a passar. _____

----O Membro José Liberto disse que tinha tomado conhecimento no dia onze pelas dezoito horas tendo sido comunicado que já existia informação sobre a intervenção pelo que tinha confiado na palavra do Diretor do Centro de Saúde que era quem estava a par dos acontecimentos. Também, quando no dia seguinte tinham colaborado na retirada do mobiliário por forma a facilitar o processo, desconhecia a falta de conhecimento da população tendo tentando apenas auxiliar dentro das suas competências. ____

----O Presidente da Câmara referindo-se à Polis disse que já tinha explicado aquela questão mas porque a Assembleia tinha mais público voltava a fazê-lo. A intervenção mencionada era financiada por Fundos Comunitários no âmbito de um projeto em que a Câmara tinha colocado na Sociedade Polis dois milhões de euros de capital social já realizado, tendo reavido cerca de seis milhões. Há cerca de dois anos quando estavam a programar aquela intervenção, no ano de dois mil e treze, não existia verba para o que quer que fosse e quando aquele projeto tinha aparecido o seu valor era de cerca de oitocentos mil euros razão pelo que tinham tido que aliviar algumas rúbricas caso contrário não poderia ser executada. T tinham tido que tomar opções mas considerava que estava manifestamente melhor. Tratava-se de uma requalificação de que já há vinte anos ouvia falar, mas que eles sem falar tinham-na realizado e aquela era a diferença. Era óbvio que tinham que acertar algumas questões, a calçada do lado direito, as luminárias deviam de ser LED tendo há cerca de dois anos sido retiradas do caderno de encargos para poderem fechar a candidatura cujo financiamento atribuído tinha sido de sessenta e cinco por cento para o que a Câmara ainda tinha celebrado um protocolo adicional de cento e trinta mil euros de modo a liquidar o remanescente que tinha acabado por não ser necessário. Há dois anos, a Câmara não tinha verbas disponíveis para celebrar protocolos adicionais, contudo era diferente celebrar um protocolo de cento e trinta mil euros de um de trezentos mil. Assim, o que tinha ficado por concluir era a calçada do lado direito e as luminárias que oportunamente seriam substituídas e, sendo a calçada importante, havia a opção de circular pelo outro lado onde existia uma ciclovia e um passeio. _____

----Considerava que o Presidente da Freguesia de Santa Luzia em vez de se referir à calçada daquela estrada que até tinha sido requalificada, deveria antes referir a calçada da Rua Joaquim Soares porque não tendo existido verba suficiente, tinha tido que tomar uma opção quanto àquela Rua porque para um projeto no valor de oitenta e seis mil euros apenas dispunham de vinte mil, pelo que tinham decidido pavimentar deixando por executar as calçadas dos passeios ficando as pessoas sem calçada para entrarem em casa. Assim, entre uma e outra não tinha qualquer dúvida sobre em qual iriam executar primeiramente a calçada sendo, certamente, na Rua Joaquim Soares que se constituía como uma velha aspiração do Presidente da Freguesia que parecia ter esquecido. O problema era que tinham que fazer opções sendo que existindo verba disponível até podiam executar tudo na mesma empreitada que custaria cerca de cento e cinquenta mil euros. Porém, considerava que a estrada de Santa Luzia estava muito melhor, ainda não estava perfeita porque infelizmente tinham que executar tudo por fases

visto as verbas não abundarem até porque tinham recebido muitas dívidas para pagar que iam amortizando. _____

---O Presidente da Câmara referiu-se ao assunto que tinham estado a tratar naquele mesmo dia de manhã. Disse que o Presidente da Freguesia de Santa Luzia lhe tinha telefonado naquele dia ainda não seriam nove horas pois era o último dia que uma família tinha para deixar a habitação onde residia. Pelas dez horas e quarenta e cinco minutos a solução encontrada consistia no facto da família se ter que inscrever na habitação social, que não estava inscrita, e ele próprio tinha falado com o senhorio de modo a ser adiada a saída até ao final do mês de dezembro. _____

---Queria dizer que em seis anos ninguém tinha ficado na rua, muito menos com filhos, estando a ser controladas todas as ações de despejo que estavam a decorrer que, obviamente tinham uma fase declarativa e outra executiva, tendo sido efetuado um acordo e marcada uma data para a saída que a Câmara desconhecia, os serviços desconheciam, porque a família nem sequer estava inscrita, o que deveria ter acontecido naquela mesma tarde para posteriormente se candidatar a uma habitação. Reiterava que ninguém ficava na rua nem que tivessem que colocar a família numa pensão porque não ficava nenhuma criança a viver na rua nem nenhuma família desabrigada. Seguramente quando tal se verificasse encontrariam uma solução de proteção à família como o faziam com todos. Em seis anos de Presidente de Câmara tinha sido sempre assim ali estando para tentar resolver os assuntos esperando que no concurso de habitação social que ia abrir, as famílias mais carenciadas especialmente as que tinham filhos, ficassem com as habitações disponíveis. Iria realizar-se um concurso, com um júri, tudo transparente, critérios definidos para não existir qualquer tipo de favorecimento, sendo por isso que estavam a aplicar uma Lei excelente produzida pelo Governo anterior e que tinha sido publicada no dia anterior, relativa à habitação social, com regras, com critérios, com contratos a cinco anos porque do mesmo modo que referia que ninguém ficava na rua, também considerava que ninguém tinha direito eterno à habitação social passando por isso a existirem contratos de cinco anos para serem reavaliados porque se, por hipótese, saísse o euromilhões e pretendessem continuar a viver numa habitação social tal não fazia sentido devendo essa habitação ficar disponível para quem dela necessitasse porque sendo a vida dinâmica, presentemente estava-se numa situação que podia ser diferente no futuro. _____

---Concluiu dizendo que considerava muito bem a nova Lei, já dispondo a Câmara de um novo regulamento que seria muito brevemente deliberado em reunião de Câmara de modo a poderem lançar o concurso para atribuição de habitação social no qual esperava que aquele agregado concorresse e, reunidas as condições de acordo com o júri, pudesse ser abrigada. À partida, tinha a condição dos três filhos pelo que considerava que deveriam de ser privilegiados. _____

---O Membro Carlos Rodrigues agradeceu e referiu que não tinha levantado a questão da Rua Joaquim Soares porque numa conversa que tinha tido há algum tempo com o Presidente da Câmara no seu Gabinete do Presidente, tinha-lhe dito que aquela zona não estava terminada sendo que iam ser

efetuados estacionamento e colocada a calçada, pelo que considerava não ser assunto para ali ser abordado uma vez que já estava falado. _____

---Tinha ficado mais satisfeito após ouvir o Presidente da Câmara quanto à calçada da estrada de Santa Luzia que o preocupava, como também pretendia agradecer sobre o que tinha informado relativamente ao agregado familiar que sabia terem estado naquela mesma tarde no Gabinete de Ação Social, que ainda não tinham abandonado a habitação onde residiam, mas tinha ficado mais tranquilo ao ouvir o Presidente da Câmara dizer que não iam ficar na rua acontecesse o que acontecesse e isso já o satisfazia. _____

---O Presidente da Assembleia verificando não existirem mais intervenções no período antes da ordem do dia, informou que iam iniciar a mesma com o ponto número um com a apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal. _____

---O Presidente da Câmara informou que se tratava de uma resenha, da forma habitual, do que tinha acontecido desde a última Assembleia Municipal realizada em setembro passado. _____

---Referiu que se tinha realizado um conjunto de eventos, exposições e conferências. _____

---Quanto às exposições no âmbito da Dieta Mediterrânica, a exposição "*Memória e Futuro*" já tinha terminado tendo sido substituída por uma outra exposição. _____

---No Núcleo Museológico Islâmico estava a decorrer uma fotoexposição intitulada "*Mértola e o Guadiana*". _____

---Realçou um conjunto de eventos que tinham acontecido quer na Biblioteca Municipal, quer na Casa do Despacho, quer na Casa André Pilarte onde se tinham realizado algumas exposições já que faziam questão de também possibilitarem aos artistas a exposição dos seus trabalhos. _____

---Continuavam os passeios da "*Dieta Mediterrânica Todo o Ano*" tendo ocorrido três naquele mês. _____

---Referiu que já tinha começado o programa de atividade física no Concelho de Tavira com as marchas, os passeios de bicicleta que cada vez tinham mais participantes, a ginástica e a natação. O programa já estava a acontecer e esperavam que no corrente ano houvesse tantos participantes como no ano anterior, cerca de dois mil e quinhentos entre todas as modalidades. Tavira era um Concelho em que cerca de dez por cento da população participava no programa municipal de desporto, absolutamente gratuito e diversificado, o que considerava muito importante para a comunidade, quer população quer Câmara. _____

---Tinha-se realizado no Pavilhão Municipal uma Gala de Desporto que já não acontecia há quatro anos e tendo sido uma cerimónia singela que tinham resolvido suspender por condições financeiras. Era óbvio que podia ser sempre alegado que podiam ter continuado a distinguir os atletas porque tinham continuado a ser premiados, mas tinham decidido não o fazer sendo que, no corrente ano, tinham retomado o evento com mais algumas condições, distinguindo os atletas numa cerimónia onde tinham valorizado o empenho, a dedicação, os resultados desportivos e a participação. _____

---Verificou-se o primeiro Passeio BTT Colour Bike Tour e a Zumba Solidária que tinha acontecido no mês anterior. _____

---O Moto Clube de Tavira também tinha realizado um encontro. Referiu que tinham havido mais eventos, diversificados de acordo com o tipo de Associações existentes no Concelho que iam ser realizados os mais variados eventos, muitos torneios, todos os finais de semana. _____

---Mencionou o Cachopo Alive que era um evento importante que agregava cerca de quatrocentos atletas na estrada e, no mesmo dia, tinha-se realizado a primeira Meia Maratona de Tavira tendo sido um dia com muita atividade quer em Cachopo quer em Tavira onde tinham participado algumas centenas de atletas não apenas tavirenses, pelo contrário, tinham contado com muitos atletas de outros Concelhos. _____

---Tinham sucedido várias conferências sendo que destacava o Nono Colóquio Interdisciplinar sobre Provérbios onde tinham estado presentes cerca de quarenta estudiosos entre professores e linguistas de todo o Mundo e que durante cerca de uma semana tinham refletido sobre o tema. Era um evento muito interessante que acontecia todos os anos no Hotel Vila Galé Albacora. No ano anterior tinham contado com a presença do Secretário do Estado da Cultura. Destacou também as primeiras Jornadas para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial do Algarve que tinham decorrido naquela Biblioteca Municipal com a presença da Associação Portuguesa do Património Cultural Imaterial. _____

---O Programa Música nas Igrejas continuava a decorrer e destacava a comemoração dos cento e vinte e cinco anos de Álvaro de Campos, heterónimo, organizada pela Casa Álvaro de Campos que tinha acontecido durante um mês inteiro. Tavira era uma terra bafejada por muitas influências e muito pela cultura, tendo sido onde Fernando Pessoa tinha feito nascer Álvaro de Campos. Assim, tinham também a ideia de associar definitivamente a cidade de Tavira à figura de Álvaro de Campos num projeto que teria que ser trabalhado. Estavam a tentar consolidar a Dieta Mediterrânica para lançarem aquele projeto que considerava poder vir a ser muito produtivo para Tavira. _____

---Estavam a realizar-se as Outonalidades sendo que o último concerto iria acontecer no dia cinco de dezembro seguinte. No dia seguinte iria realizar-se um concerto com o artista Carlos Mendes. O Maestro António Vitorino de Almeida tinha dado um concerto único na Igreja da Misericórdia, numa peça de cerca de quarenta minutos e considerava ser sempre um gosto ouvir um génio a tocar. _____

---A ANAFA – Associação e Núcleo Amigos Fotógrafos Algarve tinha realizado várias atividades também tendo acontecido a Halloween Party. _____

---Passando ao tema de obras e urbanismo, o Presidente da Câmara referiu a reparação da estrada da Fuzeta-Cintados cujo procedimento estava em fase de assinatura de contrato. Estavam a falar de uma intervenção com uma extensão de pavimentação integral e marcação de cerca de onze quilómetros terminando no limite do Concelho com Castro Marim. A empreitada seria contratada pelo valor de

quatrocentos e oitenta e cinco mil euros e teria início entre o final do mês de janeiro e o início do mês de fevereiro. _____

----Também estava em fase de assinatura de contrato, a pavimentação de arruamentos no Concelho de Tavira, constituído por cerca de vinte ruas quer na cidade quer nos arredores, que iriam ser pavimentadas para continuarem a melhorar os pavimentos. Tratava-se de uma empreitada com um custo de duzentos mil euros. _____

----O campo de futebol anexo ao Pavilhão Eduardo Mansinho era presentemente pelado, pelo que já tinha sido assinado contrato para o seu arrelvamento sintético cuja intervenção iria iniciar-se no dia quatro seguinte e iria permitir melhorar as condições de oferta para a prática de futebol e outras atividades. A empreitada tinha sido contratada por duzentos e cinquenta e nove mil euros acrescidos de IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado. _____

----Referindo-se a Cachopo, o Presidente da Câmara informou que estava também a decorrer um concurso para a pavimentação integral dos Relvais, que era a parte que tinha sido partida quando dos incêndios que tinha forçado a retirada da madeira do local e a estrada ficado destruída em cima, numa zona com uma extensão de cerca de cem metros. Tratava-se de uma pavimentação integral, com marcação desde o Monte da Ribeira até à rotunda da entrada de Cachopo. A intervenção tinha sido lançada por seiscentos e oitenta mil euros e estava no momento para receção de propostas. Também iriam proceder à requalificação do Largo da Eira da Cruz que se localizava mesmo no centro da Aldeia que iria ter uma estrutura em *pavet*, com bancos e luminárias, e que tinha sido adjudicada por setenta e dois mil euros. _____

----Indicou as pavimentações na Freguesia da Luz de Tavira e Santo Estevão cujo concurso tinha sido lançado naquela semana e que teria um valor de cerca de duzentos e cinquenta mil euros. Iriam corrigir o que considerava ser vergonhoso para o Município de Tavira e que consistia no facto de há cerca de dez anos ter sido instalado saneamento na zona de Belmonte com a promessa de que seria coberto, uma parte tinha ficado em betuminoso e outra parte em terra batida o que se verificava até à presente data. Seis anos já eram seus, mas iriam presentemente proceder à respetiva correção arrancando todo aquele piso. Por altura da intervenção para o saneamento tinham dito que iriam proceder ao levantamento reparando de imediato, o que não se tinha verificado, encontrando-se a estrada num estado inqualificável com uma parte boa outra má. Assim iriam repor tudo e efetuar o prolongamento da estrada da Luz de Tavira até ao depósito de água colocando pavimentação nova em todo o Bairro do Livramento de modo a que o cruzamento tivesse pavimento integral. _____

----Informou que iriam proceder ao pavimento da passagem de nível da Porta Nova, situação muito falada, e bem, pelo Membro João Carvalho. O concurso já tinha sido lançado tendo havido necessidade de rever os preços já que a primeira vez que tinha sido lançado tinha ficado deserto pelo que tinha tido que aumentar mais quinze a vinte mil euros no valor da empreitada. Presentemente estava para ser

lançado em plataforma e esperavam que a intervenção estivesse concluída até ao verão. Tratava-se de um piso novo no valor de cerca de cento e dez mil euros que teriam uma comparticipação de cinquenta por cento da REFER – Rede Ferroviária Nacional com quem já tinham celebrado um protocolo. _____

----Relativamente ao Balcão Único de Tavira estava para iniciar no local onde funcionava o Espaço Internet. Ali passaria a existir uma loja do cidadão, Balcão Único, onde se pretendia criar um espaço de atendimento com todas as comodidades. _____

----Já tinham concluído o alargamento da passagem de nível de Cabanas que tinha ficado muito melhor, todavia na zona da curva a estrada estava desencontrada porque a passagem não centrava com o passeio o que já tinha originado acidentes porque as pessoas tinham seguido em frente. Assim, tinham lançado um concurso de cerca de duzentos mil euros para a completa correção da estrada que sofreria um acerto e um aumento no viaduto para completar, sendo que no meio passaria a existir uma rotunda em conformidade com constante em PDM do ano de mil novecentos e noventa e sete que indica uma rotunda naquele local. A intervenção compreendia o espaço desde onde se virava para a Nora Branca até ao local da rotunda, emprestando uma outra dignidade à entrada de Cabanas e completando a zona. O piso da estrada da Estação também iria ser novo. _____

----Estava em curso, e acabaria no final do corrente ano, a requalificação da Ermida de São Roque. Tinha quarenta e oito anos e sempre tinha vivido em Tavira e visto aquele templo da mesma forma. Tratava-se de um investimento de cerca de duzentos e trinta mil euros, financiados por Fundos Comunitários, para recuperar a Igreja cuja utilização a dar ainda não estava decidida, sendo um processo de alguma auscultação, mas que resultaria num elemento completamente recuperado em vez de decrépito, com arranjos exteriores, transformado num imóvel digno para aquela zona de entrada da cidade. A intervenção já estava em fase de conclusão. _____

----Quanto à requalificação da Rua José Pires Padinha tratava-se de uma intervenção que já devia de estar concluída mas que tinha sido suspensa durante o período do verão por força dos eventos do Verão em Tavira e da presença dos inúmeros turistas, tendo presentemente sido retomada. A empreitada tinha um custo de quatrocentos e cinquenta mil euros e englobava o espaço desde a Praça da República até à Ponte dos Descobrimentos. A intervenção tinha como objetivo proceder ao enterramento de estruturas, como canalizações que tinham mais de quarenta anos, cabos telefónicos e eléctricos. Como problema adicional tinha rebentado uma ligação eléctrica. O prazo para terminar era fevereiro mas de momento a empreitada já tinha três semanas de atraso devido às marés vivas que não tinham permitido o prosseguimento dos trabalhos, bem como as chuvas que tinham caído. Esperava que pudessem recuperar o atraso e porque a empreitada era executada de forma a irem terminando no imediato a zona em que estavam a intervir, de momento encontravam-se em frente ao restaurante Imperial. As pedras do chão tinham sido retiradas mas iriam voltar a ser colocadas, as mesmas, direitas e arranjadas

porque aquela estrada já se encontrava há muito abaulada e partida porém nunca tinha havido nem tempo nem vontade para resolver o problema, o que se verificava presentemente. _____

----Já tinham reabilitado a Igreja das Ondas num investimento com um custo de cerca de meio milhão de euros e, de momento, estavam a reabilitar o edifício ao lado, do Compromisso Marítimo que todos conheciam como da Segurança Social, que se tratava de um edifício histórico porque tinha sido a Junta das Pescas, o Compromisso Marítimo do início do século XX. A intervenção seria para a colocação de serviços administrativos e, presentemente estavam a recuperar a fachada que era financiada por Fundos Comunitários sendo aquela a razão por que estavam com grande pressa para verem se executavam o mais possível, sendo o interior por conta da Câmara. _____

----Referiu a intervenção de requalificação da Estrada Municipal 397 com a estabilização do talude que seria resolvido e que estava enquadrado na empreitada. _____

----O Presidente da Câmara mencionou que tinham executado uma intervenção que não estava nem prometida, nem falada, mas que já se encontrava concluída, tendo sido marcada naquele mesmo dia. Tratava-se da estrada da Asseca que estava em muito mau estado. Tinha custado cerca de cento e vinte mil euros e já permitia fazer o eixo Estrada da Asseca-Senhora da Saúde o que era excelente para quem fazia ciclismo. Presentemente já era possível sair de Tavira, fazer a volta pela Senhora da Saúde, subir, descer por o outro lado ou fazer o inverso. Era possível realizar um circuito muito aprazível para além do facto de que a estrada não se encontrava em condições. Nunca tinha prometido aquela intervenção mas já estava concluída e liquidada. _____

----Estavam também a executar mais um conjunto de gavetões no Cemitério Municipal de Tavira cuja intervenção tinha um custo de noventa mil euros mas cuja necessidade era incontornável. _____

----Referiu que a Rua João Vaz Corte Real tinha sido muito confusa no verão. A intervenção tinha sido concluída no verão sendo que o Arquiteto não tinha previsto pilaretes porque considerava que o "Clean" era o mais bonito e funcionava. A empreitada tinha terminado no início do verão e no primeiro dia tinham verificado de imediato que não ia funcionar tendo decidido a colocação dos pilaretes, até pelo pó que era levantado devido ao excesso de velocidade com que os veículos ali passavam. Todavia em julho quando a intervenção tinha terminado não era oportuno estar a efetuar buracos pelo fluxo de turistas e maior número de pessoas a circularem. A colocação dos pilaretes tinha tido um custo de doze mil euros e já estavam colocados, um ou outro torto, devido ao camião do lixo que tinha dificuldade em passar, pelo que teriam que proceder a alguns acertos corrigindo o projeto que também previa uma zona de drenagem que, no momento, estava a acontecer no momento junto de uma imobiliária porque as águas vinham do Alto de Santana, havendo necessidade de instalar ali um coletor que enviaria de imediato a água para o coletor principal instalado a meio da rua. _____

----Tinham tido que realizar uma intervenção nas piscinas nomeadamente com equipamentos importantes como era o caso do sistema de aquecimento, totalmente novo, que tinha sido colocado.

Entre painéis solares do teto e equipamentos tinham gasto entre sessenta e setenta mil euros mas estando tudo velho iam substituindo aos poucos como já tinham iniciado e cujo custo tinha sido participado por Fundos Comunitários e o equipamento já se encontrava montado. _____

---Tinham colocado luminárias na ponte. Se os membros reparassem a Ponte dos Descobrimentos, a ponte principal iria sofrer uma reparação de pavimento porque na zona da Vela Latina existia uma depressão na subida da ponte, sendo que quem passasse junto ao Mercado verificava a existência de uma depressão que iria ser arranjada. Quanto às luminárias tinham resultado de um projeto também financiado por Fundos Comunitários no que tinham gasto quarenta e dois mil euros cujo retorno seria de dois anos e meios pelo que esperavam que ficasse bem. _____

---Para terminar, o Presidente da Câmara disse que a primeira fase da intervenção de Santo Estevão já estava concluída. _____

---O Membro Dinis Faísca disse que pensava que há cinco ou seis anos atrás, no exercício das suas outras funções, tinha falado com o Presidente da Câmara a propósito do edifício anexo à Igreja das Ondas onde era o antigo Compromisso Marítimo e tinha sugerido a celebração de um protocolo de cedência daquele espaço em que a Paróquia até assumiria a reabilitação mínima, a adequação mínima do edifício a um Museu de Arte Sacra com a inclusão de uma zona de restauro ao vivo de Arte Sacra, com técnicos especializados a executarem o respetivo restauro. _____

---Tavira tinha muitas Igrejas e era muito rica em Arte Sacra pelo que considerava que seria uma mais-valia para Tavira ter um Museu de Arte Sacra em condições porque o Museu existente em Santa Maria era exíguo mais parecendo um armazém que uma zona de exposição e aquele edifício, a seu ver, era o espaço indicado porque tinha ao lado a Igreja das Ondas sendo que quem vigiava e assegurava a segurança das peças e acompanhava as visitas no edifício poderia também garantir e zelar pela Igreja. _

---O Membro Filipe Lopes referiu que tendo-se ali falado na Ponte dos Descobrimentos, apenas pretendia fazer uma chamada de atenção sobre um assunto que ali já tinha apresentado e se referia à sinalização do controlo de velocidade. Quem circulava do lado do Mercado para o outro lado, tinha uma placa que indicava setenta km/hora mas que não terminava do outro lado já que não existia qualquer outra placa. Sabia que era legal, o que aliás já tinha dito, mas a questão era que não terminando permitia que se podia ir até ao Plaza ou qualquer outro local sempre a setenta km/hora. _____

---O Membro João Carvalho disse que não tendo muito a ver com a atividade da Câmara Municipal mas com a Freguesia de Tavira, queria apenas efetuar um reparo que sabia não seria do agrado do Presidente da Freguesia mas considerava que aquilo que via era demasiado grave, pelo menos para a vista. Referia-se àquelas árvores de Natal que no primeiro ano tinham tido graça, no segundo ano um bocadinho menos e neste terceiro ano aleijavam. Perguntava se não haveria outra possibilidade de poderem embelezar porque existia Arte Sacra que estava, por exemplo, na Igreja da Misericórdia que tinha uma árvore daquelas da qual os turistas se desviavam para tirar fotografias. Pensava que

poderiam ser entregues às escolas e se a Freguesia não dispunha de verbas haveria certamente outras formas de embelezar a cidade. _____

---O Presidente da Câmara respondendo ao Membro Dinis Faísca disse que se lembrava muito bem da conversa que tinham tido sobre a questão do Museu de Arte Sacra que não estava esquecida e era importante. Presentemente a preocupação residia na pintura das Igrejas mas tinham que pensar num Museu de Arte Sacra tal como tinham que pensar num Museu Fenício para o que tinham projetos. A Igreja de São Roque podia ser uma opção, ou seja, poderiam estudar a possibilidade de a musealizarem porque para tal era necessário um conjunto de requisitos. O próprio edifício em frente à Igreja de Santiago, onde eram os Escutas, que devia de ser preservado, também poderia ser aproveitado para ali ser criado algo simpático para as crianças, mas havia três ou quatro possibilidades e lembrava-se bem da conversa sobre o aproveitamento que não estava definido. Jam recuperar a casa e quanto à questão da musealização era outro processo para o qual eventualmente até poderiam conseguir alguns Fundos Comunitários. O que considerava importante era dar dignidade às peças que estavam no anexo da Igreja de Santa Maria, no primeiro andar. A questão estava registada, não estava esquecida não podendo contudo referir que estivesse em primeiríssima prioridade que efetivamente não estava, mas antes no limbo dos projetos sobre os quais era importante pensarem com o Senhor Padre Flávio porque, de momento, estavam com a preocupação de pintarem as Igrejas, já tendo pintado o Carmo iniciando a pintura da Igreja de Santa Maria. O Executivo tinha atribuído trinta e nove mil euros de apoio para pintar as Igrejas de Santa Maria e Santo António, ou seja, tentar recuperar o património e dar dignidade aos templos e depois tinham que trabalhar para verificarem aquela hipótese. Lembrava-se perfeitamente da conversa e o contributo era válido, era bom e era algo que tinham que estudar com alguma calma porque não existe ainda um projeto elaborado e um projeto de musealização tinha o seu custo. _____

---Terminou dizendo que recuperar o edifício era relativamente fácil, depois musealizar com todos os requisitos por forma a dignificar as peças já representava um custo algo elevado. Todavia era uma opção e lembrava-se bem do contributo. _____

---O Membro José Mateus disse que uma vez que tinha sido alvo de crítica gostava de informar que efetivamente quanto às árvores de Natal e aos Presépios não via as pessoas a desviarem-se, pelo contrário, via os turistas a tirarem fotografias junto dos mesmos. De qualquer modo, tinham efetuado um investimento que não sendo muito era algum, para três anos, sendo aquele o terceiro ano pelo que no ano seguinte haveria outra coisa. Para terminar acrescentou que também não gostava dos "ovos estrelados", que se encontravam na rotunda da Estação e pensava que ninguém gostava, mas no entanto existiam lá há muitos anos e certamente tinham sido muito mais caros. _____

---O Membro José Graça quis saudar a apresentação do Presidente da Câmara dando nota que todo o trabalho que estava a ser desenvolvido na conservação e requalificação do património de Tavira era um

trabalho que não passava despercebido internacionalmente sendo com prazer que tinham assistido à distinção de Tavira, pelo menos no último ano, por parte de dois periódicos de língua inglesa e com grande tiragem no Reino Unido que incluíam Tavira entre as melhores cidades do Mediterrâneo para visitar ou descobrir. Aquele esforço que tinha vindo a ser efetuado nos últimos seis anos era um esforço que o Município devia de continuar pois não podiam apenas pensar em grandes obras mas em manter o património local em condições de ser visitável e valorizado turisticamente. _____

---Continuou dizendo que também queria saudar o Presidente da Câmara pelo anúncio que tinha feito recentemente relativo ao processo de requalificação do Cineteatro António Pinheiro que também estava relacionado com aquele esforço de valorização do centro da cidade. Já ali tinham falado daquela questão, há duas ou três sessões, quando tinham tido oportunidade de discutir e aprovar os documentos enquadadores da ARU – Área de Reabilitação Urbana de Tavira e pensava que todo aquele esforço que tinha vindo a ser desenvolvido pelo Município era um esforço louvável e que devia de contar com o esforço continuado de todos enquanto membros da Assembleia Municipal. _____

---O Presidente da Câmara referiu que apenas queria dizer algo relativo à interpretação do Membro José Graça. Tinha saído uma nota na Comunicação Social, que ele tinha visto no *Facebook*, sobre algumas declarações que ele tinha proferido há três ou quatro semanas, quanto a uma avaliação que por vezes faziam com os jornalistas. Relativamente ao cinema já possuíam projetos elaborados e esperavam que houvesse a abertura de um concurso numa determinada medida no próximo quadro comunitário, que eram medidas de financiamento a atividades e equipamentos culturais com um limite de cinco milhões de euros, para poderem candidatar o cinema, que certamente fariam de modo a que pudesse ser recuperado. O projeto estava concluído, um novo projeto e não o existente anteriormente, que permitia trezentos e cinquenta lugares sentados e uma sala modelável, sendo que uma parte do investimento se destinava ao reforço do edifício porque não pretendiam demoli-lo ou mudar a sua localização. Assim, estavam a aguardar a abertura dos avisos de abertura das candidaturas. O projeto tinha sido financiado por fundos comunitários, estava concluído, tendo apenas que ser revisto para efeitos de lançamento de concurso, não existindo ainda qualquer decisão para iniciarem a reabilitação. Na primeira oportunidade formalizariam a candidatura até porque pensava que existia algum consenso regional uma vez que Tavira era a única cidade que não possuía um espaço de espetáculos fechado podendo aquele vir a ser um projeto estruturante para a própria região uma vez que era impensável que uma cidade como Tavira não possuísse um espaço em condições. _____

---Concluiu dizendo que tinham trabalhado nos projetos e que de algum modo poderiam vir a desenvolver a intervenção, obviamente que seria nos próximos anos já que não se tratava de uma intervenção para o dia seguinte pois devido à sua envergadura levaria algum tempo a programar. _____

---O Membro João Carvalho respondendo ao Presidente da Freguesia de Tavira, Membro José Mateus, disse que quanto aos “*ovos estrelados*”, ele tinha-se candidatado contra Macário Correia enquanto o Presidente da Freguesia tinha cartão do PSD e tinha concorrido nas listas dele. _____

---O Presidente da Assembleia verificando não existir mais nenhuma intervenção quanto à informação do Presidente da Câmara, disse que passavam ao ponto número dois da ordem de trabalhos sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 197/2015/CM, referente à TMDP – Taxa Municipal de Direitos de Passagem. _____

---O Presidente da Câmara disse que há semelhança dos anos anteriores propunham que a Taxa Municipal dos Direitos de Passagem fosse de zero vírgula vinte e cinco. _____

---O Membro Luís Silva disse que se recordava da fatura de eletricidade que mencionava, debitava na conta do consumidor, não sabia que percentagem, sendo que era quem tinha que acabar por pagá-la. A pergunta que pretendia formular era se a Lei tinha sido alterada, parecia-lhe que tal se tinha verificado, pelo que gostava de ser esclarecido, porque caso não tivesse sido alterada não podiam aprovar aquela proposta. _____

---O Presidente da Câmara esclareceu que a verba correspondente aos zero vírgula vinte e cinco não era cobrada nas faturas de eletricidade mas nas faturas das comunicações, telefones, e a informação dos serviços era que não tinha sido revogada. O que tinha ouvido, mas não tinha nada a ver com aquela taxa, era que a taxa de televisão ia deixar de ser paga, que era outra questão que seria legislada e não estava relacionada sendo a proposta que apresentavam totalmente válida. _____

---O Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação que foi aprovada por maioria de vinte e cinco votos a favor e um voto contra. _____

---Passou ao ponto número três sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 205/2015/CM, referente ao Orçamento Municipal e Mapa de Pessoal para o ano 2016. _____

---O Presidente da Câmara referiu que todos tinham conhecimento do documento. O orçamento municipal era um documento previsional que nos últimos anos tinha conferido com os resultados do relatório de gestão porque o que estavam a produzir era um documento que tinha, de acordo com os critérios de elaboração dos orçamentos, a média dos últimos três anos, ou seja, o resultado dos valores dos últimos três orçamentos dividido por três. _____

---No corrente ano, o orçamento municipal era algo superior ao do ano anterior também em resultado do aumento das receitas municipais. Tratava-se de um orçamento de vinte e sete milhões e oitocentos mil euros divididos com cerca de vinte milhões de euros de correntes e cerca de sete milhões e oitocentos mil euros de investimento. _____

---Obviamente que existia um clima de grande incerteza, o Governo tinha mudado mas não a incerteza, pelo que viam para quanto tempo teriam Governo e o que ira acontecer, sendo certo que também já

sabiam que em princípio não iria haver orçamento no primeiro dia de janeiro do ano seguinte o que significava que o Governo iria gerir em duodécimos, contudo a Câmara teria o seu orçamento. _____

----Obviamente que constava que o orçamento aumentava sete por cento relativamente ao ano anterior, correspondente a um aumento do valor global do orçamento de um milhão e oitocentos mil euros para três prioridades absolutas na linha do ano anterior como a coesão social, a dinamização turística e o património, e a requalificação e valorização do Concelho. _____

----Estavam alocados diretamente em matérias sociais cerca de um milhão e quinhentos mil euros existindo um conjunto de rubricas no orçamento em que estava previsto um conjunto de despesas ou investimento na área resultantes de algumas coisas que não estavam desagregadas, mas globalmente, cerca de um milhão e quinhentos mil euros era o valor direcionado diretamente para as questões da ação social, nomeadamente o apoio aos mais carenciados. Como sabiam, a Câmara também geria os refeitórios sociais, apoiava e tinha um conjunto de medidas ao nível da ação social para que não se verificassem situações de abandono ou de prejuízo para os mais carenciados numa situação de emergência. _____

----O valor previsto compreendia também a gestão e o fomento de protocolos de apoio com várias instituições sociais do Concelho. No ano de dois mil e dezasseis iriam avançar um pouco mais na reabilitação do parque habitacional para o que pretendiam lançar um programa substancial de requalificação da habitação social do Concelho que há muito não era reabilitada. Presentemente estava a decorrer um concurso para o Bairro Social de Santa Catarina da Fonte do Bispo para os quarenta fogos ali existentes de modo a reabilitarem todo o conjunto. Também lançariam concurso para reabilitar um conjunto de bairros sociais, um conjunto de edifícios, cujas intervenções iriam executando progressivamente porque, verdadeiramente, não dispunham de verba para realizar uma intervenção conjunta já que a Câmara tinha quinhentos e noventa e cinco inquilinos. Assim, interviriam por ordem de emergência, na Atalaia, Rua de Santo António, na Rua Eduardo Mansinho, na Luz de Tavira e em Santa Luzia nas casas mais degradadas e que eram as que não estavam incluídas no protocolo com a Junta. Pretendiam reparar edifícios de habitação social, cujos inquilinos faziam um enorme esforço para manterem as rendas em dia estando a cumprir numa taxa superior a noventa por cento das rendas de habitação social, para que também pudessem ter algum conforto nas suas casas e que a boa execução financeira do Município também se pudesse refletir nas condições de vida dos inquilinos de habitação social. _____

----Obviamente que também pretendiam assegurar e manter os transportes escolares pelo que iam tentar adquirir mais um autocarro de quarenta lugares. Já tinham em concurso a aquisição de mais uma carrinha de nove lugares de modo a apetrecharem os serviços depois de terem adquirido um autocarro e duas carrinhas no ano anterior. _____

---Continuariam a fornecer o material escolar a todos os alunos do primeiro ciclo que era uma medida que constava do programa e, em princípio, iriam até reforçar as componentes tentando implementar uma medida para os livros escolares, ainda em análise, em função do que o Governo decidisse para o apoio social escolar porque tinha estado a ler o programa do próximo Governo e tinha verificado medidas concretas para o apoio aos livros escolares. _____

---Manteriam o apoio ao Centro de Ciência Viva e iriam garantir o funcionamento das atividades do pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico. _____

---O Presidente da Câmara referiu que no cariz da dinamização turística e do património iriam tentar aprofundar com mais verba, maior dinâmica, o processo da Dieta Mediterrânica para o qual seguramente também receberiam fundos comunitários porque nos planos estratégicos do CRESC2020 – Programa Operacional do Algarve iriam existir um conjunto de rubricas de aprofundamento da Dieta Mediterrânica. _____

---Pretendiam manter o Verão em Tavira, os festivais de gastronomia, o Natal, o Fim de Ano e tentar lançar um programa para que existisse um conjunto de atividades, reforçando a componente das associações culturais para que também pudessem ter um programa fora do verão, tentando fazer um pouco mais por Tavira todo o ano, desconhecendo ainda em que termos porque teriam que ser debatidos com os agentes culturais, mas tinham dotado a cultura com mais verba para tentarem aprofundar aquela questão não se resumindo ao Verão em Tavira. Assim iriam apoiar mais as associações com o objetivo de que também pudessem apostar na criatividade cujos termos teriam que discutir, mas cujo propósito tinham já há muito tempo. _____

---Quanto à requalificação e valorização do Concelho era importante referir que o orçamento era de vinte e sete milhões e oitocentos mil euros e estavam a prever incorporar, há semelhança do ano anterior, na Assembleia Municipal de fevereiro ou de abril, um valor entre os sete e oito milhões de euros de saldo de gerência. O saldo de gerência consistia no resultado operacional líquido sendo que a Câmara tinha realizado um enorme esforço para baixar as despesas libertando verbas para poder investir. Não constava no orçamento mas iria constar na revisão que apresentariam e que compreenderia um conjunto de intervenções que naquele momento não constavam mas que estavam no programa com que se tinham apresentado aos tavirenses, nomeadamente a requalificação da estrada entre as Várzeas do Vinagre – Umbria e Morenos que estava em péssimo estado e que representava catorze quilómetros de estrada cuja intervenção estava avaliada em cerca de um milhão de euros. Presentemente já tinha sido elaborado o levantamento topográfico, o projeto estava a ser elaborado para, se possível, apresentarem a proposta na Assembleia Municipal de fevereiro. _____

---Existiam ainda algumas outras intervenções nomeadamente na EN 270 em Santa Catarina da Fonte do Bispo, a reparação de uma zona em Bemparece numa parte que tinha abatido e que obrigava a que se entrassem pelo monte. Pretendiam completar o que estava a ser executado e reparar um conjunto

de estradas que constavam no orçamento para o ano de dois mil e dezasseis. Iriam também lançar uma terceira fase de pavimentações nas estradas de Tavira. _____

---Presentemente estava em curso um projeto para arquitetura e execução da nova ponte sobre o rio Gilão que se tratava de uma ponte de oitenta e oito metros no mesmo local da atual. O concurso estava a decorrer e ainda não tinham propostas mas esperavam que o processo estivesse resolvido o mais tardar no mês de maio a partir do qual lançariam o concurso com ou sem financiamento comunitário de modo a retirarem a ponte metálica que estava muito degradada e construírem uma nova ponte. _____

---Como já tinha referido, havia a questão do Cineteatro António Pinheiro na condição de financiamento comunitário e estavam a completar o arranjo da Rua José Pires Padinha. _____

---Continuavam a desenvolver o PDM e, obviamente que tinham previsto um conjunto de receitas. A ideia era de controlar as despesas ao máximo com despesas de funcionamento o mais reduzidas possível apesar de, presentemente, a Câmara apresentar uma situação de liquidez como era visível no documento sendo que a única dívida existente resultava de empréstimos bancários que representavam cerca de cinquenta por cento do valor em dívida no ano de dois mil e nove. Não existia dívida de curto prazo o que significava que não existia dívida a fornecedores enquanto no ano de dois mil e nove a dívida era de cerca de cinco milhões de euros. Presentemente, a Câmara não devia qualquer valor liquidando as faturas de imediato e tendo reposta à capacidade de endividamento, ou seja, a Câmara tinha vindo a efetuar um enorme esforço no sentido de poder executar com capitais próprios não se endividando no atual período de incerteza, sendo certo que o instrumento de procura de empréstimos era um instrumento financeiro disponível para efetuar um conjunto de intervenções que podiam ou não recorrer, todavia não estava previsto naquele orçamento, embora pudessem recorrer ou não em função das necessidades de financiamento, como por exemplo no caso da construção da ponte ou do Cineteatro para o que poderiam ter que efetuar alguma engenharia financeira com fundos comunitários, com o programa Jessica ou outro instrumento derivado naquela linha que pudesse colmatar as necessidades. _____

---Quando da elaboração do orçamento tinham-no efetuado na perspetiva da taxa do IMI ser de zero vírgula quarenta cujo valor não tinha sido discutido em Sessão de Câmara conjuntamente com as outras taxas porque tinha havido um trabalho de avaliação mais próximo e a taxa de IMI seria discutida no ponto seguinte, mas o valor seria inferior ao pressuposto porque a execução orçamental o permitia. No entanto, verificar-se-ia um aumento da receita entre os seis e sete por cento resultante basicamente da receita de impostos. A perspetiva que tinham era a de que a receita do IMI, mesmo com o acerto que tinham efetuado relativamente ao pressuposto do documento, pudesse aumentar e a despesa pudesse baixar num conjunto de pressupostos para investimentos. O que tinham previsto era que a receita total podia crescer e iria crescer sete por cento no princípio do equilíbrio do orçamento sendo certo que os

impostos diretos, IMI, IMT e outros poderiam crescer oito por cento e os impostos indiretos como as taxas e outros baixar cinquenta e cinco por cento. _____

----O Presidente da Câmara continuou dizendo que a ideia do orçamento não podia deixar de ser a de ter o mais possível de receitas próprias para não dependerem tanto da atividade e, para tal, também iria depender do que o Governo decidisse quanto às transferências para os municípios, às finanças locais, à participação variável no IVA, ao aumento de transferências e competências para as Câmaras Municipais nas mais variadas formas com um *budget* financeiro associado. Sem verbas, obviamente que realizavam um mau trabalho porque cada um tinha que assumir as suas responsabilidades, o que estavam dispostos a assumir, assumindo mais responsabilidades se o Governo visse as Autarquias Locais como parceiros o que por vezes não era assim tão líquido acontecer já que a ideia era de transferir competências mas não verbas, sendo que o primeiro a transferir eram geralmente as transferências municipais tanto mais que no orçamento anterior se tinha verificado uma contingência por terem cativado por ano cento e setenta mil euros para o FAM – Fundo de Apoio Municipal para outras Câmaras como por exemplo, Portimão que tinha uma dívida de cento e quarenta e seis milhões de euros, tendo essa verba sido retirada ao Município que tinha uma boa execução financeira e que todos os municípios por uma questão de solidariedade tinham tido que contribuir tendo o valor ficado desde logo retido. _____

----Aquela situação traduzia que cada vez mais as transferências correntes do Estado, devido às alterações na Lei das Finanças Locais, eram menores, sendo que o Estado considerava que tinham que aplicar as taxas máximas de todos os impostos apesar de estabelecerem no IMI o valor entre os zero vírgula três e os zero vírgula cinco mas fazendo-o no pressuposto que aplicariam os zero vírgula cinco, o que não podia acontecer porque se estava a verificar que todos os municípios em função da condição de vida dos cidadãos ao lado de quem estavam até porque eles próprios também pagavam os impostos, tinham a tendência de efetuar uma gestão mais apertada de modo a libertar verbas para desagravar fiscalmente. Certamente que podia resultar num ponto de equilíbrio mas também podia desequilibrar decisivamente no caso de alguma contingência difícil que esperava não acontecesse, mas como dizia, não era a ideia que tinha por considerar que ainda iriam passar por fases muito difíceis. Assim, o documento previa nas receitas um aumento do IMI em seis por cento e do IMT em dezoito por cento que pensava não se iria verificar. _____

----Relativamente à despesa tinham previsto que a pudesse aumentar, sobretudo de capital, mantendo-se as despesas correntes limitadas, que ao verificar-se um aumento das despesas de capital com as intervenções que tinha mostrado, os projetos que tinham de despesa de capital representavam uma despesa boa que iriam amortizando ao longo do ano sendo despesa que não teriam para funcionar mas para reabilitar e projetar Tavira. _____

----Assim previam que a despesa pudesse aumentar sete por cento tendo a despesa de capital um aumento de trinta e um por cento. _____

---O Presidente da Câmara referiu que pensava ter dito o pretendido, tinham pago o PAEL o que tinha aliviado o orçamento porque já não estava considerada a sua amortização anual. Tinham preferido liquidá-lo porque nos processos com o Tribunal de Contas era exigido um enorme conjunto de documentação sendo que um visto que habitualmente levava um mês e meio a obter chegava a levar três e quatro meses. _____

---Também iriam manter as transferências correntes para as Freguesias e, seguramente encetar conversações para avaliação dos acordos de execução bem como dos contratos interadministrativos. Tavira era o Concelho do Algarve que, em termos absolutos ou relativos, maior verba transferia em acordos para as Freguesias, em percentagem do orçamento, o que pretendiam manter porque acreditavam que era transferindo competências que conseguiriam ter maior eficácia e até despendem menos verba, mas tinham que manter o princípio do equilíbrio, significando que podiam pagar e não resultante de um momento conjuntural em que num ano podiam pagar, noutro já não. _____

---O Presidente da Câmara reforçou que iriam continuar a apoiar toda a vida coletiva do Concelho, a apoiar as prioridades e, aproveitando o facto de ali estarem muitos professores, também era importante que dissesse, a comunidade educativa, independentemente de terem responsabilidades ao nível do pré-escolar e primeiro ciclo atribuídas por Lei, mas estariam presentes a apoiar as escolas articulando com os Diretores dos Agrupamentos, estando disponíveis para apoiar as necessidades. _____

---Consideravam que a ação social era mais para fazer do que falar, sendo necessária alguma verba porque uma ação social sem dinheiro não saciava a fome a ninguém. _____

---Assim, iriam tentar agir de forma equilibrada, recuperando património, tendo as contas acertadas, limitando as contas correntes, libertando verba para despesas de capital de modo a executarem as intervenções que eram necessárias, trabalhando com todos e ouvindo as opiniões, apostando e tentando reforçar a valorização cultural num processo de envolvimento crescente e com mais dotação para que não fossem sempre os mesmos a pagar a austeridade e, obviamente, a questão do desporto. Iriam continuar a estabelecer protocolos com as associações prestando um conjunto de apoios porque as associações estavam próximas dos cidadãos dando ocupação a muitos, desenvolvendo um trabalho muito importante no Concelho de Tavira e em função das verbas que tivessem, e tinham dotado no valor entre quatrocentos e quinhentos mil euros o orçamento a fim de poderem celebrar protocolos com as associações de desporto para toda aquela atividade e todos os resultados atingidos que até tinham sido vistos na Gala Municipal que pretendia pudessem continuar a acontecer. Todavia salientava que se dispusessem de verba apoiariam, se tal não se verificasse teriam que trabalhar todos juntos porque apenas acreditava no que podiam pagar, não acreditando em apenas querer realizar e depois, no futuro, alguém que se preocupasse em liquidar. Estava ali para resolver os problemas, para encara-los todos e tentar que fossem pagáveis de modo a não onerar aqueles que se seguiriam independentemente de quem quer que fossem que, verdadeiramente desconhecia. _____

---Passando ao mapa de pessoal referiu que estava muito em consonância com a restrição nas despesas correntes. O mapa de pessoal era basicamente o mesmo com duas exceções, sendo uma a abertura de um concurso para admissão de assistentes operacionais porque a Câmara acreditava que se tivesse um conjunto de funcionários nas oficinas podia poupar e criar postos de trabalho porque já tinha sido o tempo em que a Câmara ao ter uma necessidade recorria a serviços externos sendo que se tinha cansado desse tempo do qual ainda tinha liquidado muitas dívidas. Assim, o que estavam a fazer era dotar as oficinas e os serviços operacionais com um conjunto de pessoas que pudessem ajudar a realizar aquele trabalho, nomeadamente a carregar palcos, serralheiros, carpinteiros e outros, a fim de conseguirem alguns funcionários que ainda o soubessem executar, que necessitavam. Previam abrir um concurso para dez pessoas, pelo menos era o que estava previsto no mapa de pessoal tal como abrir um concurso para seis bombeiros municipais porque a Corporação de Bombeiros de Tavira que tinha recentemente completado cento e vinte e sete anos tinha vindo a perder homens por via das reformas e, presentemente era uma corporação que estava a ficar pequena para as necessidades da população. Presentemente contava com trinta e sete homens e uma senhora pelo que tinham que pensar em refrescar o corpo de bombeiros se não pretendiam a sua extinção. A formação de um bombeiro tinha a duração de mais de dois anos sendo por isso necessário iniciar o lançamento de concurso se quisessem que os bombeiros estivessem no ativo dentro de dois anos e meio. _____

---O Membro Luís Silva disse que o discurso do Presidente da Câmara tinha sido interessantíssimo tendo gostado bastante de o ouvir mas a Assembleia Municipal tinha a obrigação de fiscalizar a atividade do Executivo e ao receber um tão elevado volume de papel, que sendo remetido por via digital nem tinha conseguido imprimir e devido a tão curto espaço de tempo para a sua leitura, não conseguia fiscalizar coisa alguma. _____

---O Presidente da Assembleia esclareceu que o orçamento municipal tinha sido remetido com um mês de antecedência. O que tinha acontecido era que o mesmo tinha sido remetido para o Membro efetivo da CDU, que entretanto tinha apresentado o pedido de renúncia. _____

---O Membro Luís Silva disse que assim sendo, certamente que também receberia o próximo orçamento com um mês de antecedência, todavia o regimento mencionava apenas dez dias. _____

---Acrescentou que também tinha gostado de ouvir a parte final relativa à contratação dos assistentes operacionais. Já há algum tempo que estava ligado a assembleias municipais e sempre tinha ouvido por parte de todos os Presidentes, não o Presidente da Câmara, que tinham que entregar as intervenções aos empreiteiros, que a Câmara não as podia realizar, que eram aquelas as regras, pelo que estava a ficar agradado com o que tinha ouvido porque, em primeiro lugar, iria criar postos de trabalho e, em segundo lugar iriam ser executadas as obras com recursos próprios. _____

---Terminou referindo que de qualquer modo porque não tinha tido possibilidade de analisar o orçamento não iria votar contra por não considerar correto mas iria abster-se. _____

---A Membro Maria do Rosário disse que pretendia questionar o Presidente da Câmara quanto ao facto de na página número um, na rubrica de coesão social, estar atribuído à Fábrica da Igreja de Santo Estevão a quantia de vinte e seis mil, seiscentos e cinquenta euros, pretendendo saber que tipo de despesa podia a Fábrica da Igreja efetuar para justificar aquela verba. Em dois mil e catorze, tinham sido atribuídos trinta mil euros à Fábrica da Igreja, em dois mil e quinze, vinte e seis mil, sendo os mesmos vinte e seis mil, para o ano de dois mil e dezasseis considerando, por isso, que a Fábrica da Igreja andava a desperdiçar aquela verba. Assim o que é que podiam apresentar para justificar aquele montante. _____

---O Presidente da Câmara esclareceu que no âmbito do protocolo que andavam a discutir, existia uma verba para projetos e aquele projeto tinha que constar no orçamento da Câmara. Não podiam simplesmente retirar do orçamento porque existia um protocolo ou contrato, no âmbito da permuta da escritura, podendo apenas liquidar aquele montante com a apresentação dos projetos alvo da negociação efetuada, sobre o que tinha vindo a conversar com o Macário Correia, como a Membro sabia, para tentarem resolver aquele assunto, a bem de todos, mas não podia retirar aquela rubrica do orçamento tal como não podia liquidar a verba que ali tinha que se manter porque o compromisso era de que tinha que ser transitada caso a questão tivesse desenvolvimento. _____

---O Membro Dinis Falsca referiu que não dominava o orçamento até porque não era a sua área. Contudo, como leigo na matéria, tinha-se debruçado sobre os números sendo que alguns lhe tinham chamado à atenção, pelo que solicitava um pequeno esclarecimento. _____

---Em primeiro lugar, quanto às receitas particularmente às receitas com rendimentos de propriedade verificava um acréscimo de um milhão, oitocentos e setenta e quatro mil e quatrocentos e cinquenta e quatro euros e pensava que para incorporarem as receitas naquela rubrica havia que ter em conta a média dos últimos vinte e quatro meses e, em segundo lugar, aquela média nunca poderia atingir aquele valor porque correspondia ao acréscimo global da receita anual de um milhão e oitocentos mil euros. _____

---Outra dúvida que pretendia colocar estava também relacionada com as receitas, a receita de IMI. Assim pretendia saber a base com que tinha sido previsto o acréscimo para o ano de dois mil e dezasseis de quatrocentos e quatro mil euros na receita do IMI. _____

---Relativamente à derrama estava ali indicado um valor em dois mil e quinze, contudo parecia-lhe que tinham decidido que a derrama era zero, todavia constava um valor de cinquenta e um mil euros. _____

---Passando às despesas correntes disse que o Presidente da Câmara tinha referido um esforço titânico para baixar as despesas correntes, pelo que gostava de saber a que correspondiam uma vez que verificava um acréscimo de quarenta mil euros. _____

---Quanto às despesas com pessoal verificava a redução de um milhão, cento e cinquenta mil euros que correspondiam à transferência de verba das despesas com o pessoal para as transferências corrente, pelo que lhe parecia que se tratava de um exercício meramente contabilístico. _____

---Nas despesas existiam uns valores que também lhe tinham chamado à atenção, como o acréscimo de trinta e quatro por cento com os encargos das instalações que passavam de oitocentos e setenta e um euros para um milhão, cento e sessenta e quatro mil euros, pelo que gostava de saber a que se devia aquele acréscimo tão significativo na ordem dos duzentos e noventa e dois mil euros. _____

---Não sendo um valor muito elevado relativamente ao orçamento global mas porque era sensível àquelas questões, verificava um acréscimo da despesa com comunicações de doze mil euros que correspondiam a dez por cento relativamente ao ano anterior cujo valor era de cento e vinte e oito mil euros passando para cento e quarenta e um mil euros em despesas com comunicações que lhe pareciam excessivos. _____

---Em relação às despesas de publicidade verificava-se um acréscimo de cento e quarenta e nove por cento, sendo que se recordava de no ano anterior o Presidente da Câmara ter dito naquela mesma Assembleia, a propósito daquela mesma rubrica, que aquele era o valor da vaidade do Presidente da Câmara, o que queria dizer que o valor da vaidade do Presidente da Câmara para o ano de dois mil e dezasseis correspondia a um gasto para o orçamento municipal de cento e sessenta mil e oitocentos euros, ou seja um acréscimo de noventa e seis mil euros relativamente ao ano de dois mil e quinze. ____

---Depois existia ali uma rubrica que não entendia desconhecendo de que se tratava e que era "Outros", outras despesas no valor de dois milhões e seiscentos mil euros, um acréscimo de trinta e sete por cento relativamente ao ano anterior correspondendo a setecentos e sete mil euros a mais. _____

---O Membro Dinis Faisca continuou referindo-se às despesas de capital onde se verificava um acréscimo de um milhão, setecentos e sessenta mil euros que esperava que fosse um bom acréscimo, que resultasse num bom investimento, todavia mais uma vez aparecia "Outros" onde estavam imputados um milhão e quatrocentos mil euros, ou seja, um acréscimo de meio milhão de euros, cinquenta e nove por cento. _____

---Passando ao saldo de gerência que o Presidente da Câmara tinha referido e bem, já que uma poupança era sempre significativo, contudo uma poupança em que, há dois anos atrás, o valor era três milhões de euros, no ano transato, cinco milhões e oitocentos mil euros, sendo para o corrente ano, como tinha dito, de sete ou oito milhões de euros resultante do esforço titânico que a Câmara Municipal tinha efetuado para baixar as despesas, aquele esforço correspondia a uma subida que não sendo significativa era uma subida de quarenta mil euros, pelo que não percebia como era possível e de onde provinha aquela receita ou o saldo de gerência de cerca de oito milhões de euros. Considerava que aquele saldo de gerência, de cerca de oito milhões de euros, provinha da baixa execução que se situava na ordem dos sessenta e nove vírgula oitenta e um por cento com principal incidência ao nível da execução de despesa de aquisição de bens de capital que tinha sido apenas de vinte e oito vírgula cinquenta e seis por cento sendo que era ali que estava o rigor daquela poupança sendo ao que se chamava má poupança porque se referia a um corte no investimento não a um corte na despesa que se

mantinha, para não dizer que subia, porque quarenta mil euros num orçamento de perto de vinte e oito milhões de euros, a despesa mantinha-se. Era portanto uma poupança má onde se mantinham os custos de gestão e havia corte no investimento. _____

----Havia ainda outras situações sobre o que também tinham sérias dúvidas em relação ao orçamento. Primeiro não havia investimento em habitação social, verificava-se e bem ao nível da sua recuperação, o que saudava, mas ao nível de construção de nova habitação social, não existia, o mesmo se verificando ao nível de construção cooperativa. Também ao nível do arrendamento pensava que existiam vários exemplos que deviam de seguir. _____

----Há algum tempo tinha lido na Comunicação Social uma declarações do Presidente da Câmara relacionadas com a recuperação do Pêgo do Inferno para o que tinha lido vários valores de investimento sendo que naquele orçamento nada constava. _____

----Quanto à ponte sobre o rio Gilão, se pensassem que o período em que Tavira tinha maior fluxo de pessoas e automóveis era no verão que correspondia ao período em que a ponte estava interdita ao trânsito, não sabia até que ponto faria sentido construir uma nova ponte naquele lugar mantendo as mesmas condições para o trânsito automóvel ou se faria mais sentido apostar noutro tipo de infraestrutura para a travessia pedonal ou de bicicleta, uma vez que Tavira também estava no grupo das cidades *Slowcities* sendo que, dentro daquela linha de ideias, supunha que faria mais sentido, até porque estavam a falar de uma verba muito avultada, pensar numa resposta daquela natureza em vez de outra travessia automóvel porque Tavira já tinha duas ou três travessias automóvel. _____

----O Presidente da Câmara disse que quanto às considerações efetuadas eram considerações que os próprios factos desmentiam todo o teor organizativo de ver, analisando cada rubrica para realçar onde havia subidas e não realçar as descidas. Num orçamento de vinte e sete milhões e oitocentos mil euros, falarem em quarenta mil euros, parecia-lhe que algo de estranho se tinha passado. Os factos confirmavam a gestão pois ele já estava ali há alguns anos e como tal, ainda se recordava dos tempos em que os orçamentos eram de quarenta ou cinquenta milhões de euros apenas para inflacionar, para gastar e alguém depois pagar os empréstimos e esse tempo tinha terminado. _____

----O facto era que fazia questão de cumprir o programa eleitoral que tinham distribuído à população que, até ao momento, já estava cumprido em parte sem qualquer empréstimo e ele apenas conhecia uma forma de liquidar as intervenções, libertando verba das despesas correntes para colocar em capital. Não existia outra forma porque ninguém lhe daria dinheiro sendo aquele cada vez menos porque já tinha sido o tempo em que os orçamentos da Câmara de Tavira rondavam os trinta e muitos milhões de euros porque a economia era florescente, construíam-se casas todos os dias e os notários andavam muitíssimo atarefados para efetuar as escrituras e gastava-se tudo até com injeções de verbas em alguns setores da sociedade com gostos mais do que duvidosos por ali realçados quando ele estava na

oposição, sendo que a sua política, as opções que tomavam iam no sentido de realizar tentando não endividar. _____

----O Membro Dinis Faísca tinha-se referida à baixa execução, pelo que se a baixa execução se manifestava no facto de executar as intervenções que o Executivo se tinha comprometido, não contrair empréstimos que posteriormente não podiam pagar e o compromisso estar perto de cem por cento, congratulava-se com a baixa execução, porque o que tinham feito, e era o que incomodava, era que estavam a transformar em factos concretos o que se tinham comprometido não vivendo de obra privada, estando a realizar obra pública que era do que Tavira necessitava e se o Membro Dinis Faísca tivesse morado perto da ponte como ele quando era criança, na Rua Almirante Cândido dos Reis, junto à curva, saberia qual a importância de uma ponte naquela localização tanto para as pessoas que moravam na Rua Almirante Cândido dos Reis, como na Poeta Emiliano da Costa, como no Bairro Joaquim Jara ou na Rua Eduardo Mansinho porque o Membro sabia muito pouco de Tavira, sobre o que tinham que conversar, já que sendo uma cidade atravessada por um rio quanto mais passagens tivesse para a mobilidade das pessoas, melhor, porque a população estava envelhecida e as pessoas tinham que se movimentar de um lado para o outro da cidade tendo dificuldade para irem à ponte romana. Assim, considerava que quanto mais passagens existissem melhor, razão pelo que tinha aplaudido, quase de pé, quando Macário Correia tinha construído a ponte de Santiago por lhe ter parecido uma ótima ideia, já que Tavira carecia de uma ponte naquele local até porque a cidade se estava a desenvolver para aquele lado. _____

----Relativamente às rubricas apenas referia que existiam umas que baixavam outras que subiam. _____

----Em relação ao pessoal o valor da rubrica era menor porque tinham retirado a verba correspondente ao acordo de gestão, de execução com as escolas que passariam a ser suportados pelo Ministério de Educação não se verificando qualquer diminuição. _____

----No que se referia à perspectiva de subida do IMI, seis por cento correspondia a média que o Membro tinha referido, que era a média que tinham que calcular e cuja projeção era de mais seis por cento. _____

----Quanto ao valor das receitas que estava inscrito, Tavira tinha receitas de propriedade pelo que tinham ali que lançar alguma verba que ainda não estava liquidada como era o exemplo do contrato de gestão anterior do Parque de Campismo e também que lançar como previsão a receita dos contratos que esperavam celebrar e que estavam a negociar, como era o caso dos parquímetros. Era evidente que o orçamento se tratava de um documento previsional onde não existiam médias porque era constituído pelo valor que consideravam que iriam arrecadar quer com o novo contrato de gestão dos parquímetros e, naquele caso concreto, o valor referente ao Parque de Campismo da Ilha de Tavira. _____

----O Presidente da Câmara continuou dizendo que o podia garantir, que ali estariam para medir a eficácia daquele orçamento como o tinham feito nos outros anos e o resultado, três milhões, cinco milhões, sete milhões e trezentos mil euros no ano transato, traduzia que em todos os anos se tinha

verificado uma poupança efetiva do Município de cerca de dois milhões de euros porque na projeção, planeamento para o lançamento de intervenções devido à Lei que o Membro Dinis Faísca muito bem conhecia porque era Chefe de Gabinete de uma Câmara, a Lei dos Compromissos, e sobre a qual não tinha falado, sabia que tinham que lançar as despesas correntes todas porque, por efeitos da Lei, eram as que iam retirando a capacidade, os fundos disponíveis. Assim, tinham que lançar as despesas correntes, de pessoal, de aquisições, os contratos, os transitados e todas aquelas rubricas sendo a verba remanescente para a gestão dos compromissos. A própria Lei condicionava, pois não permitia, a menos que contraíssem empréstimos para aumentarem a receita de capital, pelo que tinham que elaborar um cronograma, lançando umas intervenções, liquidando, para libertarem rubricas sendo o que por vezes originava grandes derrapagens nas despesas de capital. Todavia, o que pretendiam era que no prazo de quatro anos conseguissem cumprir o programa que tinham apresentado ou, se possível, irem até mais além do mesmo. _____

---Para terminar o Presidente da Câmara reforçou que o orçamento era uma previsão, uma estimativa elaborada pelos técnicos, obviamente com orientações do Executivo, mas noventa por cento ou mais das rubricas contantes naquele documento eram colocadas pelos técnicos, gestores financeiros da Câmara como em qualquer outra. O Executivo tinha elaborado o enquadramento teórico e de gestão, sendo disso que o documento era elaborado, obviamente que seria confirmado ou infirmado quando elaborassem o relatório de modo a saberem qual tinha sido o nível de execução. Porém, o compromisso era o de baixar a despesa, lançar empreitadas e libertar verba para executar mais despesas de capital. _

---A Vice-presidente, Ana Paula Martins, referiu que podia explicar a questão da despesa. Na página número vinte e dois do documento referia: *"Importa referir que a previsão das despesas é feita com base nos cabimentos que se encontram por pagar à data de trinta de setembro, o que significa que os pagamentos que ocorrerem nos últimos três meses do ano irão libertar alguns saldos que terão que ser ajustados no início do ano"* o que queria dizer que a previsão não era de janeiro mas contemplava outubro, novembro e dezembro o que originava um aumento porque desconheciam se receberiam ou não as faturas sendo que era a rubrica de *"Encargos com Instalações"*, a água e a luz, a que maior aumento registava. Quanto à rubrica *"Outros"* referia-se a outras prestações de serviços que não estavam especificadas e, obviamente, a outras aquisições de serviços que ali eram incluídas e que tinha um valor bastante significativo, um milhão e trezentos mil euros, que iria certamente aumentar. _____

----O Membro João Carvalho confidenciando que por norma se apoiava na intervenção da CDU quando o Membro Antero Romeira, que era contabilista, estava presente, deixando que intervisse em primeiro lugar para depois efetuar as suas observações, disse que ideologicamente existia um ponto com o qual o Membro Luís Silva também tinha concordado, não percebendo como era retirada à sociedade privada, a Tavira, nomeadamente aos carpinteiros, aos pedreiros, a possibilidade de ganharem dinheiro, criando despesa aos contribuintes. Considerava que aquele não era o caminho porque não podia ser a Câmara a

fazer tudo deixando, por isso, de haver empresas. Parecia-lhe que dez funcionários representavam muitos impostos que deixavam de entrar nos cofres, eram muitas empresas que deixavam de ser contratadas para suportar os seus gastos, pelo que lamentava que aquele fosse o caminho escolhido. ____

----Concluiu dizendo que estava renitente em abster-se até porque que era o único a votar contra devido à sua luta para que o IMI baixasse, como certamente se recordavam, sendo que o tempo lhe tinha dado razão porque as receitas do IMI eram bastante elevadas, mas lamentava aquele pormenor. _

----O Membro Filipe Lopes disse que apenas queria focar dois pontos relativamente ao orçamento. Primeiramente gostava de saber como estava a situação da EMPET – Parques Empresarias de Tavira, EM sobre o que, pelo menos que tivesse reparado, não existia uma única nota e segundo parecia ir-se-ia extinguir no final do corrente ano. _____

----Não pretendendo ser advogado de ninguém não podia deixar de referir que considerava absolutamente lamentável o comentário sobre a origem do Membro Dinis Faisca. Estavam ali muitos professores, muitos deles não seriam de Tavira mas eram ótimos profissionais que estavam numa terra que muito bem sabia acolher os seus “*estrangeiros*”. _____

----O Membro Dinis Faisca referiu que não tinha nada contra o Presidente da Câmara mas não estava ali para “*dar palmadinhas nas costas*”, para tal estava a bancada do PS, mas para ter um olhar crítico como o Membro Luís Silva tinha dito ser a missão da Assembleia. Assim, tinha exposto as suas dúvidas, sendo que como a Vice-presidente tinha referido havia efetivamente um acréscimo na despesa, pelo que quando o Presidente da Câmara referia que existia um enorme esforço por parte da Câmara Municipal para baixar a despesa o que era verdadeiro mas havia que especificar a que despesa se referia. _____

----O Presidente da Câmara dirigindo-se ao Membro Dinis Faisca reiterou que não existia um acréscimo na despesa sendo que, conforme a explicação, o que haveria era uma duplicação de um trimestre de algumas despesas. _____

----A Vice-presidente reforçou que se tratava de uma previsão para quinze meses e não para doze. ____

----O Presidente da Câmara concluiu a questão referindo que a mesma seria clarificada no relatório final a apresentar no mês de abril. _____

----Quanto à impetuosidade da sua resposta tratava-se mais de estilo pois nada tinha contra o Membro Dinis Faisca, pelo contrário, e também sabia que morava em Tavira, não sendo uma questão de ser de fora ou não. O que tinha pretendido dizer, e os tavirenses eram todos os que viviam no Concelho, era que tendo o Membro dito que a ponte não era necessária, na sua opinião que o vinculava a ele próprio, era de uma pessoa que conhecia mal a realidade do outro lado do rio, que se não o tivesse referido também não ficaria bem com a sua consciência, sendo apenas aquela linha, não pretendendo ofender o Membro, pelo contrário. _____

---Relativamente à EMPET seria alvo de deliberação naquela Assembleia Municipal após ser presente em Reunião de Câmara. Atualmente não tinha qualquer novidade sobre o assunto EMPET tendo esta que ser dissolvida o que seria tratado oportunamente logo que os documentos estivessem prontos. ____

---O Membro José Graça referiu que, primeiramente deveria dirigir-se ao Membro da Assembleia Municipal, Dinis Faísca, que certamente não era missão da bancada do PS *"dar palmadinhas nas costas"* do Presidente da Câmara nem a qualquer outro membro do Executivo. _____

---A candidatura que o PS tinha apresentado a sufrágio no ano de dois mil e treze, continha oitenta e três por cento de cidadãos independentes representantes de todos os grupos sociais do Concelho. Era uma lista com mais de duzentas pessoas entre os vários órgãos aos quais se tinham candidatado e, repetia, era composta por oitenta e três por cento de cidadãos independentes. Um dos objetivos que tinham apresentado no programa eleitoral, que reclamavam, era uma gestão municipal moderna, rigorosa e democrática no sentido de valorizar aquele órgão, a Assembleia Municipal de Tavira, enquanto órgão político por excelência, de fiscalização da ação do Executivo e também em promover uma maior participação dos munícipes nas suas sessões. Pensava que ao longo dos últimos dois anos, desde o ano de dois mil e treze, tinham procurado valorizar aquela Assembleia Municipal, tendo o seu Presidente esses objetivos bem consignados através de algumas reuniões da Conferência de Líderes mas também do novo Regimento. _____

---Por outro lado, e saudava especialmente o público que ali estava, tinham procurado através de comunicação direta promover a participação de mais cidadãos naquela Assembleia. As alterações efetuadas ao Regimento tinham sido exatamente naquele sentido de promoção da participação dos cidadãos. _____

---O Membro José Graça continuou referindo que terminadas aquelas questões prévias gostava de tecer algumas considerações sobre a proposta de orçamento municipal que lhes era apresentada em sede de proposta pela Câmara para ser aprovada naquela Assembleia. Era aquela a competência da Assembleia tendo sido esse o trabalho que tinham realizado, pelo que pretendia saudar todos os membros, grupos parlamentares, ali representados pela atenção com que tinham estudado a proposta de orçamento, as grandes opções do plano e o mapa de pessoal. _____

---Tratavam-se de três documentos fundamentais da vida do Município e sobre os quais tinham a responsabilidade de deliberar e também de acompanhar a sua execução ao longo do ano em dois momentos fundamentais, sendo aquele um dos momentos em que estavam naquela Assembleia Municipal que devia de dizer e reconhecer que tinha sido uma das medidas mais benéficas do XIX Governo Constitucional antes da saída do Ministro Miguel Relvas, de ter dado aquele tempo à Assembleia Municipal, um mês para poderem apreciar aqueles documentos previsionais que a Câmara lhes apresentava. _____

---Pretendia cumprimentar o Presidente da Câmara por mais uma vez ter respeitado a Lei apesar de não prever qualquer penalização no caso de tal não se verificar, mas no dia trinta e um de outubro todos os membros tinham o orçamento, as propostas em seu poder. Tinha sido assim no ano transato e também naquele. _____

---Ao longo daqueles quase trinta dias que os separavam da entrega dos documentos, a bancada do PS tinha tido oportunidade de apreciar as propostas e de reunir com o Executivo Municipal a fim de esclarecer as dúvidas existentes relativamente às matérias que lhes eram apresentadas. A exemplo do que tinha acontecido no ano transato, tinham verificado que graças à boa execução financeira do Município voltariam a ir àquela Assembleia, em fevereiro ou em abril, para tornarem a apreciar uma revisão do orçamento para a inclusão da conta de gerência que constituía um bom sinal de execução financeira do Município. _____

---Por outro lado, também se pretendiam congratular com o conjunto de medidas e de projetos que lhes eram apresentados para desenvolvimento ao longo do ano seguinte. Alguns dos projetos, claramente que não seriam cumpridos no próximo ano, contudo a Assembleia teria oportunamente ocasião de aprovar as despesas plurianuais que a Câmara lhes viesse a apresentar no futuro, já que se tratavam de projetos de elevada dimensão que, considerando a necessidade de rigor financeiro, mas também, os constrangimentos e as limitações legais que eram impostas, tinham que ser efetuados daquela forma. _____

---Como lhe tinham dito alguns amigos naquele mesmo dia, o Governo que no dia anterior tinha tomado posse não tinha que fazer tudo o que constava no programa eleitoral até ao domingo seguinte, sendo que se tratava de perto de duzentas e cinquenta páginas que tinham sido entregues na Assembleia da República mas que numa primeira análise já anunciavam um tempo de confiança para os portugueses mas também, e pretendia sublinhar naquele local, para as Autarquias Locais. Recordava, não apenas a Lei dos Compromissos e pagamentos em atraso, mas também muitas outras situações que ao longo dos últimos quatro anos e meio tinham sido alvo de duras críticas por parte da Associação Nacional de Municípios sendo que muitas das deliberações da Associação Nacional de Municípios tinham sido tomadas por unanimidade, ou seja, todos os autarcas incluindo os do PSD se lamentavam quanto a forma como eram tratados por parte do XIX Governo Constitucional mas, como tinha dito, o futuro parecia-lhe ser de confiança. _____

---O Presidente da Câmara já ali tinha referido e tinham-no debatido naquela sala, que em Tavira não se tinham verificado situações de penhora da casa de morada de família mas tal tinha acontecido em outros locais do país. Tratava-se de uma questão exemplar mas que já demonstrava uma mudança de atitude do Governo, já anunciada no seu programa, cuja situação seria revista através do Ministério da Justiça. _____

Handwritten signature and initials in the top right corner.

----Também pretendia sublinhar e pensava que a Câmara tinha sido prudente em aguardar, pois recordava que o XX Governo tinha sido apresentado no passado dia cinco daquele mês já após a aprovação do orçamento municipal, que tinha sido rejeitado pela Assembleia da República no dia dez, um período de cinco dias, e que na véspera, passados cinquenta e cinco dias sob as eleições, finalmente tinham um novo Governo que naquele dia tinha apresentado na Assembleia da República a sua proposta de programa do Governo para os próximos quatro anos. _____

----Para terminar disse que pensava que a próxima discussão do programa do Governo para o ano de dois mil e dezasseis, como todos sabiam especialmente os que melhor conheciam as leis, pois o Governo dispunha de sessenta dias para o apresentar, iria apenas entrar em vigor, na melhor das hipóteses, no mês de março. _____

----O Presidente da Assembleia solicitou ao Membro José Graça que se referisse ao orçamento. _____

----O Membro José Graça referiu que as políticas que eram aprovadas na Assembleia da República tinham uma forte influência na atividade municipal. Fazendo um ponto de ordem para esclarecimento referiu que o PS dispunha no período antes da ordem do dia, nos termos do regimento, trinta minutos para efetuar as suas intervenções sendo que procuravam ser obedientes ao regimento, o que não se verificava com outros grupos parlamentares. _____

----Para concluir o que estava a dizer, mencionou que se viviam tempos de esperança pelo que todos deviam de expectar as consequências positivas que viriam do programa do Governo que naquele dia tinha sido apresentado. _____

----Para terminar, reiterou que não se tratavam de "*palmadinhas nas costas*" mas apenas de reconhecer as razões que assistiam ao orçamento que lhes tinha sido apresentado pela Câmara que seguia na direção certa e esperavam que Tavira continuasse a ser uma terra de coesão social onde o seu património era valorizado para o seu desenvolvimento socioeconómico e onde todos os que aí viviam ou visitavam se pudessem sentir bem. _____

----O Membro Dinis Faísca referiu que não se tratava de "*palmadinhas nas costas*" mas a verdade era que o Membro José Graça não tinha efetuado uma única crítica nem apontado um único aspeto menos positivo, sendo que considerava que tinha antes, efetuado campanha eleitoral a nível do Governo central. _____

----O Presidente da Assembleia verificando não existirem mais intervenções disse que ia colocar a votação aquele ponto dividido em duas partes. Assim iniciava colocando o orçamento a votação seguido do mapa de pessoal. _____

----Colocado o orçamento municipal a votação foi o mesmo aprovado por maioria de dezasseis votos a favor, nove votos contra e uma abstenção. _____

----O mapa de pessoal foi aprovado por maioria de vinte e quatro votos a favor e dois votos contra. _____

----Antes de passar ao ponto número quatro, o Presidente da Assembleia deu conta que o Membro Artur Sanina já tinha estabilizado embora ainda estivesse no Hospital de Faro de onde regressaria no dia seguinte. Tinha-lhe sido diagnosticada uma crise convulsiva não sendo por isso uma questão com a gravidade que se tinha chegado a temer e portanto felizmente que estaria tudo bem. _____

----Passou ao ponto número quatro da ordem de trabalhos sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 218/2015/CM, referente à alienação da participação social na AGETAV – Agência de Desenvolvimento de Tavira, SA. _____

----O Presidente da Câmara informou que esta era sócia da AGETAV e que nos termos da Lei 50/2012 quando uma entidade participada obtinha prejuízo durante três exercícios seguidos era obrigação que os municípios alienassem ou iniciassem o processo de alienação das suas participações sociais. Desconhecia se iriam conseguir vender mas, pelo menos, tinha obrigação de propor a venda. Assim, o que estava em questão era validar o procedimento para que a Câmara pudesse adotar as formalidades de venda das participações sociais que detinha na AGETAV porque esta tinha atingido prejuízos precisamente em três anos consecutivos. _____

----Verificando não existirem intervenções o Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação que foi aprovada por maioria de dezoito votos a favor e oito abstenções. _____

----O ponto número cinco referia-se à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 221/2015/CM, referente à determinação das taxas de IMI, da participação de IRS e da Derrama. O Presidente da Assembleia informou que relativamente àquela proposta também iriam realizar votações separadas sendo uma relativa às taxas de IMI, outra à participação de IRS e outra relativamente à Derrama. _____

----O Presidente da Câmara disse que estavam a fixar as taxas para os impostos municipais sendo a primeira vez que na história do IMI em Tavira propunham um abatimento nos valores da taxa abaixo dos zero vírgula quarenta. Aquela questão tinha sido alvo de conversação no ano anterior e entendiam ter uma “folga” prudente para de uma forma sustentável poderem começar a baixar o IMI prescindindo de verbas. Assim, a taxa atual era de zero vírgula quarenta sendo que tinha sido de zero vírgula cinquenta no início da aplicação daquela taxa, tendo após a avaliação, baixado para zero vírgula quarenta cujo valor era o que tinha sido aplicado nos últimos seis anos. No corrente ano, também em função do já falado, de alguma margem no orçamento, dos investimentos que tinham que efetuar, da prudência que considerava que tinham que ter para que o processo de descida da taxa do IMI pudesse ser sustentável e progressivo para não se verificarem surpresas, propunham que o IMI baixasse para a taxa de zero vírgula trinta e nove que significava uma descida de dois e meio por cento no valor do IMI cobrado aos municípios. Simultaneamente o Executivo também entendia que devia de ser adotado o IMI familiar como forma de apoiar as famílias de Tavira cujo tema também tinha resultado de um contributo dos

membros daquela Assembleia Municipal tendo sido alvo de uma reflexão de um grupo de trabalho que o Presidente da Assembleia geria, a Conferência de Líderes que a Câmara também tinha integrado. _____

---Além da descida da taxa de IMI para zero vírgula trinta e nove também iriam diferenciar, ou baixar, o IMI para famílias com filhos em prédios de valor inferior a duzentos mil euros cujo valor era o constante na Lei. Assim, a acrescentar aos zero vírgula trinta e nove para todos, propunham que para os agregados com um dependente se verificasse um desconto suplementar de dez por cento, com dois dependentes de quinze por cento, com três ou mais dependentes de vinte por cento para famílias com prédios de valor inferior a duzentos mil euros, pelo que nessa linha teriam um segundo desagravamento da taxa de IMI que permitiria, obviamente, que as famílias ficassem com mais dinheiro tentando dessa forma dar um contributo para a economia familiar e, obviamente que de uma forma prudente, baixar a receita em função da expectativa e do cenário económico que tinham efetuado. _____

---Porque existiam outras propostas, se não seria possível desagrarar mais, o entendimento que tinham era que seria prudente, no ano de dois mil e dezasseis, darem um sinal naquele sentido e aguardarem para verificarem a sua consolidação e se a despesa efetivamente baixava e conseguiam obter resultados de modo a no ano seguinte pudessem continuar naquele caminho introduzindo uma certa previsibilidade no cálculo dos rendimentos das famílias porque considerava que a previsibilidade era muitíssimo importante. Simultaneamente propunham zero vírgula trinta e nove para os prédios avaliados nos termos do CIMI – Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e zero vírgula oito para os prédios rústicos cujo valor constituía o limite legal não sendo permitida qualquer flexibilidade. _____

---Quanto ao IRS - Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares propunham cinco por cento porque não lhes era possível desonerar, propondo também uma ideia que estava vertida no programa eleitoral, que a Derrama, naquele mandato, devia de ser zero por considerarem que para além de darem um incentivo das mais variadas formas às famílias, no caso do IMI, também poderiam incentivar os empresários não cobrando Derrama no Concelho de Tavira. Tinham pois aquele compromisso, pelo que a taxa de Derrama estava prevista em zero sendo que algum valor que estivesse inscrito em orçamento corresponderia a valores que não estavam cobrados ainda e que, obviamente, tinham que colocar porque constavam no crédito da Câmara. _____

---O Presidente da Câmara concluiu referindo que era aquela a proposta que tinham para apresentar, a taxa da derrama seria zero, a prestação variável do IRS, cinco por cento e a taxa de IMI dos prédios avaliados, zero vírgula trinta e nove, dos prédios rústicos, zero vírgula oito e haveria um desagravamento, uma redução na taxa nos imóveis em que os proprietários tivessem dependentes a cargo, o IMI Familiar com uma redução de dez por cento para um dependente, quinze por cento para dois e vinte por cento para três ou mais dependentes. _____

---O Membro João Carvalho disse que de todos os presentes talvez tivesse sido o único que alguma vez numa entrevista a um meio de comunicação social tinha referido que o Presidente da Câmara era uma

pessoa séria, o que mantinha, sendo talvez o único Presidente de Câmara que tinha passado por Tavira com quem gostava de conversar. Todavia tinha-se custado ver o que o Presidente da Câmara tinha feito para não referir que o IMI familiar tinha sido por ele apresentado no passado dia de vinte e sete de fevereiro. O Presidente da Câmara tinha referido a contribuição da Assembleia mas pensava que o seu gesto político merecia publicamente da parte do Presidente da Câmara, até para que ficasse em ata, a elegância de reconhecer o mérito daquela proposta e a coragem com que a tinha apresentado e defendido durante quase um ano apesar de na primeira abordagem o PS ter tido uma atitude, ou pelo menos uma confrontação, relativamente ao que ele estava a propor. Era evidente que se congratulava com a inclusão do IMI Familiar, não querendo nem pretendendo a propriedade sobre o mesmo pois esperava que, finalmente, com aquele contributo Tavira dispusesse de alguma medida para aumentar a natalidade. Não era advogado em causa própria até porque não tinha filhos mas esperava que aquela medida servisse alguém. _____

----O Presidente da Câmara disse que era sensível ao argumento do Membro João Carvalho mas que acreditasse que a sua intervenção não tinha sido política até porque obviamente que sabendo como funcionavam, esperava que o Membro fizesse aquela conversa não lhe custando admitir que tinha sido a primeira pessoa que no corrente ano, naquela Assembleia, tinha falado na introdução do IMI Familiar cujo tema tinha gerado ali um debate e que depois tinha sido remetido para uma comissão para discussão. _____

----O Membro Luís Silva disse que relativamente àquele ponto da ordem de trabalhos, ele como eleito pela CDU iria votar contra. Fazia-o porque considerava que de nada adiantariam e que a Câmara não iria favorecer os munícipes com a aplicação de zero vírgula oito para os prédios rústicos que podiam, por exemplo, aplicar zero vírgula quatro que correspondia a metade. Tanto ele como os seus camaradas não concordavam e tinha de o referir ali. _____

----Quanto a baixar o IMI tinha referido que resultaria em dois por cento de benefício para os agregados familiares e de abatimento de zero vírgula zero um por cento, passando para zero vírgula trinta e nove quando devia de ser zero vírgula quarenta. Consideravam que a proposta deveria de ser para zero vírgula trinta à semelhança do que era efetuado em muitos outros municípios. _____

----Quanto à redução para os agregados familiares com um, dois, três ou mais dependentes considerava que era falaciosa pois não representava nada. Quando se tinham reunido no direito à oposição tinham concluído que os dados indicavam que existiam muito poucas famílias com três ou mais dependentes, um pouco mais com dois dependentes mas o normal era um dependente. Assim aquela redução de dez, quinze ou vinte por cento quanto aos dependentes, nada adiantaria favorecendo apenas as famílias que tinham aquele número de dependentes e que tinham rendimentos muito elevados para quem os dez por cento referidos seriam produtivos e valiosos. _____

---Concordavam que existisse uma clausula, um encargo de trinta por cento nos prédios localizados na zona histórica e que estavam degradados de modo a obrigar os proprietários a procederem à sua reparação mas a Câmara tinha que facilitar os projetos ou, de alguma forma, auxiliar os munícipes porque existiam muitos proprietários naquela zona, e a Câmara possuía o levantamento dos prédios degradados que eram muitos, e ele não sendo de Tavira, habitava naquela zona há muitos anos e sabia, que muitos não tinham capacidade económica para restaurar os prédios sendo que a aplicação de trinta por cento no IMI se tornava difícil. _____

---Passando aos cinco por cento do IRS consideravam que o valor não deveria de ser devolvido mas antes que a Câmara deveria de ficar com ele e distribui-lo por todos os munícipes porque se fosse devolvido, para quem muito auferia, cinco por cento era muito dinheiro, sendo que pouco representava para quem pouco auferia. _____

---Para concluir referindo-se à Derrama disse que pensavam que não deveria de ser de zero, devendo ser aplicada uma taxa pelo menos a partir de um rendimento coletável de cento e cinquenta mil euros.

---O Membro Hugo Gomes afirmou que era um leigo naquelas matérias mas que tinha lido o programa do Executivo onde aparecia com grande destaque a questão da coesão social. No entanto, nas últimas três horas apenas tinha ouvido falar em estradas, prédios, igrejas tendo chegado apenas naquele momento a abordarem a questão da coesão social. O que ali realmente interessava era a questão do IMI, sobre o que apenas podiam felicitar porque era ótimo que a taxa baixasse sendo bom para todos enquanto proprietários, enquanto pais, mas considerava apenas que a proposta pecava por defeito, que poderia ser um pouco mais o que aliás constava na proposta apresentada pelos Vereadores do PSD e que propunha zero vírgula trinta e cinco. Assim, considerava que era bom mas não suficiente. _____

---Ao ler atentamente o orçamento, referia que se iria verificar um aumento de quatrocentos mil euros nas receitas do IMI e durante toda a noite tinha ouvido falar em sete milhões de saldo de gerência pelo que considerava que o Presidente da Câmara mostrava confiança e certeza no seu plano. Assim, o que pretendia questionar era o porquê daquele valor de quatrocentos mil euros não ser refletido para os tavirenses, sendo o que realmente o preocupava. No entanto iriam ter o IMI Familiar que não podiam esquecer que ia retirar algo àquela parcela tal como um conjunto de reavaliações que estavam a acontecer. A proposta para baixar era ótima, iriam votar a favor da redução, todavia consideravam que não refletia o valor real para os tavirenses, que podia ser mais, que podia ser zero vírgula trinta e cinco. Questionou se o impacto da aplicação de zero vírgula trinta e cinco nas contas da Câmara tinha sido estudado. _____

---Continuou referindo que naquele momento se sentia algo de esquerda porque sentia que a Câmara estaria a proteger o capital, o que nunca tinha pensado dizer, mas nos tempos conturbados em que se vivia, tudo valia, sendo que já ninguém sabia quem era o Governo ou a oposição. Sentia-se de esquerda porque desconhecendo até há alguns anos o que era a Derrama, tinha tido curiosidade e tinha

estudado, sendo que naquela altura havia lugar ao seu pagamento o que não acontecia no presente. Assim, considerava que em Tavira se protegia o capital e não os tavirenses sendo que após verificação em Portugal havia cento e vinte Concelhos a cobrar Derrama, três deles no Algarve, excluindo naturalmente aqueles que estavam com programas de assistência e que eram obrigados a cobrar. Questionava se a sua aplicação seria muito prejudicial, sendo que não podiam esquecer que assentava no lucro tributável, pelo que, uma empresa que não tivesse lucros não pagava. Também considerava que se tratava de uma taxa injusta por apenas ser aplicada acima dos cento e cinquenta mil euros o que, provavelmente significaria que a totalidade dos empresários locais tavirenses não iriam ter que a pagar, sendo que também era proposto a exclusão algumas CAE – Classificação das Atividades Económicas. ____

----Para concluir questionava porque é que o capital estava a ser protegido e porque é que os tavirenses não podiam pagar um pouco menos. _____

----O Presidente da Camara respondendo, referiu que de acordo com as contas efetuadas, a aplicação de zero vírgula trinta e cinco representava um valor superior a um milhão de euros sendo um pouco mais se acrescessem os benefícios proporcionados pela adoção do IMI Familiar. Certamente que também gostariam de baixar mais o IMI mas não o podiam fazer em função do programa que estava delineado para execução no ano seguinte e que se tratava de um conjunto de investimentos importantes para a população de Tavira. Também ele gostaria de pagar menos de IMI e esperava que tal viesse a acontecer no orçamento do ano seguinte desconhecendo para que taxa porque zero trinta e cinco considerava que representava uma quebra demasiado grande, mas à semelhança do ano anterior quando tinha dito que iriam tentar baixar o IMI, tendo existido aquela possibilidade estavam a propor mas de uma forma prudente porque pensava que a prudência era importante em matéria de abaixamento de impostos de modo a poderem dar um nível de certeza aos cidadãos conjugando com um conjunto de outras situações. O programa e o que tinham para realizar não estava terminado existindo ainda um conjunto de investimentos importantes para concretizar, um conjunto de riscos para o Município, um conjunto de incertezas, um conjunto de circunstâncias, com o novo ou o mesmo Governo, que não seria pela existência de saldo que deveriam de gastar, de executar, já que seguiam uma estratégia. _____

----O Presidente da Câmara reforçou que também ele gostaria de baixar impostos sendo que tinham efetuado uma combinação de dois desagravamentos, um direcionado para todos e outro para a diferenciação das famílias que era uma questão polémica, controversa, mas que estaria sempre limitada a famílias com investimentos cujo valor tributário era abaixo dos duzentos mil euros. _____

----A Derrama era outra questão pois todas as receitas eram importantes e existiam muitos municípios no Algarve que não aplicavam a Derrama sendo outros obrigados a fazê-lo. Tavira já tinha aplicado um e meio por cento, tendo posteriormente desagravado e terminado a muito custo, mas pensavam que o facto de não cobrarem a Derrama seria mais um motivo para que, na fase de afirmação em que se encontravam, tivessem mais empresas, sendo pois um contributo para mostrarem uma qualquer

diferenciação que podia ter muito ou pouco efeito. No primeiro ano que tinham apresentado a Derrama, com a economia a crescer e com empresas saudáveis, no ano de dois mil e nove, tinha ascendido a cerca de seiscentos mil euros cujo valor tinha vindo progressivamente a desaparecer. Os empresários em Tavira viviam com muitas dificuldades sendo que com a aplicação acima do valor tributário de cento e cinquenta mil euros existiriam provavelmente apenas algumas empresas. Quanto à limitação por CAE, como tinha sido proposto, era um assunto que seguramente seria estudado com mais pormenor em função da execução orçamental. _____

---O Presidente da Câmara disse ainda que tinham pretendido desagrar dando um sinal de que o caminho era descendente e que gostariam de fazer mais mas porque todos os orçamentos tinham riscos, prudentemente estavam a dar um sinal às famílias de Tavira. Desconhecia se o Membro Hugo Gomes se sentia de esquerda ou direita mas tinha referido algumas coisas que lhe faziam sentido, mas diria que para a competitividade do território nos vários patamares tudo contava, mesmo o agravamento de zero vírgula trinta nos prédios. _____

---Não tinha percebido a questão do Membro Luís Silva relativa aos cinco por cento do IRS pois pensava que ali existia um equívoco já que o valor arrecadado não seria devolvido mas antes retido. _____

---Para terminar reforçou que aquele era o primeiro ano em que iriam ter um desagramento, que queriam ser mais ambiciosos e obviamente que iriam monitorizar os resultados da boa execução financeira que seria refletida nos impostos municipais preferencialmente ao nível da execução de intervenções que tinham que concretizar que, se o atingissem, não necessitariam da verba até porque não considerava bom ter o dinheiro no Banco, pelo que, sendo o presente ano um ano de transição poderia e gostariam que marcasse uma viragem naquele sentido. _____

---O Membro José Liberto referiu que a título de esclarecimento concordava com a redução do valor do IMI como cidadão mas, para quem não estava por dentro daquelas questões, esclarecia que a ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias tinha protocolado com o Governo o recebimento de um por cento do valor do IMI para as Freguesias, pelo que Tavira iria retirar das Freguesias algum valor da receita do IMI. Assim, como munícipe agradava-lhe a redução, todavia como Presidente de Junta de Freguesia tal como os seus colegas e como membro da ANAFRE cuja negociação com o Governo para chegar a um por cento tinha sido difícil, causava-lhe algum dissabor. _____

---De qualquer modo pensava que era uma redução bem-vinda e desconhecia se era comparável mas tinha-o incomodado mais o aumento do IVA de seis para vinte e três por cento na fatura da eletricidade por considerar que era mais oneroso do que os dois e meio por cento que representavam a redução do IMI, sendo um valor muito mais substancial mas considerava que os valores eram atualizados e que cada um pagava o que devia de pagar. _____

---O Membro José Graça disse que em primeiro lugar para que ficasse registado em ata como convinha, em nome da bancada do PS queria agradecer a oportunidade que o Membro João Carvalho tinha

proporcionado desde a Assembleia Municipal de fevereiro, de estudarem de forma mais aprofundada a questão das receitas municipais. _____

---Aquele questão da redução do IMI para famílias com maior número de dependentes era uma sequência do orçamento do Estado para o ano de dois mil e quinze integrada no embrião de políticas de apoio à família e que tinham que ser mais desenvolvidas quer pelo Governo mas também em articulação com as Autarquias Locais não sendo com situações pontuais como aquela que a questão seria resolvida. _____

---Por outro lado, quando efetuavam uma proposta de redução das receitas municipais, nomeadamente impostos, eram forçados a estudar as receitas na sua integralidade porque, de facto, a Autarquia tinha que desenvolver as suas atividades e, para tal, carecia de receitas. Acreditava que o Executivo Municipal ao apresentar na Assembleia Municipal de novembro ou dezembro aquela discussão tinha contribuído para que aquela reflexão fosse mais aprofundada. _____

---Pretendia ainda agradecer ao Membro João Carvalho o facto de ter retirado a moção na Assembleia Municipal de fevereiro para que pudessem discutir a questão mais tarde porque tinham chegado à conclusão de que para além daquela redução pontual para famílias com um, dois, três ou mais dependentes poderia verificar-se uma redução generalizada a todas as famílias tavienses. A Câmara Municipal tinha aprofundado o estudo dos números tendo sido possível traduzir-se naquela redução de dois e meio por cento do IMI para o ano seguinte, para todas as famílias tavienses que pagavam aquele imposto. _____

---Queria também manifestar ali a concordância da bancada do PS quanto à retirada da Derrama, que representava um esforço continuo ao longo dos últimos anos para a reduzir pensando que tal se poderia ter reduzido ou não na fixação de novas empresas no Concelho de Tavira, cuja informação não estava disponível. _____

---O Membro José Graça terminou dizendo que relativamente àquela situação que também estava relacionada com a área de reabilitação urbana, também a majoração como o Deputado Luís Silva já tinha referido, constituía um incentivo para que as famílias recuperassem as casas. _____

---Concluiu dizendo que iriam votar favoravelmente as propostas que lhes eram apresentadas. _____

---O Presidente da Assembleia verificando não existirem mais intervenções informou que iria colocar a proposta a votação separadamente como já tinha referido. Iniciou pela determinação das taxas de IMI de zero vírgula quarenta para zero trinta e nove e o IMI Familiar com dez, quinze e vinte por cento respetivamente para famílias com um, dois, três ou mais dependentes, bem como a majoração de trinta por cento. O ponto da proposta foi aprovado por maioria de vinte e cinco votos a favor e um voto contra. _____

- Seguidamente colocou a votação a participação do IRS, cujo valor dos cinco por cento tinham causado alguma confusão ao membro da CDU porque se tratava de um valor que a Câmara retinha não o devolvendo. _____
- O ponto da proposta foi aprovado por unanimidade. _____
- Por fim colocou a Derrama a votação que para o ano de dois mil e dezasseis passaria à taxa zero. ____
- O ponto da proposta foi aprovado por maioria de dezasseis votos a favor, nove votos contra e uma abstenção. _____
- Acrescentou que considerava estranho um homem de esquerda dizer que dez, quinze ou vinte por cento de redução não era significativo tal como também tinha referido quanto aos dois e meio por cento. _____
- O Membro Luís Silva referiu que era uma questão de critério. _____
- O Presidente da Assembleia passou ao ponto número seis sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 224/2015/CM, referente à denúncia do contrato de execução celebrado entre o Município de Tavira e o Ministério da Educação e Ciência – Contrato nº 183/2009. _____
- O Presidente da Câmara explicou que quando tinham iniciado funções no ano de dois mil e nove já estava em vigor desde julho desse ano, um contrato de execução para três valências sendo que permitia que a Câmara tivesse a execução e responsabilidade dentro de uma matriz de rácios por agrupamento ou por escola, para pessoal não docente, não incluindo este pessoal docente. O segundo item do acordo de execução referia-se às AEC - Atividades de Enriquecimento Curricular e o terceiro estava relacionado com uma comparticipação para intervenções nas escolas no montante de cerca de quarenta mil euros anuais. _____
- No âmbito do contrato tinha sido elaborada uma listagem de funcionários para passarem para o pagamento do Município que suportava as despesas administrativas com base numa transferência corrente que o Ministério de Educação efetuava diretamente e ainda continuava a fazer, sendo que os Diretores dos Agrupamentos naquela configuração faziam a gestão de pessoal. _____
- Em seis anos aquele contrato de execução nunca tinha sido avaliado e previa uma avaliação anual uma comissão liderada pelo Ministério de Educação através da Direção Regional e a Câmara mas tal nunca tinha acontecido, nunca tinha sido avaliado o que denotava a falta de acompanhamento do mesmo apesar de ter existido sempre uma relação muito interessante, profícua e cuidada com os Diretores dos Agrupamentos que se mantinha mas relativamente a um dos pressupostos da avaliação nada tinha sido efetuado. _____
- No ano de dois mil e nove geriam as AEC e até considerava que efetuavam uma boa gestão prestando um apoio muito interessante com uma qualidade de professores, bem organizado e com uma equipa técnica que, com a alteração efetuada no regimes das AEC por parte do Ministério de Educação porque pretendiam aproveitar os horários zero dos professores, a Câmara tinha deixado de ter

condições para continuar a gerir as AEC tendo ficado praticamente reduzida a uma gestão de duas horas o que tinha causado uma instabilidade total. Assim, por uma mera comunicação as AEC tinham passado para as escolas sendo que ninguém se tinha preocupado com o acordo que estava em vigor, com uma das três componentes do mesmo. Em consequência o Ministério de Educação tinha retirado o correspondente da verba da Câmara colocando-a nos Agrupamentos ou Direções Escolares para liquidarem as AEC. _____

---Não estando relacionado com o acordo de execução considerava importante fazerem aquela equação que desde o ano de dois mil e nove por um compromisso ou gestão, a Câmara Municipal vinha a liquidar as faturas da água, luz e gás das escolas, dos agrupamentos o que era caso único no Algarve e desconhecia se haveria outro igual no país. _____

---O Presidente da Câmara continuou referindo que presentemente não tinha o pelouro da educação, que tinha tido no primeiro mandato, em que tinha tido reuniões muito interessantes nos Conselhos Gerais. No corrente ano, era pelouro da Vice-presidente mas a partir de determinada altura iam-se apercebendo das questões já que era normal que no momento zero não se conseguisse saber todo o resultado. Em determinada altura tinham dito, nomeadamente na Escola Dom Manuel I e na Escola Dr. Jorge Correia que era importante que os Agrupamentos colocassem nos respetivos orçamentos o pagamento daquelas despesas. A informação de que dispunham era que tal não tinha sido possível porque o Ministério de Educação nunca tinha aceitado aquela rubrica com dotação própria o que tinha levado a que a Câmara continuasse a liquidar aquelas contas, nunca tendo havido abertura negocial por parte do Ministério de Educação. _____

---A partir de determinada altura tinham começado a colocar em questão a cogestão da educação, à exceção dos professores, sendo o que considerava mais importante. Nunca tinha tido qualquer interesse na gestão da componente pedagógica pois considerava-a uma responsabilidade do Ministério de Educação adaptada ao projeto escola das comunidades educativas mas não se importava nada de gerir o pessoal não docente, as escolas, os equipamentos porque tal possibilitava uma gestão de proximidade. Porém, considerava que o que não podiam fazer era ficar vinculados a um acordo de execução que nunca tinha sido avaliado, já tinha seis anos, tendo que ser revisto e sobre o que o Ministério de Educação não demonstrava o mínimo interesse em renovar. Assim, pensava que numa celebração de acordos futura, a Câmara não seria incluída uma vez que existia um acordo em vigor que era muito favorável ao Ministério de Educação que não se preocupava com as escolas em Tavira, cujas EB – Escola Básica não contavam para a dotação de pessoal nos concursos, não contavam para intervenções de grande vulto que eram importantíssimas porque não existia capacidade de gestão, pelo que considerava necessário que cada um se confrontasse, naquela fase, com a assunção das suas responsabilidades sendo por isso que tinham adotado algumas posições. _____

----Já no ano transato tinham dito ao Ministério de Educação que iriam negociar o protocolo, que ainda não tinham efetuado por não terem reunido as condições com os Diretores dos Agrupamentos. Em julho tinham comunicado ao Ministério de Educação em audiência de interessados, de modo a existir tempo suficiente para preparar a questão, que iriam denunciar unilateralmente o protocolo de execução com base nos pressupostos que já tinha referido sendo, um deles, a falta de avaliação do mesmo porque, conforme tinha comunicado na altura ao Diretor Regional, pretendiam celebrar um novo protocolo tendo possibilidade de o negociar com o Ministério de Educação para o que até tinham remetido um ofício com o procedimento legal de denúncia unilateral para a DGEST – Direção Geral de Estabelecimentos Escolares e para os Agrupamentos, tendo o Gabinete do Ministro respondido que a questão tinha que ser tratada com o Delegado Regional do Algarve. Tinha efetuado uma reunião com a presença do Delegado Regional, professores Duarte e Baia em que tendo o Delegado Regional sido confrontado com aquela situação, tinha referido a urgência na avaliação da questão mas não tinha dado uma resposta concreta, baseando-se apenas nos rácios. Os rácios tinham que ser revistos porque nos que estavam contabilizados não constavam questões como cozinheiros, unidades de multideficiência, unidades de ensino estruturado e uma panóplia de outras situações. _____

----Continuando a explicação, o Presidente da Câmara referiu que no início do ano escolar tinham prescindido das refeições que estavam a ser fornecidas até ao terceiro ciclo que não estavam a funcionar tendo-se recentrado no que era obrigação da Câmara que era o pré-escolar e o primeiro ciclo, devolvendo as outras refeições às escolas com quem tinham anteriormente fechado um acordo por não disporem de refeitório e cozinha. Considerava que o acordo efetuado era uma peça única no país que tinham rescindido ao entrarem em funções porque pretendiam terminar com a comida refrigerada passando a fornecer comida fresca. Posteriormente, tinham passado a utilizar as instalações da Escola da Horta do Carmo e recentrado a questão tentando ajudar os Agrupamentos na adaptação que tinham tido que efetuar. _____

----No corrente ano, pretendiam denunciar o acordo no início do ano escolar todavia tinham sentido que poderia haver alguma turbulência no processo, pelo que em reunião com a Direção Regional tinham solicitado a resolução das questões e que fosse efetuada a pré divisão dos funcionários que passariam a pertencer ao Ministério de Educação no caso de uma rescisão unilateral do acordo, sendo que tentariam adaptar os funcionários que permaneciam na Câmara, ao pré-escolar e primeiro ciclo. Assim, no início do ano escolar tinham procedido a alguns acertos, falado com os funcionários, acertado com os Diretores dos Agrupamentos que tinham demonstrado uma grande preocupação, que considerava perfeitamente natural e, seguidamente, envolvido o Ministério de Educação naquela decisão deixando claro que estariam disponíveis para formalizar novo acordo. _____

----Presentemente tinham que rescindir o existente porque na realidade ninguém os ouvia, pelo que era bom que o Governo tivesse mudado mas não deixariam de tratar com qualquer que fosse visto se tratar de um assunto demasiado importante. _____

----Depois, tinham tido que acautelar o facto de que a partir da data que tinham estabelecido, final do ano, as escolas tinham dotação financeira para assegurarem o pagamento da água, luz e gás, cujo valor rondava os cem mil euros que, obviamente, seriam reconvertidos para as escolas sendo que mesmo sem acordo de execução continuariam com o compromisso de executar as intervenções até que existisse a carta escolar do Ministério de Educação, e que esperavam poder executar nem que para tal fosse necessária a decisão daquela Assembleia de modo a poderem oferecer às escolas melhores condições, e referia-se especificamente aos balneários da Escola Dom Manuel I cujo compromisso estava assumido para o que o projeto estava a terminar esperando ter intervenção no terreno no verão seguinte e, acautelar o vencimento dos funcionários que constituía uma preocupação, nomeadamente do professor Baia. _____

----Na semana anterior tinha-se realizado em São Brás de Alportel uma reunião onde o Diretor Geral dos Estabelecimentos Escolares tinha ficado perfeitamente ao corrente das questões, com quem tinha tido uma pequena conversa e depois, de viva voz, tendo dito que não existia escola alguma que necessitasse de água, luz ou gás cujo valor não fosse suportado, no limite, pelo Ministério de Educação e que mesmo em duodécimos teriam a verba necessária, tranquilizando assim os diretores. Relativamente aos vencimentos dos funcionários tinha referido que era uma questão fácil de resolver, com o que concordava, pois bastava retirar da verba que era transferida para o Município como já tinham procedido relativamente às AEC. _____

----Tinha, naquela mesma tarde, falado com o Diretor Regional a quem, por uma questão de lealdade para com ele com quem tinham vindo a trabalhar, para lhe dar conta de que aquela matéria constituía um ponto da ordem de trabalhos da Assembleia desse dia, informando-o que na segunda-feira seguinte iria comunicar o resultado da deliberação, tendo-lhe ele dito que o Instituto de Gestão Financeira do Ministério de Educação também já conhecia o assunto. Assim, tinham os vencimentos e a gestão corrente acautelados, todavia a Câmara não se iria demitir da questão com ou sem acordo de execução pois queriam continuar com a parceria com as escolas porque lhe dizia respeito. Não pretendia fazer campanha eleitoral até porque se tratava de um assunto demasiado sério porque aquele acordo de execução tinha sido, desde o primeiro dia, gravoso para o Município que tinham suportado sempre, contudo entendiam que deviam de envolver o Ministério de Educação naquele processo por correrem o risco de serem ultrapassados quer ao nível das intervenções, quer ao nível do recrutamento de pessoal não docente, quer ao nível das infraestruturas necessárias porque a escola secundária tinha ficado na classe quatro ficando assim arredada num conjunto de *itens* porque, no entendimento do Ministério de

1.º
João

Educação, as questões estavam todas resolvidas uma vez que a Câmara, através de um acordo de execução, as resolvia, o que considerava que não podia continuar a acontecer. _____

----Era pois aquele o processo que tinha sido apresentado com aquele nível de seriedade e de compromisso sendo que a Câmara com ou sem acordo de execução continuaria a acompanhar a situação. Quanto ao pessoal não docente iriam realizar um processo de transição cujos moldes já tinham acertado com os Conselhos Gerais. Certamente que teria impacto, que já se estava a verificar desde o início do ano o que era natural, mas o que já não podiam era continuar tranquilamente porque a Câmara não tinha capacidade de recrutamento apesar de se tratar de uma contratação excluída sendo que o Ministério de Educação facilmente poderia terminar com aquela situação bastando para tal a alteração da política. Tinha havido seis provimentos para o quadro de pessoal da Câmara que seriam contabilizados. _____

----O Presidente da Câmara concluiu referindo que pretendiam não se desviar do processo com ou sem acordo de execução tentando auxiliar no necessário como tinham procedido relativamente às AEC, às refeições e a um outro conjunto de matérias. Reiterou que para o que fosse necessário ali estariam mas tinham mesmo que negociar com o Ministério de Educação pois parecia que para eles, Tavira não existia, sendo que, seguramente essa situação iria ditar um esforço acrescido por parte dos Diretores dos Agrupamentos, dos Diretores de Escola, do Conselho Geral, da Comunidade Escolar e também da Câmara, estando ele disponível para conversar e tentar resolver as questões das escolas. Os problemas eram muitos mas pensava que estariam diminuídos na questão do pagamento dos vencimentos e divisão do pessoal que nos próximos tempos manter-se-iam nas escolas. _____

----Terminou dizendo que a proposta que apresentavam era no sentido de propor a rescisão unilateral daquele contrato de execução. _____

----O Membro José Alberto disse que pretendia ser esclarecido quanto a uma dúvida que tinha em relação à verba dos cem mil euros de custos anuais que a Câmara iria poupar. Gostava de saber em que seriam utilizados pois tinha compreendido que iriam ser utilizados na educação. _____

----Sabendo que aquela questão representava uma problemática importante para a comunidade, o Concelho, as crianças, os professores, todos, que era uma batalha difícil, acreditava que estavam bem orientados porque tinha verificado o empenho e a vontade de resolver o assunto, a questão concreta que pretendia levantar era de qual seria a verdadeira dimensão ao nível da região do Algarve, nos dezasseis Concelhos, em termos de facilitação, criação de sinergias ou de um *lobby* ao nível da educação com outros Concelhos que tivessem o mesmo problema, ou se era um problema genuinamente de Tavira, que pensava não ser. _____

----O Presidente da Câmara esclareceu que nem todas as Câmaras tinham celebrado aqueles acordos de execução já que muitas não os tinham considerado bons para os Município por muito os responsabilizarem e o pacote financeiro estar longe do suficiente. _____

---Na reunião em São Brás de Alportel, que já tinha mencionado, tinha-se verificado um conjunto de intervenções, nomeadamente dele próprio, professores Duarte e Baia, todos no mesmo sentido de qual seria a resposta a partir do mês de janeiro, tendo sido confrontado com o facto de Loulé estar a iniciar o processo de rescisão, Portimão já dispor da documentação naquele sentido e Olhão também o estar a ponderar. Todavia o importante era que tratando-se de uma contratualização com as Câmara esta deveria de ser elaborada à luz da nova legislação e realidade das escolas, o que no momento não se verificava sendo um processo cada vez mais centralizado com relações muito difíceis em algumas localidades porque os Diretores Regionais cada vez tinham menor poder de decisão. _____

---O Membro João Carvalho disse que desde logo gostava de efetuar uma declaração de voto pois carecia de informação em relação àquela problemática e aproveitando o facto dos Diretores dos Agrupamentos de Tavira estarem presentes, transmitir-lhes que estaria sempre à disposição, que usassem aquela bancada sempre que necessitassem quer para informar ou intervir. Eram os membros do PS que ali tinham a maioria mas a sua bancada também sabia ouvir e colocar as questões de uma forma construtiva, pelo que teria todo o gosto se alguma vez fosse necessário que o consultassem. _____

---Concluiu dizendo que se iria abster naquela votação por carecer de informação. _____

---O Membro Dinis Fátscia disse que concordava com o Membro João Carvalho no sentido de que não dispunham de informação suficiente já que gostaria de dispor de um relatório dos seis anos de vigência do acordo, sobre o que tinha acontecido, quanto tinha a Câmara recebido anualmente, quanto tinha gasto com pessoal não docente, quando e no que tinham sido despendidos os quarenta mil euros anuais para a reabilitação dos edifícios de modo a poder perceber qual era a imputação efetiva do contrato no Município. Tal relatório não existia, contudo considerava que aquela questão devia de ser dividida entre a substância e a forma e, quanto à substância, pensava que estariam de acordo pois tratava-se de trabalhar para um ensino melhor que era a base da sociedade não se estando a referir a uma estrada, um edifício, um investimento num imóvel, mas num investimento em massa crítica, na educação que era o mais importante, onde se formavam consciências, capacidade de pensar, criticar e refletir sobre as coisas de modo a não se perder a individualidade seguindo as maiorias apenas porque parecia bem ou para não se ser criticado. Nesse ponto estavam de acordo. _____

---Quanto à forma, se lhe dissessem que pretendiam rescindir o acordo de execução apenas por uma questão de poupança, tinha dúvidas. Estavam a referir-se a cem mil euros por ano, e tinha questionado quarenta mil euros mas referiam-se a um outro tipo de investimento. Ali estavam a falar em cem mil euros ano num investimento em educação que, pelo que tinha percebido, se referia a algo que tinha ficado fora do contrato de execução, que era a água, luz e gás, pelo que ao rescindir o acordo ir-se-ia criar um vazio e deixar as escolas pendentes da boa vontade da Câmara Municipal sendo o que lhe parecia preocupante. Considerava bem que se lutasse pelos direitos mas com uma base e naquele caso iria ficar um vazio até que fosse celebrado um novo contrato ou uma nova forma de resolução que

poderia ser colmatado pela boa vontade do Município. Assim, questionava porque é que a boa vontade do Município não perdurava com base no que vinha acontecendo até ao momento e o porquê de apenas após seis anos terem tomado posição, precisamente naquele momento de viragem política em que certamente teriam mais facilidade negocial. Qual era a razão para o fazerem no meio de um ano letivo e não no final. Era aquela a forma e recordava-se de ter visto, pelo menos em campanha eleitoral, uma aposta significativa na educação que consideravam uma prioridade e, presentemente estavam a questionar um investimento de cem mil euros a mais naquela prioridade quando tinha reparado, e ficava satisfeito com isso, que até havia um acréscimo no orçamento ao nível de investimento na educação sendo que no ano transato constavam novecentos e setenta e nove mil euros e no atual, um milhão e cinquenta e oito mil euros, o que representava o acréscimo de oito por cento, portanto, aparentemente a rescisão nem sequer tinha fins economicistas. _____

----Quanto ao pessoal não docente que estava nas escolas iriam sair das escolas e entrar no quadro da Câmara, que era o quadro a que pertenciam, pelo que continuariam a representar um peso salarial não se verificando qualquer benefício a esse nível sendo que a diferença era a de que em vez dessas pessoas estarem nas escolas estariam noutro lugar mas era de igual modo a Câmara teria que lhes pagar. Então questionava o porquê de não tentarem continuar com o acordo de execução até que surgisse um novo documento. _____

----Tinha lido a carta que a Vice-presidente tinha remetido ao Ministério de Educação em que citava o contrato, mas tinha-se esquecido da primeira linha da cláusula sete, "*A atualização do contrato*" que dizia: "*Por proposta fundamentada de qualquer uma das partes e aceite pela outra....*", portanto bastava uma proposta de uma das partes para se proceder à alteração do contrato "*...e com base nos relatórios produzidos pela Comissão de Acompanhamento referida na cláusula cinco*" que era a Comissão de Acompanhamento que nunca tinha existido, que seria constituída por um representante da Câmara Municipal, um representante dos Agrupamentos de Escola e por um representante do Ministério de Educação que sendo certo que nunca tinha existido as propostas poderiam de igual modo ter sido enviadas apesar da inexistência da comissão porque o que artigo referia que seria "*por proposta fundamentada de qualquer uma das partes e aceite pela outra...*". Assim, questionava se tinha havido alguma proposta oficial, se a Câmara Municipal tinha diligenciado naquele sentido, pois desconhecia já que não dispunha dos documentos. _____

----Para terminar, referiu que a responsabilidade de criar a Comissão de Acompanhamento era evidente que em primeiro lugar seria do Ministério de Educação mas considerava que também o era de quem se sentia lesado pela sua inexistência, no caso, o Município de Tavira. Questionava se o Município tinha diligenciado naquele sentido pois não dispunha dos documentos mas quando efetuava qualquer tipo de investimento e se sentia lesado era o primeiro a reagir e a procurar resolver a questão que estavam a tentar fazer, daquela forma, seis anos após a celebração do acordo. _____

---O Presidente da Câmara disse que agradecia a intervenção mas considerava que tinha sido claro na sua abordagem e tinha referido precisamente aquele que era o sentimento e como tinha acontecido. Nunca tinha sentido por parte do Ministério de Educação qualquer vontade em alterar as coisas e se tal não acontecia tinham que as fazer alterar. _____

---Não iam deixar de apoiar, não iam desviar as pessoas, sendo que uma coisa era o que o Membro Dinis Faísca tinha dito e que era a sua visão da realidade que respeitava, mas não iriam tirar pessoal não docente já o tendo reafectado, pelo que, não existia pessoal não docente que regressasse para a Câmara porque tinha sido reafectado ao pré-escolar e primeiro ciclo que muitas vezes estavam deficitários e, no momento, poderiam dar uma resposta reforçada. Não era a verba que estava em questão mas a necessidade de terem uma nova relação com o Ministério de Educação, que não existia. Já há alguns anos que tinham verificado que dialogar com o Ministério da Educação não resultava em coisa alguma e não se referia aos Diretores mas ao Ministério, independentemente da condição política sendo que, bem ou mal, tinham iniciado aquele processo no outro Governo, pelo que não iriam retirar a proposta porque o Governo tinha mudado, o que poderia ainda aumentar a responsabilidade que tinham por o Governo e o Ministro serem socialistas. _____

---Para resolverem aquela questão, necessitavam do envolvimento de todos não podendo ser a Câmara o único suporte. A Câmara era um suporte mas não o único sendo aquele o princípio, porque naquele âmbito, questionava qual era o investimento do Ministério de Educação na comunidade escolar em Tavira sendo aquela a questão que tinha que ser reforçada, pois eram todos importantes. Nada tinha a ver com os cem ou duzentos mil euros que constituíam um pressuposto de uma realidade que estava a acontecer e que a Câmara nunca tinha mandado suspender tendo presentemente notificado. Não valia a pena deturpar as palavras, interpreta-las, obviamente que respeitava a interpretação, mas pretendia reafirmar tudo o que tinha dito porque se tratava de um processo de muito dialogo onde não se tinham verificado resultados palpáveis. _____

---Da véspera para aquele dia, a responsabilidade do Executivo também tinha aumentado nem que fosse pela mudança política, não sendo, contudo, por essa razão que perderiam a convicção de que aquele acordo de execução nunca deveria de ter sido celebrado, não tendo sido necessários seis anos para o concluir pois já o tinham verificado anteriormente, nunca tendo tomado aquela atitude por terem confiado sempre que as questões podiam ser solucionadas até terem ficado sem as AEC e não terem obtido qualquer resposta por parte do Ministério de Educação, o que tinha deixado a Câmara sem condições uma vez que tinha um conjunto de atividades para o que suportavam a contratação de professores para preenchimento de alguns horários, mas tendo ficado limitados, a Câmara tinha sofrido alguma instabilidade, pois as mudanças efetuadas nas AEC tinham levado a que tivessem tomado a decisão de as devolver às escolas. _____

----O que constavam no Diploma era que as AEC podiam ser geridas por terceiros, pelas escolas ou pela Câmara. A partir de determinada altura tinham verificado que existia uma grande instabilidade criada pelo facto de terem que contratar cerca de quarenta professores, o que era muitíssimo, para gerir duas horas o que criava uma instabilidade total que tinham tentado resolver no contexto escolar articulando com os Diretores dos Agrupamentos. _____

----Assim, há já algum tempo que tinham verificado a necessidade de tomar aquela atitude não tendo qualquer dúvida de que a Câmara não deixaria de estar presente nas questões da educação sendo que provavelmente o que teriam fazer era convocar os Diretores dos Agrupamentos para dialogarem mais vezes. Tratava-se de um processo para o qual estavam todos convocados que seguramente acompanhariam, porque a educação em Tavira não se limitava aos acordos de execução tendo também que dar resposta ao pré-escolar e ao primeiro ciclo que tinham reforçado desde o mês de outubro anterior, subsistindo a questão do segundo e terceiro ciclos que estavam também a resolver envolvendo mais o Ministério de Educação, ficando a secundária externa à Câmara. Transversalmente encontravam-se em todos os patamares auxiliando no que fosse necessário mas considerava importante frisar que não podiam ser a única saída com o Ministério de Educação aleado do processo que não estava relacionado com verbas ou qualquer outra coisa especifica mas sim com a necessidade de uma mudança porque a verificar-se a possibilidade de realizar alguns investimentos ficariam de fora e ele preferia que o seu Município entrasse nas contas desde a primeira hora. Assim, certamente que iriam dialogar bastante nos pressupostos corretos dirigidos e envolvendo algumas componentes onde o Ministério de Educação presentemente não estava envolvido como acontecia noutras Câmaras. _____

----O Presidente da Câmara acrescentou que não pretendiam baixar a qualidade, que tinham responsabilidades, dificuldades que existiam com ou sem acordo de execução porque no ano anterior tinham recorrido a seis POC – Programa Ocupacional, cujo total nas escolas era de cinquenta, que deixariam em fevereiro pelo que teriam um problema para solucionar, com ou sem a Câmara, porque aparentemente o IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional não dispunha de verbas e era necessário ter um grupo de pessoal não docente estável, contratado, sendo que para tal teriam que sensibilizar o Ministério de Educação. _____

----O Membro Dinis Faísca referiu que em relação à disponibilidade financeira do IEFP tinha tido notícias recentes, na semana anterior, que tinha recebido verbas. _____

----O Presidente da Câmara referiu que se tal se verificava seria apenas para algumas Câmaras. _____

----O Membro Dinis Faísca retorquiu que a Câmara onde era funcionário tinha elaborado um conjunto de candidaturas que tinham sido aprovadas há muito pouco tempo o que não correspondia a dizer que o IEFP não dispunha de verbas para candidaturas. Tinha estado muito tempo à espera de aprovação de uma candidatura CEI+ - Contrato Emprego-Inserção + mas tal tinha-se verificado há seis meses atrás não sendo o que se ocorria no momento pelo que tal não correspondia à realidade. _____

---Era por questões como aquela que considerava necessário disporem de um documento base porque sendo o assunto de tal forma sério necessitavam de um relatório para poderem refletir, analisar e decidir e não fazê-lo com base no que era dito porque, por exemplo, na carta que já tinha mencionado remetida pela Vice-Presidente mencionava oitocentos mil euros, na reunião que tinha tido o Presidente tinha referido novecentos mil euros, tendo ali já falado em um milhão de euros, pelo que desconheciam de facto qual era o valor porque não existia qualquer documento de suporte que justificasse aquele número. Considerava que se tratando de questões sérias e tendo que decidir de forma séria, forma séria para decidir era com base num estudo sério sobre a situação para que todos pudessem decidir em igualdade de circunstâncias pois, naquele momento, o conhecimento do Executivo sobre o assunto não era o mesmo que o dos Membros pois possuíam informação de que eles não dispunham. _____

---O Presidente da Assembleia Municipal referiu que não eram os números que estavam em causa porque se fossem, verdadeiramente a Câmara já teria rescindido o contrato há vários anos atrás já que aquela situação não era do presente. Havia pelo menos três anos que a Câmara tinha solicitado aos Agrupamentos que mudassem os contadores porque não fazia sentido estarem a liquidar a água e a luz, já não falando do gás porque pensava que a Câmara não estava a liquidar o gás. A água e a luz representavam quarenta ou cinquenta mil euros em cada Agrupamento somando os cerca de cem mil euros que tinham sido referidos. _____

---A resposta que a Direção Regional tinha dado ia no sentido de questionar sobre qual tinha sido o protocolo que tinha terminado, por que razão pretendiam mudar o nome dos contadores. Como não constava no acordo de execução ninguém percebia a razão pela qual a Câmara estava a liquidar algo que não constava. _____

---Relativamente ao ano de dois mil e nove não podia falar porque não tendo as escolas ainda agrupado, não fazia parte, mas o Diretor do Agrupamento Dom Manuel I e também o Diretor do Agrupamento Dom Paio que estavam ali presentes, seguramente tinham conhecimento porque lhe tinham contado como tinha sido efetuada a alteração de nome dos contadores, cujos técnicos tinham chegado um dia às escolas e procedido à sua alteração não tendo as Escolas sido sequer avisadas. _____

---O que estava em causa era que os Diretores pediam pessoal e a satisfação de outras necessidades e a DGEST respondia que não lhe competia tendo a Câmara, pelo menos desde o ano de dois mil e treze, que era desde quando tinha iniciado aquelas funções, pelo menos o dobro dos funcionários que estavam estipulados, entre os POC e os que tinham contratado. Nas reuniões em que tinha participado na qualidade de Diretor de Agrupamento, o que ouvia por parte do Ministério de Educação era que tinham que verificar o rácio que era apenas o que pagariam à Câmara. Todos tinham chegado à conclusão que os rácios não eram suficientes para que as escolas funcionassem. O rácio da Escola D. Paio era cerca de catorze ou quinze pessoas, sendo o que constava no acordo, todavia se dissesse à Câmara que necessitava de vinte ou vinte e três pessoas, a Câmara também não podia contratar sendo

que continuariam a ter os POC que na verdade valiam o que valiam e, ao que parecia, não importando se o IEPF tinha ou não dinheiro, a verdade era que as escolas não conseguiam contratar POC por não serem autorizadas, não dispondo de autonomia financeira para poderem liquidar os pequenos subsídios que os desempregados recebiam. Portanto, era o que estava em causa não se tendo o processo iniciado presentemente já que a decisão por escrito se tinha iniciado em junho sendo que o Ministério de Educação se encontrava encostado à Câmara. Na reunião já ali falada tinha verificado que as poucas Câmaras que também tinham acordos não estavam interessadas neles. Portanto, independentemente da ideologia do Governo que estivesse, o que estava em causa era que Lisboa apenas conhecia Tavira para passarem férias não se interessando por nada mais. _____

---Aquele era a sua opinião e contra ele próprio enquanto Diretor de um Agrupamento falava. Não ia ali medir se tinha mais ou menos dificuldades que o outro Agrupamento porque na realidade tinham dificuldades e iriam ter muitas mais quando os POC saíssem, sendo que se a escola não fechasse iriam certamente fechar muitas das suas valências, pelo que esperava que entre os meses de fevereiro e março as questões estivessem resolvidas. _____

---O Presidente da Assembleia continuou referindo que aquela era a posição da Câmara que se por um lado lhe custava, porque iria sentir os seus efeitos diretamente que até já sentia mesmo sem terminar o acordo, por outro tinha que apoiar, pois só deixariam de sentir os efeitos negativos se a Câmara também tivesse condições de contratar pessoal em vez de recorrer ao Instituto de Emprego porque o que estava em causa era que num dia tinham um funcionário que tinha vindo do Centro de Emprego e que até era muito bom e dois dias volvidos não encontrando emprego para ele, era mandado para uma qualquer ação de formação ficando a escola sem ele. Nas escolas havia desde o pré-escolar ao terceiro ciclo e quando as crianças se começavam a afeiçoar a um determinado funcionário, oito dias depois era mandado embora, sendo que uma escola não podia funcionar daquele modo havendo que tomar uma atitude. _____

---Questionado se aquela era a melhor solução, referiria que era a solução possível pois provavelmente a partir do mês de janeiro passaria a efetuar os seus pedidos ao Ministério de Educação em vez da Câmara como vinha fazendo sendo que, obviamente esperava como já tinha sido dito, que a Câmara também exigisse, porque se em vez de dois fossem três talvez tivessem mais força. Não lhe importava qual fosse o Governo porque estando há quarenta e um anos no ensino já tinha conhecido vários Ministros de Educação e portanto, tanto se dirigia a uns como a outros pretendendo apenas que a escola funcionasse. Contudo, o que verificava era que a escola não estava a funcionar porque alguns se esqueciam da necessidade de terem assistentes técnicos e operacionais, principalmente os últimos, e mais pessoas com formação que também não existiam. _____

---Considerava que a Câmara até seleccionava bastante bem o pessoal para integrar as escolas mas os realmente bons não ficavam muito tempo e os do quadro não eram suficientes porque a escola

funcionava dezasseis horas e os funcionários sete ou oito, sendo que ninguém fazia aquela contabilidade além da escola, preocupando-se apenas com os rácios que se constituíam como a palavra de ordem. _____

---Apesar da Câmara estar a perder bastante dinheiro com aquele acordo de execução, não lhe parecia e em todas as reuniões onde tinha estado, que fosse aquela a palavra de ordem porque pretendia celebrar outro protocolo que fosse bom para a escola como já existiam outros. No ano anterior tinham sido celebrados protocolos com outras autarquias que não tinham assinado no ano de dois mil e nove e, quem os conhecia, sabia que nada tinham a ver com o que tinham em execução pelo menos até ao final do ano. Também acreditava que a Câmara não deixaria que a escola fechasse contudo não percebia como teriam condições para o fazer se continuavam a não poder contratar pessoas no caso de não existirem POC nos próximos tempos, que não acreditava que as escolas tivessem, pelo menos enquanto a situação não estabilizasse. _____

---Alguém dizia que o Ministério de Educação tinha que ser implodido o que não tinham conseguido fazer, pelo que certamente não seria o atual Ministro a fazê-lo, e portanto até que tudo entrasse nos eixos ali estariam a tentar aguentar pois iriam sentir a indefinição dos próximos tempos tal como, obviamente, já estavam a sentir o resultado da quebra do acordo e, ou, a Câmara continuava a efetuar um esforço para pelo menos terem POC, assegurando os mínimos, ou não tinha dúvidas algumas de que Tavira iria ter muitos problemas em termos de educação. _____

---Para concluir o Presidente da Assembleia disse que aceitava que o acordo tivesse que ser rescindido de modo a poderem ter outro melhor e continuava a dizer que não lhe parecia que estivesse relacionado com um milhão de euros, ou o valor que fosse, que a Câmara já tinha despendido a mais do que tinha recebido, que seria o problema. _____

---O Presidente da Câmara disse que na sequência do que tinha sido referido apenas pretendia afirmar que a questão era mesmo aquela de existir um parceiro disponível para negociar a questão. A Câmara estava a elaborar uma candidatura CEI para a partir do mês de janeiro ter vinte funcionários que obviamente seriam direcionados para o pré-escolar e primeiro ciclo, todavia verificando-se as necessidades poderiam partilhar de uma forma transitória porque o processo seria avaliado, negociado e articulado de acordo com as necessidades, porém tinham que juntos alcançar um outro patamar de envolvimento por parte do Ministério de Educação, o que era vital, para poderem ter nas escolas um corpo não docente estável. _____

---Desde o ano de dois mil e nove, tinham colocado entre cinquenta a sessenta funcionários, praticamente os assistentes operacionais todos tinham sido afetados às escolas, sendo que presentemente a situação estava cada vez mais instável existindo cada vez mais POC pelo que estavam a regressar ao ponto de partida tendo que envolver outro parceiro e o Ministério de Educação. _____

----Terminou dizendo que ali estavam num processo que já se tinha iniciado sendo aquele um desafio. Tinha a candidatura CEI que seria aprovada a partir de janeiro que, seguramente partilhariam em função das necessidades existentes. _____

----Verificando não existirem mais intervenções, o Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação que foi aprovada por maioria de dezassete votos a favor, seis votos contra e três abstenções. ____

----Reafirmando que o ponto número oito não seria alvo de discussão naquela Assembleia porque a Câmara tinha revogado a proposta número 231/2015/CM que se referia à atribuição de um subsídio para um evento de Zumba, passou ao ponto número sete e último da ordem de trabalhos sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 225/2015/CM, referente à Carta Educativa 2015-2020. _____

----O Presidente da Câmara referiu que se tratava de um documento estratégico do Executivo que traçava um diagnóstico do que era a realidade atual do corpo escolar e as projeções até ao ano de dois mil e vinte do que era um plano sustentável composto por um conjunto de medidas articuladas entre a Câmara, Freguesias, Comunidade Escolar e Sociedade Civil que deviam de ser implementadas, terminando com um conjunto de investimentos que na perspetiva da Câmara eram necessários realizar, com ou sem comparticipação, porque entendiam que o parque escolar necessitava de ser reapetrechado carecendo mesmo de intervenções sérias. Tratava-se de um plano ambicioso que contabilizada uma verba avultada mas que tinham o propósito de executar. _____

----Acrescentou que os investimentos propostos nas páginas cento e três e cento e quatro do documento, entre jardim-de-infância, primeira infância, pavilhão da Escola Dom Manuel I e outros investimentos como uma escola secundária nova, constituíam um conjunto de investimentos para os quais trabalhariam afincadamente de modo a concretizarem. _____

----Dos pressupostos que tinham colocado no documento gostava de realçar por lhe parecerem importantes para os princípios orientadores para a rede educativa nos próximos anos e, obviamente a igualdade de oportunidades que considerava ser uma parte muito sensível entre todos os estabelecimentos escolares, a requalificação de edifícios, a requalificação de espaços exteriores, novos espaços que permitissem o bem-estar dos alunos, de toda a comunidade educativa como professores e pessoal não docente, questões de segurança nos equipamentos escolares, nomeadamente a segurança contra incêndio que era fundamental, promoção da separação de resíduos, reapetrechamento da escola com recursos modernos e adequados e, reforçava, que era importante estender aos edifícios escolares um polo dinamizador local com espaços para partilha comunitária, dinamizador do meio social envolvente fora e dentro do horário escolar, com as suas estruturas e os seus recursos. _____

----Na prática, o que pretendiam era que a comunidade olhasse cada vez mais para a sua comunidade escolar como uma responsabilidade coletiva que tinham que manter, reapetrechar, cuidar dos alunos, do corpo docente e, obviamente, do corpo não docente porque era o que constituía o futuro. Assim, o

que pretendiam era que com um conjunto de meios, de mecanismos, tivessem um plano a cinco anos que seria vertido nos orçamentos futuros para que no ano de dois mil e vinte o documento estivesse completamente implementado no terreno. Seguramente que era um compromisso, com a adoção de algumas medidas já no ano de dois mil e dezasseis e em dois mil e dezassete, ficando o documento elaborado até uma próxima revisão que poderia acontecer a qualquer altura, mas tinham tido o cuidado de elaborar aquela carta educativa porque, obviamente era uma obrigação e porque a não existir aquele documento estratégico não era possível efetuar o posicionamento em futuros mapas comunitários, futuros mapeamentos que pudessem vir a ser elaborados. Existiam mapeamentos elaborados pelo Ministério de Educação com alguns equipamentos das escolas de Tavira. _____

----Informou que também estavam a preparar o Plano de Desenvolvimento Social na área social que seria ali apresentado. _____

----A carta Educativa constituía-se como um grande documento de cento e trinta páginas que ficava para leitura e apreciação dos membros, tratando-se de um compromisso, de um plano, que considerava perfeitamente exequível sendo que apenas poderia pecar por defeito porque a realidade era bastante dinâmica podendo, no caso de se verificar algum problema, na projeção a cinco anos, terem mais uma escola para reparar ou uma outra realidade para solucionar, todavia nenhum plano podia prever o que ia acontecendo diariamente. _____

----O Membro Leonardo Martins disse que pretendia um esclarecimento. Referindo-se ao constante nas páginas cento e três á cento e seis, quando eram referidas as intervenções nas escolas, mais concretamente na página cento e quatro que referia a Escola de Santa Catarina da Fonte do Bispo, mencionava curtos e médios prazos, sendo que gostava de saber qual era o entendimento do Presidente da Câmara sobre aqueles prazos. _____

----Depois, onde mencionava a existência de um projeto de execução para a ampliação da escola, que sabia existir já desde o tempo em que ele era Presidente da Freguesia, no valor de seiscentos e seis mil euros, numa coluna intermédia eram referidas algumas intervenções mais pequenas com um valor estimado de trinta e dois mil euros para a requalificação de sanitários e refeitório e ainda setenta e um mil euros para a requalificação de espaços exteriores. _____

----Gostava de saber se o investimento dos trinta e dois mil euros era deduzido do projeto o que já estava executado, se a intervenção era para ser realizada no imediato ou se o projeto ficaria para médio prazo. _____

----O Presidente da Câmara esclareceu que o médio prazo era no horizonte de dois anos, ou seja, até ao final do mandato, sendo assim que entendia aquele documento apenas como tendo um horizonte de cinco anos. _____

----A intervenção na Escola de Santa Catarina da Fonte do Bispo tinha sido colocada numa DLBC - Desenvolvimento Local de Base Comunitária porque Santa Catarina da Fonte do Bispo era território de

baixa densidade. Todavia, a ideia era a de ser a Câmara a executar a intervenção porque não seria elegível. Estava mapeada num documento elaborado pelo Ministério de Educação a quem tinham indicado a intervenção a fim de verificarem a possibilidade de, num projeto que seria executado em princípio via AMAL, poderem realizar a intervenção, tendo também mapeado o Centro Comunitário que estava anexo à escola. A verba dos seiscentos e seis mil euros referia-se a uma intervenção na zona atrás da escola para seu complemento, Centro Comunitário, Casa da Aldeia e ATL. _____

----O projeto da Escola de Santa Catarina da Fonte do Bispo implicava todo aquele conjunto composto pela escola e pelas casas atrás da mesma que tinham sido limpas. No anterior quadro comunitário o que se tinha verificado tinha sido que para a intervenção da escola eram elegíveis cento e trinta mil euros, sendo que o restante para os seiscentos e seis mil euros não eram, pelo que estavam presentemente a tentar que a escola fosse elegível para colocarem numa outra componente a requalificação daquele espaço para a execução de uma casa tipo comunitário, casa da aldeia, que não sendo propriamente escola poderia seguramente servir a escola. _____

----O Membro Leonardo Martins mencionou que o projeto existente era apenas escola e haveria outro projeto para a parte que tinha sido adquirida para ampliar a escola. _____

----O Presidente da Câmara esclareceu que o projeto da escola incluía as duas salas, os arranjos exteriores e a parte traseira que tinha sido adquirida cujo valor era de cento e trinta mil euros. No ano de dois mil e nove o projeto era único com uma perspetiva de custo de cerca de seiscentos mil euros para dois equipamentos que estavam incluídos na escola, porém o que se tinha verificado tinha sido que apenas a própria escola tinha sido considerada elegível no programa comunitário a que tinha sido candidata a intervenção, com um investimento provável de cerca de cento e trinta mil euros, razão porque não tinham prosseguido. Assim, estavam a tentar executar o projeto de outra forma fazendo-o através de duas fontes de financiamento. _____

----O Membro Luís Silva disse que pretendia cumprimentar o Presidente da Câmara porque aquele documento que estava na ordem de trabalhos era um documento científico com muito valor que se o conseguissem cumprir seria ótimo. _____

----O Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. _____

----Passando a leitura e votação das minutas foram todas aprovadas por unanimidade. _____

----O Presidente da Assembleia referiu que de acordo com o regimento o espaço reservado à intervenção do público podia ter acontecido antes da ordem do dia ou naquele momento, pelo que tendo duas inscrições, o Município Jorge Pereira já não estava presente por ter acompanhado o Membro Artur Sanina. _____

----A Múncipe Ana Correia referiu que estava ali enquanto representante do movimento de cidadania de Tavira chamado *Tavira em Transição* que desde há quatro anos vinha a realizar algumas atividades e

que debatiam as questões também ali já discutidas e sobre o que tinham ficado bastante agradados, porque na verdade percebiam que os cidadãos estavam acompanhados do ponto de vista Autárquico, que também se sentissem acompanhados porque era exatamente o que o movimento estava a tentar fazer, tentando despertar algumas consciências através da sensibilização das pessoas para aquelas problemáticas, que os preocupavam verdadeiramente, porque existiam e tinham a informação de duas associações bastante ativas no Algarve, a PALP - Plataforma Algarve Livre de Petróleo e a ASMAA – Associação de Surf e Atividades Marítimas do Algarve, que tinham confirmado a existência de dezasseis contratos a nível nacional celebrados entre o Estado e as entidades exploradoras, nomeadamente em Tavira, como era o caso da Portfuel - Petróleos e Gás de Portugal, Lda. que já tinha assinado contrato para a exploração de gás natural e também uma empresa exploradora Offshore para a exploração de petróleo. _____

---Enquanto cidadãos, e era naquela qualidade que se apresentavam, a situação assustava-os imenso porque estava em causa a atividade piscatória, a atividade turística, a capacidade que Tavira tinha de atrair turistas diferentes do resto do Algarve, não sendo por acaso, mas porque realmente tinha pontos de atração, património natural, cultural e económico que atraía um tipo de turista que procurava exatamente aquelas vertentes e que aquela situação vinha alterar totalmente o património que tinha vindo a ser muito cuidado e acarinhado por todos, sendo que ficava satisfeita por ver que tal situação também era uma preocupação daquela Assembleia. _____

---No sentido de sensibilizarem as pessoas tinham realizado algumas ações, nomeadamente, um ciclo de cinema documental que vinha a ocorrer desde há dois meses e que estava patente no Clube de Tavira, ao que chamavam “*ecomesas*”, pelo que agradeciam à Câmara ter autorizado para ali poderem estar e sensibilizar a população, convidando as pessoas que estivessem pela Plataforma Algarve Livre de Petróleo a assinar uma petição, para o que convidava os Membros que assim o entendessem a assinar também. _____

---Naquele mesmo dia e podiam verificar pela decoração daquela sala que certamente estaria decorada de forma diferente do habitual, tinha ali decorrido um debate e uma conferência com a presença de representantes das duas associações já referidas, onde também tinha estado e ficado ainda mais alarmada porque estando presentes a responsável da ASMAA e um biólogo da PALP, tinha explicado com termos mais técnicos e aprofundados as verdadeiras consequências que aquela situação poderia trazer e que eram inúmeras. Por vezes, quando abordado o assunto pensavam que teria algumas consequências mas que não seriam muito graves mas era importante salientar que, provavelmente os efeitos nefastos não seriam notados no imediato contudo estariam a comprometer as futuras gerações e, quando ali se debatia com tanta importância, tanta veemência a questão da educação era exatamente também aquela questão porque era nas crianças que depositavam o futuro da região e do



país. Pensava que estavam a agir relativamente aquelas problemáticas, a olhar para as próximas geração sendo a razão por que pretendiam salvaguardar um património. _____

---Tinha havido um conjunto de artistas que tinham colaborado na conferência daquela tarde para poderem apresentar a sala como se encontrava, tendo também sido prestadas informações bastante relevantes só lamentando o facto de não ter tido oportunidade de convidar aquela Assembleia para estarem presentes porque considerava que certamente gostariam de ter ouvido o mesmo que eles, todos enquanto cidadãos porque também tinha sido naquela qualidade que ali tinham estado. _____

---Antes de mais pretendiam agradecer também à Câmara todo o apoio logístico para poderem realmente desenvolver as atividades que estavam previstas para o dia vinte e nove seguinte, domingo, que iam ocorrer na Praça da República entre as dez e vinte e uma horas para o que também tinham o gosto de contar com a presença do Presidente da Câmara que iria prestar algumas palavras ao público sobre aquelas temáticas. Aquela iniciativa tinha surgido porque tinham pretendido dar resposta ao pedido lançado a nível mundial, a COP21 – Marcha Global pelo Clima e também para, de alguma forma, espicaçar as pessoas no sentido de lhes mostrar o contrassenso que se verificava a nível mundial, em cento e noventa e seis estados, incluindo Portugal, que iam debater um conjunto de medidas para poderem reduzir a pegada de CO2. Assim, questionavam como é que o Estado que dois meses antes assinava contratos em sentido exatamente oposto, sendo que era um contrassenso e importante que as pessoas enquanto cidadãos também tomassem, assumissem e mostrassem a sua posição porque considerava que se a política tinha muito poder também os cidadãos o tinham e juntos ainda mais poder teriam. _____

---A Muniípe Ana Correia reiterou que estavam todos convidados desde a primeira à terceira idade, que seriam muito bem-vindos à Marcha Global pelo Clima que se iniciaria pelas dez horas da manhã, seguida de uma conferência subordinada ao tema da COP21 do clima, da transição, e à tarde, onde o Presidente da Câmara também iria estar presente, teriam vários convidados e testemunhos, nomeadamente de representantes das duas associações que já tinha referido, do Presidente da Associação dos Pescadores e um científico. O evento também iria ser animado com algumas atividades lúdicas porque sendo um assunto sério também podia ser tratado com alguma leveza, alguma boa disposição, porque tudo fazia parte de modo a poderem envolver as pessoas. _____

---Para terminar disse que gostariam que aquele fosse um dia a concluir, não apenas para falar da problemática, estando disponíveis para discutir soluções a nível local também em parceria com a Câmara. Era aquela a proposta que tinham do que gostariam de sair com algumas propostas concretas para depois poderem ser discutidas com a Autarquia e que cada um, enquanto cidadãos, percebesse que existiam soluções e que também era possível a sua implementação de forma responsável e até individualmente. _____

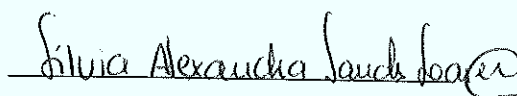
---O Presidente da Câmara agradeceu as palavras da Múncipe e disse que considerava que aquele assunto dizia respeito a todos. Iria participar como cidadão porque pensava que o que estava a acontecer tinha sido feito à revelia de todos, que considerava que ninguém queria, pelo que estariam disponíveis para conversar tudo numa lógica de pequenos passos pois estava convicto que naquela caso as grandes ações não surtiriam qualquer efeito e, seguramente que teria várias conversas com os membros do Governo a fim de os sensibilizar. Pensava que a força da população era muito importante e por isso ali estaria enquanto cidadão. _____

---Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia agradeceu e deu por encerrada a sessão pelas duas horas e vinte e cinco minutos, da qual, se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada. _____

A MESA DA ASSEMBLEIA,



José Otílio Pires Baia



Sílvia Alexandra Sanches Soares



Ana Margarida Franco de Mendonça Viegas e Silva Baioa

Nos termos do nº 3 do artº 34 do Código do Procedimento Administrativo, em anexo ao DL nº 4/2015 de 07 de janeiro, votaram a ata da Assembleia Municipal de 27-11-2015 os seguintes membros:

	Nomes	Formação partidaria	Presenças
1	Angelo Filipe Silva Pereira	PS	
2	Carlos Alberto Pires Rodrigues	Independente	
3	Carlos Manuel Viegas de Sousa	PS	
4	Dinis Manuel da Palma Falsca	MT	
5	Hugo Daniel Santos Gomes	PS	
6	João Afonso Cunha Rego de Carvalho	MT	
7	João Eduardo da Silva Trindade	MT	
8	Joaquim José Brandão Pires	PS	
9	José Alberto Godinho Correia	PS	
10	José Liberto da Conceição Graça	PS	
11	José Mateus Domingos Costa	PS	
12	José Otilio Pires Baia	PS	
13	Leonardo António Gonçalves Martins	MT	
14	Luis Nunes Ferreira da Silva	CDU	
15	Maria Helena Correia Bartolomeu Silva	MT	
16	Maria João Teixeira Dias Anjos	PS	
17	Maria José Dias Palma Simão Mestre	PS	
18	Maria Otilia Martins Cardeira	PS	
19	Maria do Rosário Brás Cavaco Ferreira Afonso	MT	
20	Nuno Filipe Gonçalves Diogo	PS	
21	Ricardina Pereira Alcaíde Jesus	PS	
22	Silvia Alexandra Sanches Soares	PS	



Grupo da ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

VOTO DE PESAR

A cidadã Maria Manuela Peão Lopes Dias Pinto dedicou a maior parte da sua vida ao exercício das funções de professora do ensino secundário, destacando-se como docente dedicada aos seus alunos e à Escola Secundária de Tavira, cujo Conselho Diretivo liderou durante alguns anos.

Cidadã empenhada nas causas sociais e participante ativa na vida da comunidade, integrou a bancada do Partido Social Democrata nesta Assembleia Municipal entre 1989 e 1997, sendo a sua coordenadora no segundo mandato.

O Município de Tavira e a cidade perderam no passado dia 5 de outubro uma Professora, Dirigente Escolar e Autarca respeitada e empenhada na defesa dos interesses do concelho, distinguida oportunamente com a Medalha Municipal de Mérito – Grau Cobre, em 2001.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 27 de novembro de 2015, delibera:

1. Aprovar um Voto de Pesar pela morte de Maria Manuela Peão Lopes Dias Pinto;
2. Dar conhecimento da deliberação que recair sobre esta proposta à família enlutada apresentando-lhe as mais sentidas condolências do Município de Tavira.



*Des
Serao*



Grupo da ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

MOÇÃO

EM DEFESA DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE NO ALGARVE

Nas últimas décadas, o setor da Saúde conheceu, em Portugal, ganhos notáveis, em termos de qualidade e de competitividade e construiu um sistema de saúde de elevada qualidade, com excelentes profissionais, modernamente equipado e com acréscimos na acessibilidade e na equidade dos serviços, o que nos permitiu atingir um nível assinalável nos indicadores de saúde.

É reconhecido que o estado de saúde da população obteve melhorias consistentes e sustentadas, consequência da evolução positiva dos vários determinantes da saúde e da capacidade de investimento nesta área.

Lastimavelmente, os últimos quatro anos foram altamente penalizadores para a saúde na Região do Algarve. Apesar dos sucessivos alertas e chamadas de atenção dos profissionais, dos Sindicatos e das Ordens Profissionais, dos Autarcas e dos Deputados à Assembleia da República (AR), da sociedade civil e dos partidos políticos, os responsáveis nacionais e regionais permitiram, impávidos e serenos, a degradação nunca vista do Serviço Nacional de Saúde (SNS) no Algarve e empurraram os cidadãos para o setor privado.

Vivemos uma situação nos serviços do SNS do Algarve, inimaginável, falta tudo, materiais de consumo clínico, medicamentos, recursos humanos, organização, mas e sobretudo falta de motivação, de liderança e de humildade em ouvir os cidadãos e os profissionais de saúde.

Exemplo bem evidente é o Centro Hospitalar do Algarve, Entidade Pública Empresarial (E.P.E.), cuja fundamentação de constituição residiu nas pretensas eficiência económica e qualidade da



PARTIDO SOCIALISTA – Secção Concelhia de Tavira

Handwritten signature

prestação de cuidados de saúde aos utentes, em particular, nas áreas de especialidade médica deficitárias. Ora tal não se verificou, antes pelo contrário.

Desde a sua criação, o Centro Hospitalar do Algarve, E.P.E. tem revelado manifesta inadequação na disponibilidade e acessibilidade dos serviços médicos existentes face às reais necessidades sentidas na região, as quais acresceram perante o aumento populacional verificado na última década (+15%), para além do aumento exponencial sentido nos meses de maior afluxo sazonal.

Por outro lado, os sucessivos cortes orçamentais a que a área da saúde foi sujeita a partir de 2011, com uma preocupação exacerbada com os custos relegando para segundo plano o bem-estar das populações e a acessibilidade dos cuidados de saúde prestados no âmbito do SNS, a incapacidade da administração do Centro Hospitalar do Algarve em concretizar um processo de integração consistente entre as anteriores unidades hospitalares (Hospital de Faro, Hospital do Barlavento Algarvio e Hospital de Lagos), suscitaram problemas na gestão dos recursos humanos, de técnicos e dos meios tecnológicos existentes, gerando um clima de medo e pressão sobre os profissionais de saúde - factos que contribuíram para a degradação da prestação dos cuidados de saúde a nível hospitalar na região.

Esta situação de emergência do Centro Hospitalar do Algarve, conforme a Ordem dos Médicos e as estruturas representativas dos enfermeiros (nomeadamente o Sindicato dos Enfermeiros) têm vindo sucessivamente a alertar nos últimos anos, conduziu a severas dificuldades nos serviços de Ortopedia, Obstetrícia/Ginecologia, Pediatria e Anestesia, em Faro e Portimão, e Cirurgia Geral em Faro. A título de exemplo refira-se a redução abrupta das horas de cirurgia do serviço de Ortopedia do Hospital de Faro em virtude da insuficiência de profissionais médicos, o que poderá colocar em causa a idoneidade formativa deste serviço, a perda, ainda em 2013, da idoneidade formativa do serviço de cirurgia geral do Hospital de Faro, a falta de médicos especializados nos serviços de Obstetrícia/Ginecologia e Pediatria do Hospital de Portimão, colocando em causa o funcionamento dos serviços existentes neste hospital.

Estes factos põem em causa o acesso aos cuidados de saúde pela população algarvia e dos que visitam a região, violando o seu direito constitucional à proteção da saúde.

Urge encarar a realidade e dar ouvidos aos que defendem o SNS na região, a favor da economia regional e da população do Algarve!

Nesse sentido, porque todos os cidadãos têm o direito à proteção da saúde e o dever de a defender e promover, os membros da Assembleia Municipal de Tavira, reunida em sessão ordinária de dia 27 de novembro de 2015, deliberam exigir ao Governo o seguinte:

1. Avaliar a implementação do modelo de gestão hospitalar do Algarve, com especial incidência no balanço sobre o acesso e qualidade dos cuidados de saúde prestados nos três hospitais da região;
2. Garantir o funcionamento de todas as valências do Centro Hospitalar do Algarve, através da contratação dos profissionais de saúde necessários, sendo os casos mais prementes os da anesthesiologia, ortopedia, ginecologia e obstetrícia, cirurgia geral, ortopedia e pediatria;
3. Assegurar, em geral, os meios técnicos, tecnológicos e humanos adequados a garantir a equidade e a acessibilidade aos cuidados de saúde no Algarve, em conformidade,



PARTIDO SOCIALISTA – Secção Concelhia de Tavira

nomeadamente com Carta dos Direitos de Acesso aos Cuidados de Saúde pelos Utentes do SNS;

4. Dar conhecimento da deliberação que recair sobre esta proposta às seguintes entidades e instituições: Presidente da República, Presidente e Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Primeiro-Ministro, Ministro da Saúde, Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Algarve, Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Algarve, E. P. E., Associação Nacional dos Municípios Portugueses, Presidente da Câmara Municipal de Tavira, Presidente do Conselho Executivo, Presidente da Assembleia Intermunicipal e Primeiro-Secretário da AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve, Presidentes das Câmaras e Assembleias Municipais do Algarve e Ordens Profissionais e Sindicatos do setor; e,
5. Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta, para conhecimento e divulgação, aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais.

Os eleitos pelo Partido Socialista na Assembleia Municipal,